

Semanário

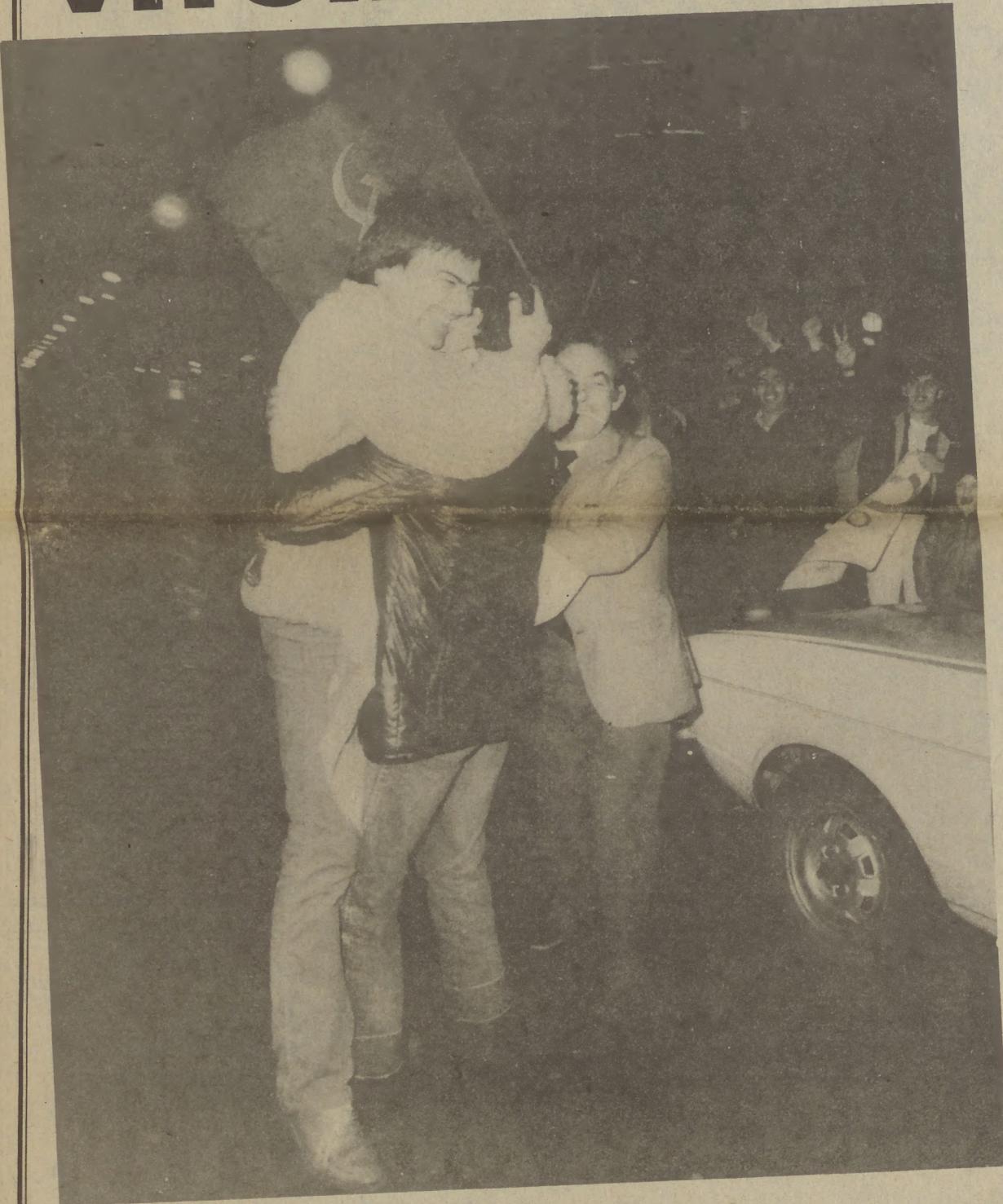
Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 634
20 de Fevereiro de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS/1986

DERROTA DA REACÇÃO VITÓRIA DA DEMOCRACIA



CANDIDATOS	1.ª VOLTA (*)		2.ª VOLTA (**)	
	Números	%	Números	%
Mário Soares	1 443 683	25,43	3 015 350	51,28
Freitas do Amaral	2 629 597	46,31	2 864 728	48,72
Salgado Zenha	1 185 867	20,88		
Maria de Lourdes Pintasilgo	418 961	7,38		

(*) Resultados definitivos

(**) Resultados provisórios e com três freguesias por apurar

- Comité Central do PCP reúne hoje
- Declaração à comunicação social sobre a reunião da Comissão Política do CC do PCP da passada segunda-feira com a primeira apreciação dos resultados das eleições presidenciais - Pág. 1/Semana
- Resultados distritais da 1.ª e 2.ª voltas - Pág. 10/Semana
- Notas e reportagens - Págs. 2, 3, 4 e 5/Semana

O Orçamento do Estado

«Em suma: os dados agora conhecidos do Orçamento Geral do Estado fazem cair pela base as mistificações governamentais fortemente propagandeadas na última semana da campanha eleitoral para a 2.ª volta das presidenciais.

«A parte fiscal do Orçamento de Estado para 1986 é bem o espelho dos interesses de classe que o Governo Cavaco Silva defende».

Pág. 11/Semana

ENTREVISTA DE M. GORBACHOV A «L'HUMANITÉ»

L'Humanité

En exclusivité mondiale
GORBACHEV REPOND



Págs. 3, 4, 5 e 6/Em Foco



III CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

Reportagem da enviada especial do «Avante!» • Págs. 1 e 2/Em Foco

Derrota da reacção vitória da democracia

Portugal democrático saiu vencedor da decisiva batalha política de domingo.

O resultado final das eleições presidenciais em 16 de Fevereiro, com a decidida rejeição do candidato da bante derrota das forças antidemocráticas e do seu projecto de destruição do 25 de Abril.

A concludente derrota de Freitas do Amaral coroa um vigoroso despertar da consciência política do povo português perante a mais grave ameaça fascizante ao regime democrático produzida nos últimos anos.

A convergência na 2.ª volta das eleições do voto em Mário Soares de mais de três milhões de portugueses que, três semanas antes, numa viva disputa, tinham disperso por três candidatos diferentes as suas opções de voto, foi determinante para derrotar de maneira categórica o candidato das forças mais reaccionárias — Freitas do Amaral.

A maioria de 51,7% nos resultados finais a favor de Mário Soares, em 16 de Fevereiro, quando em 26 de Janeiro obtivera apenas 25,44% dos votos expressos, ilustra a grandeza numérica da convergência dos votos democráticos na 2.ª volta.

Em 9 dos 20 distritos do País (Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Faro, Évora, Beja e Portalegre, representando 71,7% dos eleitores inscritos e 64% dos votantes) Mário Soares recolheu 58,1% dos votos contra 41,9% em Freitas do Amaral.

Os resultados finais da eleição de domingo constituem uma grave derrota do projecto revanchista e antidemocrático das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa no momento actual.

O ter-se quebrado o ímpeto da dinâmica fascizante da candidatura de Freitas, derrotando-a, significa uma inapreciável vitória das forças democráticas.

Para esta vitória o PCP contribuiu de maneira decisiva. Dar continuidade à convergência dos votos democráticos é agora um dever e deve tornar-se uma preocupação dominante e imediata dos democratas e portugueses mais consequentes.

Aestrandosa derrota de Freitas foi um balde de água gelado nos projectos e nas cálidas esperanças da reacção que já embandeirava em arco com a hipotese de uma vitória que julgava certa do seu candidato.

Sabe-se já de coisas significativas que se projectavam nos círculos mais activos da extrema direita para a «festa da vitória» na noite das eleições e para «o dia seguinte».

Preparativos foram feitos para a concretização de ameaças proferidas contra democratas, instalações e en-

tidades colectivas, opositoras à candidatura de Freitas do Amaral durante e principalmente no termo da campanha eleitoral.

A extrema direita mobilizou todos os recursos para obter a vitória do seu candidato.

Dinheiro a rodos e sobretudo a utilização abusiva do aparelho e dos recursos do Estado foram mobilizados pelos apoiantes de Freitas.

O Governo do PSD — que o Primeiro-Ministro garantia não se imiscuir na campanha eleitoral — meteu-se descaradamente nela em cheio não apenas com a participação directa de Cavaco Silva nos comícios e tempos de antena do candidato da reacção como com a promulgação até à última hora de medidas demagógicas, tendentes a corromper a consciência e a influenciar o voto dos cidadãos.

Cavaco, no travor da derrota, veio depois aos «écrans» da TV falar no «pragmatismo» do Governo! «Eleições são eleições, governar Portugal é governar Portugal» — disse ele. Mas aquilo a que os portugueses assistiram não foi «pragmatismo» nem isenção eleitoral das forças e entidades governantes mas uma clara e descarada opção ideológica e política e uma aberta participação a favor de Freitas do Amaral pelo Governo e pessoalmente pelo Primeiro-Ministro.

O desforrismo das forças do passado sofreu uma séria derrota. Seria, contudo, um erro crasso das forças da democracia e do progresso social em Portugal, adormecerem à sombra da vitória conquistada e pensarem que o plano da contra-revolução foi definitivamente desarticulado com o resultado das eleições de domingo.

Quebrou-se a dinâmica fascizante mas as forças da extrema direita detêm ainda posições cuja importância seria perigoso subestimar.

Nos círculos mais radicais da extrema direita esboçam-se já planos para a retomada da ofensiva contra o 25 de Abril.

Os anteriores projectos de conquista absoluta do Poder, implícitos na fracassada eleição de Freitas do Amaral para a Presidência da República, mantêm-se intactos e aguardam melhor oportunidade.

Escreve-se já nos pasquins da direita: «Os tais 48,7% que não chegaram para levar Freitas do Amaral a Belém voltarão a surgir amanhã para as eleições legislativas».

E noutro passo: «A vitória de Soares não é para o País uma catástrofe. É um adiamento e uma dificuldade. Mas tudo continua a ser possível se os 49% vencidos cerrarem fileiras em volta do Governo».

Quebrada a dinâmica fascizante é agora imperioso ganhar para a causa da democracia os portugueses iludidos pelas promessas demagógicas do Governo Cavaco Silva.

Por esse País fora houve inúmeros cidadãos coagidos a votarem no candidato da reacção e do fascismo ou inconscientes na sua opção de voto.

Como antes aqui afirmámos, votaram objectivamente contra os seus próprios interesses. São, contudo, portugueses que não podem nem devem ser metidos no «saco» do fascismo, como justamente salientou Carlos Brito na Assembleia da República.

É a verdadeira natureza social da política do Governo PSD/Cavaco que vai objectivamente esclarecê-los, mas ganhá-los para a causa da democracia e do 25 de Abril não pode conseguir-se por um processo espontâneo.

Sim, a dinâmica fascizante foi quebrada com a derrota de Freitas nas eleições de domingo, mas descarnar da ossatura da contra-revolução esta componente da sua base eleitoral evidenciada no domingo é vital para a democracia portuguesa.

É um processo que sendo eminentemente objectivo exige um posicionamento político e um esforço esclarecedor e mobilizador que sendo uma constante da acção do PCP tem de ser uma tarefa instantânea e primordial das forças democráticas.

Para os resultados vitoriosos da eleição de domingo contribuiu decisivamente a força, a influência política e o profundo enraizamento popular do PCP.

Hoje, quando o nosso jornal estiver a ser distribuído por todo o País, estará reunido em plenário o Comité Central do nosso Partido.

Dele seguramente sairá o balanço esclarecedor das vitórias do PCP e das outras forças democráticas nos últimos meses e designadamente no último domingo.

Bem podem analistas da extrema direita, como Júdice anteontem, escreverem nos seus pasquins: «globalmente estas eleições são uma profunda derrota de Cunhal e podem significar, se a esquerda democrática for inteligente, o começo do declínio do PCP».

Este mesmo ideólogo do projecto fascizante dizia a 29 de Dezembro: «o sentido do regime tem levado gente do PSD e do CDS a desejar uma 2.ª volta com Mário Soares e Freitas do Amaral... mas para Soares ser derrotado».

Resumo

12

Quarta-feira

O Governo não cumpre o prazo legal para a entrega da proposta do Orçamento de Estado à Assembleia da República ■ Os municípios consideram «inaceitáveis» as verbas contidas no OE para o Fundo de Equilíbrio Financeiro das autarquias ■ O Secretariado das UCP's e Cooperativas do Distrito de Évora alerta os trabalhadores para ataques de agrários no caso de Freitas do Amaral vencer as eleições ■ Os trabalhadores bancários comunistas denunciam a «intensificação dos ataques à banca nacionalizada» ■ O Partido Renovador Democrático aconselha ao voto em Mário Soares ■ Em Odemira, Freitas diz-se um «homem do 25 de Abril»... ■ Segundo o MASP, freitistas agredem apoiantes de Soares em Lisboa ■ A CGTP-IN exige a actualização e aumento do complemento por cônjuge a cargo ■ Rajadas de 107 quilómetros atingem o arquipélago dos Açores. No continente, o mau tempo continua ■ Corazón Aquino está «alarmada» com as declarações de Reagan sobre as eleições nas Filipinas ■ Forças da marinha de guerra de Israel assaltam navio mercante e assassinam o seu comandante ■ No Tchad, reacende-se a guerra civil.

13

Quinta-feira

Já fora do prazo legal, o governo faz, finalmente, chegar à Assembleia da República a proposta de Orçamento de Estado ■ Os trabalhadores de «O Primeiro de Janeiro» responsabilizam Freitas do Amaral pelos salários que têm em atraso ■ Cerca de duas centenas de democratas apelam ao voto em Soares para impedir a eleição de Freitas do Amaral ■ Também o Governo Regional dos Açores manda as autarquias levarem os eleitores até às Assembleias de voto ■ Para o MURPI, a eleição de Freitas do Amaral será perigosa para as liberdades ■ Cerca de 200 Deputados debatem em Lisboa o desemprego na zona da Reforma Agrária ■ Os trabalhadores dos consulados e missões diplomáticas na Europa suspendem a greve que tinham marcado para terça-feira ■ O presidente do Conselho de Ministros da CEE está em Lisboa ■ O Irão acusa formalmente o Iraque de estar a utilizar armas químicas na guerra do Golfo ■ Os governos da Itália e da Grécia afirmam que não assinarão a reforma do Tratado de Roma ■ A igreja das Filipinas apoia a campanha de Corazón Aquino exigindo a demissão de Marcos ■ O ANC defende o alargamento da frente contra o *apartheid* ■ A oposição do Haiti exige o saneamento dos quadros da ditadura ■ Para a República Popular de Angola, as recepções a Savimbi constituem um acto hostil para o povo deste país.

14

Sexta-feira

Contrariando as suas afirmações eleitoralistas, o Governo de Cavaco e Silva aumenta a carga fiscal ■ A JCP acusa o governo de fazer demagogia com a situação da juventude ■ O Presidente da República condecora, com a Ordem da Li-

berdade, militares que participaram no 25 de Abril ■ Com a greve dos trabalhadores de postos fixos dab2E com o falso pretexto de servir a população, acusa a FES-TRU ■ A Federação Nacional da Função Pública apresenta queixa na Organização Internacional do Trabalho contra o Governo Cavaco Silva, que é responsabilizado pela diminuição do poder de compra dos trabalhadores ■ A Coordenadora dos Sindicatos Médicos propõe reunião com a Ordem destes profissionais ■ Manuela Eanes afirma que é urgente coordenar planos de acção para prevenir maus tratos sobre crianças ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena a «África do Sul racista» ■ As tropas francesas na África Central estão em estado de alerta ■ A Polícia britânica carrega sobre piquetes de greve ■ Os bispos filipinos apelam à luta contra o governo «fraudulento» ■ Tropas do Irão e do Iraque combatem a sul de Bassorá ■ Em França, mais um atentado contra refugiados bascos.

15

Sábado

Dia de reflexão antes das eleições presidenciais ■ É assassinado em Lisboa o director-geral dos Serviços Prisionais. O atentado é reivindicado pelas FP-25 ■ Segundo a CGTP, «as medidas anunciadas pelo Governo manterão ou agravarão a injustiça fiscal» ■ 21 anos depois do seu assassinato, democratas homenageiam Humberto Delgado ■ Mário Mesquita formaliza a sua demissão de director do «Diário de Notícias» ■ Segundo industriais da panificação, mais de 25 por cento de pão comercializado no nosso País é vendido à margem da lei ■ Em Portugal, cerca de 30 mil crianças sofrem de maus tratos, segundo um seminário que termina em Lisboa ■ Com a invasão pela polícia de todas as facultades do país, aumenta a repressão na Coreia do Sul ■ Mitterrand está a estudar a «resposta» francesa no Tchad ■ O governo francês propõe que o ditador haitiano se refugie nos Estados Unidos.

16

Domingo

A democracia é a vencedora da segunda volta das eleições presidenciais ■ Soares obtém as mais altas percentagens em Beja, Setúbal, Évora, Portalegre, Lisboa e Faro ■ Alvaro Cunhal, em breves declarações aos jornalistas, declara que «os democratas têm razões para ver neste resultado uma vitória sua e a abertura de novas e mais favoráveis perspectivas para a sua luta» ■ Ramalho Eanes saúda o seu sucessor e salienta que «o povo português revelou de forma significativa e serena a adesão ao movimento democrático» ■ O mau tempo volta a assolar os Açores ■ A Câmara Municipal do Barreiro acusa o governo de retenção de verbas ■ Termina o Congresso de Medicina do Algarve ■ Engenho explosivo de fraca intensidade deflagra em Lisboa ■ Ao largo de Leixões naufraga o rebocador «Charneca»: dois mortos e cinco desaparecidos. Apenas um sobrevivente ■ Aviões franceses bombardeiam aeródromo no norte do Tchad ■ No Haiti, militares expulsam de suas casas habitantes de bairros pobres da capital ■ A oposição filipina lança campanha de resistência contra a ditadura ■ O Irão prossegue a sua ofensiva no Iraque, tendo ocupado a cidade costeira de

Fao ■ O ministro racista dos negócios estrangeiros procura apoios para salvar o *apartheid* ■ A comissão presidencial encarregada de averiguar as causas da explosão da «Challenger» afirma que o lançamento do vaivém foi um erro.

17

Segunda-feira

A Comissão Política do PCP considera que a situação decorrente das eleições presidenciais é «nova e favorável à aproximação, entendimento e à unidade dos democratas» ■ O PS considera que a derrota de Freitas é um «grande revés político» de Cavaco Silva ■ Já começa a guerra de barões dentro do PSD. Pinto Balsemão afirma que as eleições implicam «o repensar da estratégia seguida pela actual direcção política» ■ Vários dirigentes estrangeiros felicitam Mário Soares pela sua vitória ■ O temporal que assola o país obriga ao encerramento de portos e mantém os Açores isolados ■ Trabalhadores da Ivima cortam a linha férrea na Marinha Grande ■ Continua a greve sectorial da Carris ■ Listas unitárias vencem nas eleições para as comissões de trabalhadores da Sorefame e dos estaleiros de Viana do Castelo ■ Já está nomeada a Comissão de Reforma do Sistema Educativo ■ É assinado, apenas por nove países, a reforma do tratado da CEE ■ Tropas sionistas, apoiadas por helicópteros, infiltram-se no Líbano, chegando a 100 quilómetros de Beirut ■ Tropas francesas instalam no Tchad dispositivo de «dissuasão» ■ Pacote soviético naufraga nas costas da Nova Zelândia ■ Os quadros da NASA estão a ser saneados em série ■ O movimento para a Reforma das Forças Armadas das Filipinas apela para a não repressão dos protestos populares contra a fraude eleitoral ■ O «escândalo Flick» atinge também o chanceler alemão-federal, Helmut Kohl.

18

Terça-feira

Inicia-se na AR a discussão da proposta de lei do Governo e dos projectos do PCP, PRD e PS sobre salários em atraso, situação que atinge cerca de 120 mil trabalhadores, mais 15 mil que em Outubro. Montante da dívida: 15 milhões de contos. Apenas 355 trabalhadores utilizaram as «soluções» divulgadas pelo Governo Cavaco. ■ O ministro da Defesa, L. Ribeiro de Almeida, confirma envolvimento do Governo no projecto norte-americano «Guerra das Estrelas». ■ A «grande derrota» de Freitas do Amaral é sublinhada pela Direcção Nacional da JCP. ■ Uma viatura de um funcionário da embaixada dos EUA em Lisboa explode ao fim da tarde, à entrada daquela representação diplomática. ■ Confirmam-se notícias sobre a onda de violência na localidade negra de Alexandra, na África do Sul. Duas dezenas de mortos e muitos feridos é o balanço dos confrontos registados entre a polícia e a população local. ■ Segundo a Anop, estará prevista para o próximo fim-de-semana em Luanda uma cimeira dos seis países da Linha da Frente. ■ Tropas de Israel reforçam posições no sul do Líbano.

Como os acontecimentos comprovaram os cálculos saíram-lhes errados.

Aos analistas e ideólogos da reacção e do fascismo é compreensivelmente difícil «engolirem» a verdade da força e da contribuição decisivas do PCP para a estrondosa derrota de Freitas no último domingo e para a defesa e consolidação do 25 de Abril.

É delicioso vê-los fazerem cócegas na própria barriga e construir rúbulas com «sapos», «elefantes» e outros animais de difícil «digestão»...

Outros falam nas «piruetas» e nos «golpes de rins» do PCP.

É uma forma de se auto-iludirem sobre a realidade do PCP e a justeza e dinamismo da sua orientação e actividade.

Os «sapos», os «elefantes» e os «dinossauros» das rápidas, revolucionárias e justas medidas políticas que o PCP tem sabido visualizar e pôr em prática nas apertadas curvas do nosso processo democrático e revolucionário são eles que os engolem.

De facto só «atletas» de grande compleição política como o PCP podem efectuar «golpes de rins» com tanta destreza, sem desmancharem um músculo nem partirem uma costela. É como um todo, coeso, unido e profundamente consciente que o grande colectivo partidário do PCP, em estreita ligação com o povo e inamovível nos princípios se insere na complexa mas cada vez mais vigorosa luta dos trabalhadores e das massas populares pelo melhoramento das suas condições de vida, pelo progresso da democracia e das aquisições sociais do nosso povo, pela defesa da independência nacional, por uma política que vá permanentemente ao encontro dos problemas e dos interesses profundos do povo e do País.

Uma porta de enormes consequências para o futuro da nossa democracia foi aberta no último domingo.

Alargá-la, convergir nos objectivos centrais imediatos e a prazo do movimento popular e democrático e na defesa dos interesses mais amplos do povo, revigorar a unidade da classe operária e de todos os democratas é uma exaltante e obrigatória tarefa que os resultados políticos das eleições de domingo puseram ao alcance das forças democráticas.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 - Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro 35 130

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

- Grande derrota das forças reaccionárias
- Grande vitória da democracia
- Contribuição determinante do PCP
- Convergência dos esforços e da luta dos democratas é a melhor garantia da vitória da democracia

Durante a reunião da Comissão Política realizada na passada segunda-feira, o camarada Álvaro Cunhal fez a seguinte declaração aos órgãos de comunicação social:

A Comissão Política do Comité Central hoje reunida não terminou os seus trabalhos e continua a análise dos resultados das eleições presidenciais e das suas incidências na situação política nacional.

A Comissão Política decidiu convocar uma reunião plenária do Comité Central para o próximo dia 20, quinta-feira.

Caberá ao Comité Central traçar a orientação do Partido para o futuro próximo imediato.

Entretanto, a Comissão Política (nos trabalhos que continuam) desde já sublinha quatro conclusões.

1.ª conclusão:

A grande derrota das forças reaccionárias, e nomeadamente do revanchismo fascista e fascizante, nas eleições presidenciais significa que **foi inutilizado o plano de liquidação do regime democrático** do qual a eleição de Freitas do Amaral constituiria um importante elemento.

A derrota não é só de Freitas do Amaral e do CDS. É também de Cavaco Silva, do Governo e do PSD que se empenharam a fundo nesta candidatura do 24 de Abril.

A Comissão Política considera que é indispensável para a defesa da democracia aprofundar nos tempos próximos esta grande derrota da reacção.

2.ª conclusão:

O facto de que a reacção e a dinâmica fascizante não passaram nestas eleições presidenciais significa **uma grande vitória da democracia, que abre novas perspectivas de consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.**

As grandes e espontâneas manifestações de alegria, que se realizaram por todo o país na própria noite das eleições, evidenciaram a consciência que o povo português tinha do perigo fascista e a consciência de que, derrotando Freitas do Amaral, assegurou a defesa das liberdades e da democracia e está firmemente disposto a continuar a luta.

3.ª conclusão:

A análise dos resultados, tanto nacionais como regionais, comprova, sem possibilidade de contestação, que **a contribuição do PCP foi determinante para a derrota de F. do Amaral e da reacção.**

Uma vez mais, o PCP evidenciou o seu elevado sentido de responsabilidade, ao serviço do povo e do país.

As eleições presidenciais comprovaram mais uma vez a força organizada e a sólida influência de massas do PCP. Comprovaram que **o PCP é uma força indispensável** para fazer frente com êxito à reacção e para qualquer solução democrática dos problemas nacionais.

Este é um importante dado objectivo da realidade portuguesa que continuará inevitavelmente a ter influência de relevo na evolução da vida política nacional.

4.ª conclusão:

A derrota da reacção só foi possível pela **convergência dos votos democráticos.**

As eleições presidenciais, em todo o seu processo, constituiu uma nova e exemplar lição de que a divisão das forças democráticas é um dos principais factores do avanço da direita, e de que **a convergência dos esforços e da luta dos democratas é a melhor garantia da vitória da democracia.**

A Comissão Política registou inumeráveis testemunhos dos profundos sentimentos unitários que, nas eleições presidenciais, particularmente na 2.ª volta, se expressaram ao nível de militantes e das massas.

Criou-se de facto uma situação nova e favorável à aproximação, ao entendimento e à unidade dos democratas.

Com vista à próxima reunião do Comité Central, a Comissão Política está examinando os problemas relativos à unidade democrática na actual conjuntura política.

Relatos

Bandeiras da Aliança Povo Unido e do PCP tiveram a primeira aparição na Av. da Liberdade, frente ao Hotel Vitória, centro de trabalho dos comunistas, com a juventude daquele partido a efectuar logo ali uma manifestação de euforia. (A Capital, 17/2)

Com a vitória garantida os apoiantes de Soares começaram então a surgir cada vez em maior número nas ruas de Lisboa, fazendo soar de forma estridente as buzinas dos seus automóveis, bandeiras das candidaturas de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Salgado Zenha, bem como do Partido Popular Monárquico e, mesmo, algumas da Aliança Democrática foram vistas na zona do Marquês de Pombal. (A Capital, 17/2)

Estávamos perto das 8 e 30 e a praça preparava-se para encher e receber mais de 40 mil pessoas. As bandeiras pertenciam ao Partido Socialista, à APU, ao Partido Comunista, PRD e Pintasilgo. Apenas enxergámos uma do PSD, misturada entre algumas do FC Porto, Boavista e nem faltou a alma salgueirista, unindo assim o desporto à política.

E de novo se ouviram «slogans» e palavras de ordem que levaram a recordar os primeiros comícios realizados naquela praça logo após o 25 de Abril de 1974. «O Povo unido jamais será vencido», «fascismo nunca mais», com outros mais actuais, tais como «APU votou e Soares ganhou», «Prá Frente Portugal mas sem Freitas do Amaral». (A Capital, 17/2)

«Isto é a grande vitória do 25 de Abril, é o 25 de Abril que se mantém vivo, esta é uma forma de demonstrar que a Democracia está consolidada» disse ao «DL», numa Praça do Saldanha varrida pelo vento, Martins da Silva. Apoiante de Salgado Zenha na primeira volta, Martins da Silva congratulava-se com a vitória de Soares, «contra Freitas», como sublinhou. (Diário de Lisboa, 17/2)

Avenida da Liberdade acima, passaram pelo repórter bandeiras da APU, do PCP, de Pintasilgo, do POUS, da UDP... Nas mãos, os dedos formavam um «V» da vitória, fechavam-se nos punhos esquerdo ou direito, lançavam uma saudação. (Diário de Lisboa, 17/2)

Frente à sede do PCP, no Hotel Vitória, instalação sonora virada para a rua, trocavam-se saudações. A multidão compacta determinava um novo rumo no asfalto. Das três faixas originais, sobrava uma delimitada pela vontade popular, pela alegria, pela vitória. A voz de Paulo de Carvalho, nos «Meninos de Huambo» acompanhava o concerto de buzinas que, em filas compactas, se dirigiam para o Saldanha e para o espaço Valbom. Bandeiras da APU, do PCP, do PS, do PRD, de Soares Presidente, da UDP, cruzavam-se no ar, agitadas pelas mãos dos que, por uma razão ou outra, votaram contra Freitas do Amaral. (Diário de Lisboa, 17/2)

Em Faro idêntico procedimento foi utilizado pelos apoiantes de Soares que encheram as ruas da cidade onde, para além das bandeiras e cartazes de Mário Soares, eram visíveis bandeiras do PCP e do MDP/CDE. (Diário de Lisboa, 17/2)

Entre a Praça Marquês de Pombal e os Restauradores viveram-se momentos de unidade apenas igualáveis ao 1.º de Maio de 1974. Bandeiras do MASP, APU, PCP, PS, do ZAP e da UDP, ou cartazes com a palavra de ordem «Contra Freitas/Votar Mário Soares» davam forma às manifestações de regozijo de quem desceu à Baixa alfaiada para festejar a democracia.

Frente ao Centro de Trabalho Vitória do PCP concentravam-se milhares de pessoas para entoarem a canção «Grândola Vila Morena» e o Hino do MFA. (O Diário, 17/2)

Milhares de pessoas — a pé, ou de automóvel, ou em camiões — manifestavam a sua legítima alegria esfuziante, junto do Espaço Valbom (onde nem faltou o fogo-de-artifício) na Praça do Saldanha, na

Prenda de anos

Há cinquenta e cinco anos saía à rua — precisamente com a data de 15 de Fevereiro de 1931 — o primeiro número do «Avante!». Saía à rua tomando precauções. Não por causa dos leitores a quem se dirigia, a quem falou desde logo claramente — à classe operária, aos trabalhadores, aos democratas, aos patriotas. Mas, no seu formato pequeno, no seu papel fino, no seu tipo «miúdo», era como se murmurasse as palavras que dizia, embora fossem palavras de gritar vozes contra a opressão e o fascismo.

Durante mais de quarenta anos — e mais de trinta com regularidade — o «Avante!» foi a única voz impressa, livre da censura que o fascismo impunha. O «Avante!» surgia assim, aos olhos dos seus leitores regulares e dos seus leitores eventuais, como a voz da verdade, levando as lutas pela liberdade e pela democracia ao conhecimento de outros lutadores noutros lugares, tornando-se, pelo exemplo que dava das diversas experiências e batalhas, num grande mobilizador dos trabalhadores e dos democratas, num organizador poderoso, no verdadeiro «coração» da luta, como dele dizia José Moreira, um dos muitos que tombaram para que esse coração continuasse a trabalhar e a luta continuasse possível.

Há quase doze anos, o «Avante!» surgiu à luz da legalidade para a qual contribuiu. Cresceu no seu aspecto e tiragem, foi mais longe na sua distribuição. Mudou. Mas mudou apenas na medida das transformações políticas e sociais, não na sua voz e no seu empenhamento primeiro — continua a ser a voz do Partido, o seu órgão central, reflectindo as análises do PCP, dando conta das lutas, participando na batalha política do Partido. Isto na medida das suas possibilidades e apoiando-se como sempre nos militantes que o fazem chegar a todos os trabalhadores.

A todos?

Nem a todos, e é esta uma das fraquezas do nosso «Avante!», cuja tiragem está muito aquém do seu papel na luta dos comunistas.

Não é preciso ir longe no tempo para nos darmos conta de que esse papel é importante. Este «processo» eleitoral encerrado agora com a segunda volta das eleições presidenciais exigiu ao nosso jornal — como ao nosso Partido — um esforço redobrado nas campanhas de esclarecimento do que esteve em causa ao longo destes últimos meses, desde as legislativas de 6 de Outubro, passando pelas autárquicas de 15 de Dezembro, pelas presidenciais de 26 de Janeiro, pela segunda volta do passado dia 16 de Fevereiro.

As situações mais complexas foram clarificadas pelo PCP e o «Avante!» teve aí o seu papel, entrou, como lhe era exigido, na batalha do esclarecimento, procurando relatar o acontecido, dar conta da variedade das iniciativas, comentar, criticar, apoiar. E, dar, como lhe compete, voz às decisões e às análises dos órgãos dirigentes do PCP.

Como se fosse uma prenda de anos, no dia seguinte ao seu 55.º aniversário, o «Avante!» recebeu a vitória da democracia contra o perigo do fascismo, regime que tão bem conhece. Com a certeza embora de que ninguém lhe afogaria a voz, o «Avante!» compartilha a festa que é continuar a falar em liberdade e, em liberdade, a dizer que a luta continua.



Av. Fontes Pereira de Melo, na Rotunda do Marquês de Pombal (ponto de encontro privilegiado dos festejos populares), na Av. da Liberdade (onde os altifalantes do Centro Vitória do PCP mandavam para o ar a «Grândola Vila Morena» ou «Uma Gaivota Voava, Voava», nos Restauradores, no Rossio, locais em que nem faltaram os vendedores de bandeirinhas nacionais e as caravanas de comes-e-bebes...» (Diário de Notícias, 17/2)

Os veículos buzonavam, buzonavam, as gentes abraçavam-se, erguiam punhos, levantavam as mãos com os dedos em V, muitos saltitavam, todos entoavam, segundo as proveniências, cânticos ou gritos de «vitória! vitória!», «Soares é fixe!», «Olé, olé Soares é o melhor que há!», «Viva o 25 de Abril», «Vale mais um boné alentejano do que um palhinhas americano», «Fascismo nunca mais!» (Diário de Notícias, 17/2)

...Além de muitas bandeiras nacionais, esvoaçavam alegremente ao fresco vento da memorável noite de ontem muitas outras bandeiras (a da rosa — «Soares Presidente», a do Sol a sorrir — «Soares é fixe», as do PS, as de praticamente todos os partidos da esquerda e, mesmo, as da APU, do ZAP e da candidatura de Pintasilgo) bem como cartazes com o rosto do candidato vencedor, enquanto catraios baloiçavam balões multicolores e apitavam estridentes cornetas. (Diário de Notícias, 17/2)

Cá em baixo a praça está cheia e há centenas de bandeiras para todos os gostos: do PSD à APU, do MRPP à UDP, do POUS à UEDS e ao PCP, de Pintasilgo a Soares, evidentemente; mas — oh, espanto! — também do Benfica, do Belenenses, do FC do Porto, do Sporting e não sei se de mais algum. (Diário Popular, 17/2)

Na Avenida, junto ao Hotel Vitória, na sede do PCP, altifalantes atiram cá para fora com «Grândola Vila Morena». O Zeca podia lá estar ausente... (Diário Popular, 17/2)

O primeiro sinal para a festa foi dado por centenas de manifestantes comunistas que ostentando bandeiras do seu partido e da candidatura de Mário Soares acorreram à baixa, entoando «slogans» como «o povo unido jamais será vencido». Os comunistas portuenses, pela primeira vez na segunda volta das presidenciais, apareceram publicamente neste tipo de manifestações de apoio à candidatura de Soares. Curiosamente, em menor número na altura, os apoiantes socialistas de Soares cantaram em coro com os comunistas «Grândola Vila Morena». (O Comércio do Porto, 17/2) ■





A multidão à noite

A noite mal tinha entrado nas oito horas. Em frente à sede nacional da candidatura de Soares é já uma multidão que não esconde o seu regozijo pela derrota de Freitas do Amaral.

Pouco depois, já no Saldanha, são milhares as pessoas que, iluminadas por poderosos holofotes, dão asas à sua alegria.

Por essa cidade de Lisboa, são os carros que partem para um entusiástico passeio da vitória.

Por cima das cabeças dançam bandeiras do PCP, da JCP, da APU, do PRD, do PS, do MASP, da UDP e das duas candidaturas democráticas. Há também algumas de diversos clubes desportivos.

Insólito? Talvez não.

Mais do que a vitória de um homem e de um projecto, o que o

povo veio festejar para a rua foi a vitória da democracia e a derrota de um projecto fascizante.

Foi esta causa comum que uniu democratas de tão diferentes quadrantes. Pela defesa da democracia, os portugueses votaram e festejaram em massa.

E quando, por entre os «Soares é fixe» eclodiam palavras que nos diziam que Abril está bem vivo e é sempre, os rostos alegravam-se cúmplices e o entusiasmo recrudescia.

Tanto na assembleia de voto como já pela noite dentro, os democratas, todos juntos, festejaram a democracia e demonstraram inequivocamente a sua disponibilidade para a defender.

■ JM

Terrorismo contra a democracia

Com os cidadãos portugueses vivamente empenhados numa etapa crucial da vida política do País, o terrorismo deixou no último fim-de-semana a sua marca de morte e violência, arrastando estranhos objectivos e propósitos, e possibilitando, como sempre, os aproveitamentos e a estratégia de quem acaba por estar sempre interessado no ambiente social, político e psicológico que os actos terroristas geralmente ocasionam entre a opinião pública. Tanto mais, num momento como o que vivemos nos últimos dias.

Sábado, véspera de segunda volta da eleição presidencial. Falta apenas algumas horas para que se confirme através do voto a firme disposição dos portugueses em não perder a democracia e a liberdade.

Junto da sua residência em Lisboa, ao fim da tarde, é assassinado a tiro o director-geral dos Serviços Prisionais, dr. Gaspar Queirós de Abreu Castelo Branco, que exercia o cargo desde 1982, tendo anteriormente dirigido algumas cadeias do País.

O atentado terá sido cometido cerca das 18 e 30 horas. Mais rápida que o piquete da Polícia Judiciária, a TV desloca uma equipa de reportagem para o local, onde encontra um corpo imóvel, estendido no chão. Ainda no bloco de notícias das 20 horas, a RTP consegue dar as primeiras imagens do corpo baleado, que repetirá no último serviço de notícias.

Para os telespectadores, é a notícia principal que fica na memória a poucas horas do início da votação. Sem mais comentários ou tomadas de posição.

Entretanto, no local do crime, elementos da PSP e populares aguardam a chegada do delegado de Saúde. De concreto, nada se sabe naqueles instantes. Vem finalmente o piquete da Polícia Judiciária. De forma ostensiva, o agente vira as costas à repórter da TV (como se viu nas últimas notícias) e recusa-se a fazer qualquer comentário. Horas depois da sua execução, o atentado terrorista é rei-

vindicado por alegados elementos das FP-25. A TV e a Rádio avançam logo a notícia, embora sem confirmação.

Só mais tarde, a Comunicação Social — citando fontes policiais — começa a levantar sérias dúvidas sobre os verdadeiros autores do crime. As interrogações ficam no ar. De concreto, sabe-se apenas que o director-geral dos Serviços Prisionais vinha desde há tempos a ser ameaçado de morte com frequência. Por parte de quem? Não se sabe...

O atentado, levado a cabo por dois homens (segundo testemunhas oculares), deu-se numa altura em que o dr. Castelo Branco não tinha serviço de segurança. Segundo informações divulgadas pela Comunicação Social, era já hábito dispensar esses serviços fora dos dias úteis.

Domingo, dia da segunda volta das Presidenciais.

A sucessão de informações e comentários da TV e Rádio sobre a evolução dos resultados eleitorais é interrompida para noticiar a ocorrência, às 21 e 30, de uma explosão na zona do Restelo, em Lisboa. Mãos criminosas haviam colocado uma granada defensiva entre o eixo da frente e a caixa de velocidades de uma carrinha tipo furgão, pertencente ao externato «João Bosco». A granada viria a explodir pouco depois do motorista ter avançado com o veículo uma escassa meia dúzia de metros.

Naturalmente, da parte do povo, dos trabalhadores, dos democratas o sentimento é de repulsa firme e de desprezo vigoroso para quem pratica e estimula o terrorismo. Os cidadãos mais conscientes e lúcidos conhecem bem as raízes e os propósitos dos que apostam na violência. O terrorismo é a negação da democracia e, como ensina a História, é muitas vezes um abrir de portas às formas repressivas mais violentas.

■ JPO

Um outro nome

Certamente todos se lembram dos «argumentos» de Proença de Carvalho, director político da campanha de Freitas do Amaral, no momento em que lhe desabava em cima a derrota do passado domingo: «Daqui a cinco anos, esta juventude extraordinária que fez a campanha do «Prá frente Portugal» já estará em idade de votar; aí já as coisas se passarão de outro modo». Não se trata de uma transcrição «ipsis verbis», mas respeita fielmente o pensamento expandido, tal como não se trata, propriamente, de um «argumento», como caracterizámos ao princípio, dado que configura, muito mais, uma ameaça: o homem da propaganda de Freitas do Amaral empunhou a juventude, na hora do despeito, como uma maça de guerra a arremessar daqui a cinco anos sobre a democracia portuguesa.

Vale a pena transcrever uma outra frase (e esta textualmente) proferida há umas dezenas de anos: «Se não vierem para as nossas fileiras, isso é-nos indiferente, mas os vossos filhos, esses tê-los-emos mesmo assim!». Quem disse isto foi Hitler, ele próprio, durante uma campanha eleitoral.

É evidente a semelhança dos conceitos e das próprias formulações: ambos se apropriam da juventude como hoste pretoriana a utilizar, no futuro, contra quem, no presente, travou a marcha do projecto político perseguido pelos seus autores. Que era, no primeiro caso, e do professor Freitas do Amaral. Que foi, no segundo caso, o de Adolfo Hitler.

Mas esta afirmação do homem da propaganda de Freitas do Amaral não começa, nem esgota, o evidente paralelismo da campanha freitista com a técnica eleitoral nazi-fascista. Sem preocupações de minúcia ou aprofundamento, peguemos em mais alguns exemplos.

Como os *slogans*. O de Freitas era, como se sabe, «Prá frente Portugal». O que talvez não esteja já muito presente é que a frase-chave das campanhas hitlerianas era «Deutschland Über Alles» (mais tarde transformada em hino da Alemanha nazi), que se pode traduzir por «A Alemanha acima de tudo». Não é necessária uma grande perspicácia para se descobrir a semelhança de fundo entre as duas frases, expressa num exacerbado apelo nacionalista (a «pátria» como único argumento político) e num deliberado afastamento de quaisquer considerações ideológicas, sociais ou económicas. Mais: estas últimas ficam (perante tal discurso nacionalista) como implícitas «responsáveis» do «caos» e da «miséria» que, entretanto, impõem que se leve «Prá Frente Portugal» ou (tanto faz), se ponha «A Alemanha Acima de Tudo».

Na verdade só mesmo da campanha de Freitas do Amaral podia vir um tão empenhado esforço em tentar demonstrar que a «esquerda» e «direita» eram conceitos «ultrapassados»...

Tivemos oportunidade de apreciar as «hostes» freitistas na campanha presidencial. Vimos como elas estavam organizadas, enquadradas e comandadas em esquemas quase militares, com «sargentos» e «oficiais» devidamente identificados com cartões diferentes, a velarem pela eficácia dos transportes, a colocação no terreno, a advertência face a excessos comprometedores, o «municionamento», sem falhas, dos «adereços» (chapéus, bandeirinhas, autocolantes, papetes, etc.). E como as hostes, propriamente ditas (jovens e numerosas), se entregavam com grande entusiasmo à saborosa «aventura» proposta, onde os aliciantes e a abundância de meios mais que compensavam: grandes passeatas à borla, convívio amplo, comida garantida, uma enorme sensação de poder e a auto-satisfação com permanentes adulações dos chefes (e do candidato) à «força da juventude». A partir daí, que interessava o facto de andarem a gritar pelo País fora *slogans* sem sentido, «vivas» a discursos vazios, «abaixos» a realidades em que nunca pensaram?!

Vale a pena, também aqui, recordar o que se passava na estratégia eleitoral nazi, bastando, para isso, citar um pouco da muita documentação existente sobre a matéria: «era também, sobretudo, a juventude que Hitler visava como elemento sensível e que a sua propaganda podia utilizar agilmente como intermediário das suas ídelas e das suas acções: ela deixa-se facilmente fanatizar por excitações repetidas, correspondendo à sua sede de aventuras românticas, e entrar assim numa psicose colectiva».

Bem podem apregoar, entretanto, que a campanha do seráfico professor da Póvoa do Varzim foi «à americana»... É certo que se moveu a dólares, mas campanhas destas tiveram, têm e sempre terão, em Portugal, um outro nome. Com 50 anos de conhecimento de causa.

■ HC



Nacional

Os avisos de Cavaco e Eurico

Domingo, 16 de Fevereiro de 1986. Às tantas, os telespectadores arpejam-se, Cavaco pede aos portugueses «moderação» nos festejos da vitória, solicita «respeito» pelos vencidos. Que é isto? Perguntam-se os portugueses que votaram pela democracia. Estará o Primeiro a dirigir-se mesmo a nós? A nós que soubemos dos preparativos violentos desta "AD" recauchutada à pressa para levar a Belém o seu candidato fascista e para levar o ferro e o fogo para a rua, preparando-se como se sabia para as represálias e a «revanche», cercando Centros de Trabalho do PCP à espera da hora negra que, poderia repor o passado? Estaria o chefe do governo de direita a falar com os eleitores de esquerda que assistiram às violências do fim da primeira volta, que souberam do que se tramava entre os agrários fascistas que tinham tudo a postos para os assaltos? Estaria mesmo Cavaco a falar com os democratas que viram com os seus olhos os preparativos de cercos no princípio dessa mesma noite?

Não estava a falar com a gente, com certeza. Estava a falar com a sua gente de que decerto conhecia os designios ou talvez mesmo

comandasse os planos. A hora, para Cavaco, era de desmobilização, que os números — e os votos — desaconselhavam euforias fascistas.

No entanto, mesmo com os apelos «moderativos», e apesar destes terem sido entendidos pela maioria dos freitistas que nas primeiras «projeções» de resultados tinham começado os preparativos para desencadear a festa sangrenta, alguns maus perdedores provocaram desacatos, houve feridos e conta-se mesmo um morto por atropelamento de um condutor enraivecido.

Que teria acontecido se Freitas ganhasse? Não teria sido a festa da sua derrota. Aliás, em 1980, o MAI de então — que é o mesmo ministro do Interior de hoje — não apelara à moderação. Pelo contrário, preparara já a desculpa dos confrontos violentos provocados pela "AD", considerando então «normal e humano que os vencedores manifestem publicamente o seu contentamento»...

■ LM



Eleições presidenciais/1986

DERROTA
DA
REACÇÃO
VITÓRIA
DA
DEMOCRACIA



Jovens

Foi na noite das eleições. Milhares de jovens desfilavam pela avenida Fontes Pereira de Melo. Chegando junto à sede distrital da candidatura de Freitas do Amaral, param e gritam «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais». À sua frente estava um cordão da polícia, mais adiante, apoiantes do professor derrotado.

Do lado de cá, entre as avenidas da Liberdade e da República, era a alegria e o civismo que reinavam. Do outro lado não. Não era a alegria, claro, mas muito menos o civismo.

Os jovens apoiantes de Freitas, na sua grande maioria já vestidos de negro — meu deus, que guarda-roupa — com a incrudelidade estampada no rosto uma vez que afinal não eram os melhores, os mais bonitos nem os mais fortes, entretinham-se a provocar os manifestantes e gritavam «viva a ditadura e viva Salazar».

Chegaram mesmo a apedrejar os manifestantes, jovens também, mas democratas. E, exactamente por ser a democracia que estavam a festejar, não foi com pedras que lhes corresponderam. Foi com mais palavras de ordem, sempre as mesmas, mas agora gritadas ainda com mais força: «Fascismo nunca mais»

■ JM



Há maneiras

Há maneiras de cantar as coisas e cada um escolhe a sua. A televisão, por exemplo, escolheu antecipadamente, para animar a maratona eleitoral do passado domingo, expoentes culturais do nacional-trolireirismo.

Nada contra. Só é lamentável que a RTP não estivesse a favor de mais alguma coisa, da tanta (e tão diferente!) que, musicalmente, se produz neste País.

Não estivesse?! De facto a RTP não esteve a favor de mais nada, senão não tinha a programação que anunciou. Só que... só que, às tantas, tornou-se uma certeza a derrota do candidato do revanchismo fascista. Só que, às tantas, o 25 de Abril saiu de novo à rua, pujante de festa e força, festejando a vitória mesmo nos gorgomilos das câmaras espalhadas pela capital. Não sabemos se alguém, dos que mandam no labirinto da RTP, sentiu ganas de desligar a emissão, mas o que sentiram, de certeza, foi a irrecuperável inevitabilidade de mudar de agulha. E lá foram aos armários onde tinham aferrolhado as gravações de outra gente, dado que a música, agora, era outra. Correu tudo bem — as teias de aranha e o pó da censura acumulada não resistem à qualidade das novas tecnologias. A imagem e o som continuaram lípidos. A emissão manquejou, afogueada, atrás da festa que lhe entrou portas adentro e País fora, enquanto a generalidade dos emissores de rádio rebentou, igualmente, algumas fechaduras para dar direito de antena à gente daquela festa.

Há maneiras de cantar as coisas e cada um escolhe a sua. Só que — e mais uma vez se comprovou — quando é o povo a escolher não há grelhas que resistam. Nem grilhões.

■ HC

Nacional

Os Eduardos

O sr. José Miguel Júdice apoiou Freitas do Amaral, é um conhecido dirigente da extrema-direita e afirmou, depois das eleições, em «O Diabo»:

«É possível, entre o bloco liderado pelo PS e o bloco liderado pelo PSD, estabelecer um consenso para a revisão constitucional que ganharia em começar a ser calmamente preparado».

O sr. António Maria Pereira apoiou Freitas do Amaral, é um conhecido militante da direita mais anticomunista e afirmou, depois das eleições, no «Tempo»:

«É necessário que a estabilidade seja mantida. E para isso, o dr. Mário Soares consiga (...) manter uma posição de isenção total e de colaboração com o dr. Cavaco Silva na obra que este está a emprender.»

O sr. Pedro Santana Lopes apoiou Freitas do Amaral, é um conhecido dirigente da extrema-direita e secretário de Estado do Governo de Cavaco Silva e afirmou, depois das eleições, no «Tempo»:

«Espero ainda que o dr. Mário Soares saiba assegurar a solidariedade institucional entre a Presidência da República e o Governo. Nós tudo faremos para que essa solidariedade exista.»

O sr. Adriano Moreira apoiou Freitas do Amaral, foi ministro fascista do governo de Salazar, é presidente do CDS e afirmou, depois das eleições, no «Tempo»:

«A acção do dr. Mário Soares, de acordo com as suas próprias palavras, deve corresponder a este conceito (estar acima das diferenças partidárias) e, como partido de oposição, o CDS sublinha a necessidade da participação institucional, o que significa um relacionamento responsável entre o Presidente da República e o Governo.»

O sr. Rosado Fernandes apoiou Freitas do Amaral, é presidente da confederação patronal ultra-reaccionária CAP e afirmou, depois das eleições, no «Diário de Notícias»:

«O essencial é que a partir de agora, no seguimento das eleições, haja a possibilidade de a guerrilha institucional Governo-Presidente da República se não repetir.»

O sr. Nuno Rocha apoiou Freitas do Amaral, é director do semanário reaccionário «Tempo» e, depois das eleições, escreveu num dos seus saborosos editoriais:

«E Cavaco talvez possa governar melhor com Soares em Belém do que com este na oposição. Só o sentido patriótico de Soares e de Cavaco, a sua leitura atenta do que diz a Imprensa, podem conduzir Portugal à era de prosperidade de que é merecedora a nossa velha História de oito séculos.»

O sr. Eduardo Lourenço apoiou primeiro Maria de Lourdes Pintasilgo, apoiou depois Mário Soares, é um comentador a ser avaliado pelo que diz e, depois das eleições, afirmou no «Diário de Notícias»:

«A vitória de Mário Soares abre à nossa democracia e em particular à esquerda democrática, o espaço necessário para repensar e ultrapassar os nossos conflitos arcaicos, congregando o que há de melhor entre vencidos e vencedores na única empresa que vale a pena: a empresa — Portugal.»

O sr. Eduardo Prado Coelho apoiou primeiro Maria de Lourdes Pintasilgo, apoiou depois Mário Soares, é um comentador a ser avaliado pelo que diz e, depois das eleições, afirmou no «Diário de Notícias»:

«A vitória de Soares poderá ser o reforço da orientação pragmática do Governo Cavaco Silva, se acaço Soares e Cavaco souberem encontrar as fórmulas de entendimento que o País hoje exige.»

Parece poderem dispensar-se comentários. ■

Civis e militares

Referem-se estes considerando às primeiras palavras dirigidas pelo novo Presidente da República aos portugueses e em que por ele foi considerado que uma notável página da história pátria havia sido voltada.

Porque as forças democráticas conscientemente unidas haviam derrotado uma das maiores ofensivas da direita fascizante e saudosista? Porque se abrem novas perspectivas à unidade dos democratas? Porque o 25 de Abril, na mão dos que o amam, floresceu na noite de Domingo?

Nada disso. Porque, no entender do dr. Mário Soares, é da maior relevância política que ele seja um civil e os seus antecessores no cargo hajam sido, nos últimos sessenta anos — militares.

Vem esta a ser uma peculiar fixação de algumas cabeças medianamente pensantes da política nacional. Mercê de razões que nada terão de irrelevantes, tais cabeças têm da política uma visão dicotómica e maniqueísta de primárias contradições: a política, o seu cariz e a sua essência, toda se passa, dizem, oscilando entre esta peculiar linha divisória: de um lado, a tropa; do outro, os civis.

Paralelamente a esta profunda análise, os mesmos teóricos consideram de atroz simplismo uma outra visão dicotómica insistentemente perfilhada por muita gente, em Portugal e no estrangeiro: a de que, em política, a linha divisória se traça essencialmente entre reaccionários e democratas. A seu ver, tal visão peca de um horroroso simplismo, de uma primária necessidade de separar os bons — e os maus. A ela contrapõem estoura bem mais profundas e enriquecedoras: de um lado, a farda; do outro, o fútric.

É claro que algumas cabeças irremediavelmente sectárias afirmam a sua definitiva dificuldade em considerarem politicamente associável o indiscutivelmente fardado coronel Santos Costa e os igualmente fardados capitães de Abril. Acrescentam os mesmos que lhes parece grandemente obtuso meter no mesmo saco os capitães que foram ao largo do Carmo em 1974 e o major Silva Pais que saiu da António Maria Cardoso na mesma data — pese embora a sua comum e militar condição.



Eleições presidenciais/1986

O calor e as fogueiras

Bem sabemos que chovia, e a potes. Mas a chuva não amoleceu o entusiasmo pela vitória. Na correnteza das avenidas e das ruas, eram carros, era gente a pé, eram encharcados cartazes levados à mão por aí fora, eram bandeiras que, mesmo pesadas de água, drapejavam com o vento forte. Era a festa, celebrada com calor e com o alívio do mal esconjurado, na qual todos os democratas, se celebravam diversas vitórias se uniam todos na mais importante delas — a de ter derrotado o perigo fascista.

Festa, dizemos. Calor, dizemos. Mas tão longe estamos da vitória da «AD» quando há anos fez estremecer as ruas com o alarido revanchista de quem tinha ganho — apenas então — uma precária maioria na Assembleia! Hoje era Belém que visavam, mas nessa altura deram a ideia — pálida embora —, do que teria sido o terror que haviam de espalhar. Recordemos então as faixas arrancadas e queimadas em fogueiras a que se juntavam cartazes, tudo o que era propaganda dos partidos democráticos.

Fizeram então — e mesmo nas legislativas de há poucos meses apesar da relativíssima maioria de Cavaco — verdadeiros autos de fé. Se foram apenas queimados panos e cartazes e os livros e jornais se não juntaram ao fogo da direita enraivada — foi porque então a vitória era curta. A direita fascista, os fascizantes centristas e os direitistas sociais-democratas, todos esses «moderados», «civilizados», e «democráticos» do grado de Soares e de Prado Coelho teriam desejado mesmo lançar fogo ao País. A começar pelos centros de trabalho dos comunistas — se os deixassem — e acabando por reduzir a cinzas a democracia.

Assim é a direita em Portugal, cuja dinâmica vem das profunde-

zas do salazarismo, da ira de quem perdeu privilégios, do saudosismo revanchista de quem quer mandar de novo com o chicote na mão.

Mas em vez disso foi a festa.

Chovia. Havia cartazes nas mãos mas não tinham sido rasgados. Muitas faixas vimos desfilar, mas eram as do candidato vencedor e não vimos derrubadas as do vencido. E não nos foi dado observar fogueiras. A esquerda — falemos antes dos democratas de um modo geral — não tem apetites de autos de fé. O calor que sobe na vitória não vem de fogueiras ateadas e vingativas, vem tão só do entusiasmo de ter contribuído para a defesa da democracia e para a derrota da iminente ameaça do fascismo.

■ LM

Saborear a liberdade

Talvez nunca, como nestas eleições tenha havido tão poucas certezas quanto ao desfecho final dos resultados. Previsões? Cada um tinha ou não as suas, mas poucos se atreviam, mesmo no restrito círculo familiar ou de amigos, a adiantá-las publicamente.

A esperança e a confiança, essas, todavia, parecem ter permanecido intocáveis em cada um de nós. Razões? Havia-as e de peso: incansavelmente, de forma consciente e empenhada, numa atitude revolucionária, milhares de comunistas e outros democratas transformaram as duas últimas semanas numa intensa batalha de esclarecimento.

O que estava em causa era demasiado sério e tocava a todos: tratava-se de defender a fronteira da liberdade e da democracia. E foi isso que fizeram. Com êxito.

Natural, pois, tudo quanto se passou no domingo, ainda noite cedo, mal se começou a desenhar a projecção dos resultados finais. A explosão espontânea de alegria, o suspirar de alívio, foram a expressão libertadora dessa esperança e confiança acumulada, individual e colectivamente, que espreitava apenas pela melhor oportunidade para sair.

Depois, foi o que todos viram ou, de algum modo, viveram. Nada, na noite fria e chuvosa, parecia ser capaz de refrear a incontida satisfação de milhares e milhares de democratas que inundaram as ruas e praças para, com exemplar civismo, saborearem a liberdade, comemorarem esta importante vitória da democracia e a derrota do candidato cujo projecto continha sérios e fatais riscos para o regime democrático.

Fazendo recordar gloriosas jornadas que se viveram no 25 de Abril, a noite do último domingo junto, outra vez — partilhando com comoção da mesma contagiante alegria —, democratas das mais variadas tendências, credos e convicções.

Nos gestos e nas palavras, saudavam-se Abril e as suas conquistas. Na buzina de um carro, no desfaldar de uma bandeira, no trocar de um sorriso, num abraço, num punho fechado ou numa palavra de ordem mais insistentemente gritada, estavam a fraternidade, a amizade, e, sobretudo, a intenção de comunicar a adesão total aos ideais do 25 de Abril.

No domingo, viveu-se o irresistível apelo de unidade que os capitães trouxeram quando na Primavera de 1974 devolveram a liberdade ao povo português.

Tal como há doze anos, nas ruas, os trabalhadores e os democratas, gritaram «fascismo nunca mais!», o «povo unido jamais será vencido!»

■ RC

■ JC

Assembleia da República

E quando tudo parecia não correr mal surge a derrota do Freitas do Amaral

Na passada terça-feira a sessão da Assembleia da República abordou, através das intervenções políticas de todos os partidos, as eleições presidenciais, como era previsível. Cabisbaixa, mas ainda com alguns sinais «revanchistas» a direita foi obrigada a reconhecer a derrota. Defendendo que após a eleição do Presidente da República se esvaziava a maioria que o sufragou, invertia o pensamento quanto à minoria que optou pelo candidato derrotado.

A direita, no Parlamento, não se quis demarcar da dinâmica fascizante que por diversas vezes sobressaiu da candidatura de Freitas do Amaral. Esta questão foi posta por Carlos Brito, no debate travado por motivo da sua intervenção e que noutra local reproduzimos. E como quem cala consente, apenas nos resta dizer que a direita, no Parlamento, se calou.

Outro facto sintomático, que poderá ter passado despercebido, mas revelador de, uma certa direita, o facto de dirigente do CDS, Adriano Moreira (o primeiro a intervir), ter lido o seu discurso, da tribuna, sem nunca ter olhado para a sua esquerda. Que direita é esta que não consegue olhar, olhos nos olhos, os seus opositores? Como procederia esta direita (e note-se que não englobamos toda a direita) se a vitória tivesse batido à porta?

No texto que leu, Adriano Moreira veio considerar prejudicial ao interesse nacional e contrário à maneira portuguesa de viver, pretender transformar a escolha do Presidente da República numa polarização da sociedade civil e do eleitorado activo, o que apenas serviria — disse logo a seguir — para voltar a agudizar os conflitos institucionais que tanto perturbaram o processo político nos últimos anos.

Mas se o candidato vencedor tivesse sido Freitas do Amaral seria este o discurso de Adriano Moreira? Diria ainda que aquilo que sem propriedade se chama a maioria presidencial esgota-se no momento da eleição e que os votos regressam à disponibilidade de cada eleitor que optou por um candidato finalmente escolhido em relação directa com o País?

Saudando todos os portu-

gueses vindos dos mais diversos quadrantes políticos, que permitiram a vitória da candidatura de Mário Soares, falou em seguida o deputado socialista José Luís Nunes.

Depois de tecer elogios ao candidato eleito e referir-se à harmonia institucional que a Constituição da República traça, José Luís Nunes não foi meigo para o actual primeiro-ministro, nem para a actuação do seu Governo, ao afirmar:

Não foi, porém, pautada por estes princípios de harmonia institucional a actuação do senhor Primeiro-Ministro, prof. Cavaco e Silva, no decorrer desta campanha eleitoral.

Na verdade ao apoiar o candidato vencido sem demarcar de forma clara a sua condição de «leader» do PSD da sua condição de Primeiro-Ministro o prof. Cavaco e Silva não limita ao PSD a derrota sofrida que, importa sublinhá-lo, não é conjuntural.

Referindo, depois, a conferência de imprensa concedida por Cavaco Silva na noite das eleições, afirmou que os portugueses, na generalidade, não se reconheceram no tom usado por aquele, tendo acrescentado:

Em primeiro lugar não se re-

conhecem no apelo à ordem e na ameaça mal disfarçada insita nas palavras dirigidas aos portugueses que comemoravam a vitória do dr. Mário Soares.

Não só porque tais palavras eram inúteis — os portugueses têm tido, em todos os actos eleitorais, um comportamento cívico inigualável — mas também, deve dizer-se, abusivas, pois dirigiam-se a um grupo específico de portugueses que comemoravam a vitória do seu candidato já então completamente definida.

E José Luís Nunes continuou a não ser meigo quando recordou que governar não é procurar confrontos com outros órgãos de soberania, nomeadamente a Assembleia da República, e para que não houvesse dúvidas acrescentou:

Ora, o senhor Primeiro-Ministro, nas suas relações com a Assembleia da República, faltou à verdade por duas vezes:

a) — A primeira, quando afirmou aos portugueses que as correcções ao orçamento suplementar impediam o Governo de fazer determinados pagamentos urgentes, responsabilizando pelo facto a As-

sembleia da República;

b) — A segunda vez, e quanto às leis laborais, quando omitiu que os prazos regimentais tinham sido cumpridos encontrando-se a decorrer os prazos de consulta previstos pela Constituição.

Uma ameaça em suspenso?

Sem «palhinhas», e de semblante carregado, António Capucho, líder da bancada social-democrata, era um homem derrotado. Essa postura não se alterou durante toda a sessão. A sua intervenção política resumiu-se a três folhas dactilografadas. O discurso, insonso, procurou defender Cavaco Silva, ao dizer que os resultados obtidos por Freitas do Amaral, consagram do nosso ponto de vista a correcção da estratégia definida pelo meu Partido e reforçam consequentemente a liderança social-democrata.

Fez o apelo a Mário Soares para que cooperasse com o Governo, esquecendo que este órgão de soberania depende directamente da Assembleia da República, como, aliás, o novo Presidente eleito já por diversas vezes declarou.

Capucho, a imagem da derrota, agora que as coisas pareciam não correr mal...

«E por falar no actual Governo»

Pelo PRD falou Hermínio Martinho que salientou entender o seu partido que os resultados eleitorais desta segunda volta mostraram inequivocamente que o povo português está com o 25 de Abril e com que ele simboliza.

Mais adiante, o deputado renovador afirmou:

E por falar no actual Governo, o PRD quer salientar que considera a acção até agora por ele desenvolvida como globalmente positiva, sem esquecer, porém, as condições e circunstâncias muito favoráveis em que assumiu o Poder, inclusive ao nível da conjuntura económica internacional.

E prosseguiu Hermínio Martinho a sua intervenção que no final não congregou os aplausos da totalidade da sua bancada:

A posição do PRD face a este Governo em nada se alterou com os resultados das presidenciais, como não se alteraria se os resultados tivessem sido outros. O PRD tem-se pautado e continuar-se-á a pautar por uma intervenção na defesa do exercício rigoroso da acção fiscalizadora do Executivo, que compete ao Parlamento, e que de acordo com os seus princípios deve até ser reforçada. Esta acção fiscalizadora, em nosso entender, é uma forma crítica de colaborar e não de obstaculizar a acção governativa, em tudo que ela possa ter de positivo, e lamentamos que o Governo pareça não compreender esta realidade e, para obter dividendos políticos, tenha já pretendido responsabilizar o Parlamento por culpas que não lhe cabem.

Porquê o silêncio?

A última intervenção política foi proferida pelo deputado João Corregedor da Fonseca, do MDP/CDE. Começou por trazer ao conhecimento da Assembleia a morte de um sexagenário, na Madeira, vítima de apoiantes de Freitas do Amaral, interrogando e interrogando-se qual a razão que levou a que aquele incidente ocorrido na terça-feira de Carnaval só viesse a conhecimento público no último dia da campanha eleitoral.

Falando do clima de instabilidade, de insegurança e de medo que se verificou durante a campanha eleitoral de Freitas do Amaral, e que até no próprio dia das eleições se fez notar, o deputado do MDP, depois de recordar que o povo português não quer o regresso ao passado, acrescentou:

A bipolarização, srs. deputados — como ficou patente na candidatura Freitas do Amaral — só interessa à direita. A esquerda, essa, srs. deputados da direita, tem dado sobejas provas — não é novidade para ninguém — de ser tolerante e assim vai continuar.

— Salários em atraso

Quatro diplomas em debate

• Proposta do Governo foi apresentada à pressa

Prossegue hoje, na Assembleia da República, o debate parlamentar sobre os diferentes diplomas respeitantes aos salários em atraso.

Na terça-feira, quando o debate começou, as galerias encheram-se com trabalhadores e familiares atingidos por este flagelo. Querem uma solução urgente para o seu problema.

Em debate estão três projectos de lei, respectivamente do PCP, PS e PRD e ainda uma proposta de lei do Governo. Entretanto, o partido governamental terá tentado evitar que o assunto fosse discutido em plenário, procurando remetê-lo para a Comissão Parlamentar respectiva, evitando assim que o público pudesse assistir e afastando dos órgãos de comunicação social o impacto de um assunto tão importante.

De salientar que nesta matéria tem sido o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, que nos últimos três anos tem desenvolvido as mais diferentes e numerosas iniciativas para tentar resolver o problema.

Pretendendo, embora, voltar ao assunto na próxima semana, atendendo a que a decisão da Assembleia só será conhecida quando o «Avante!» já estiver publicado e porque a questão em causa merece, qualquer que seja o resultado, uma divulgação ampla entre os trabalhadores, transcrevemos hoje partes da intervenção do deputado comunista Jerónimo de Sousa sobre o assunto.

O Grupo Parlamentar do PCP honra-se de ter assumido nos úl-

timos três anos um papel destacado nas iniciativas legislativas que, caso fossem aprovadas, poderiam ter minorado muitas situações gritantes de fome, miséria e desespero que se abateram sobre milhares de trabalhadores e suas famílias, mas também sempre soube que teriam sido e continuarão a ser decisivas a contribuição, a sensibilidade e as iniciativas doutros quadrantes políticos e sociais que permitam concretizar uma esforçada, polémica, mas necessária e urgente vontade de resolver tão candente questão. (...)

Para consumo da opinião pública

O anterior governo através do Decreto-Lei n.º 50/85 deu um

passo tímido e limitado que, embora adiando as soluções de fundo, e ameaçando a continuidade do emprego, reconhecia já a necessidade da aplicação de um sistema público de garantia salarial. Também o Governo de Cavaco Silva, que tinha manifestado em campanha eleitoral e no Programa do Governo uma vasta gama de declarações visando a resolução dos salários em atraso, apressou-se a aprovar, publicar e publicitar o Decreto-Lei n.º 7-A/86. Verdade se diga: mais para consumo da opinião pública do que para resolver com seriedade e profundidade o problema dos salários em atraso.

O que importa reter desde já é que também o Governo acaba por reconhecer enfiadamente com uma lógica errada que o Estado deve assegurar de imediato recursos de subsistência aos milhares de trabalhadores nesta situação. Esta alteração significativa de comportamentos reclama que a Assembleia da República, com base nos três projectos e na proposta de lei em apreço, se decida por um trabalho sério onde se abdique dos conceitos das verdades absolutas e se procure antes consensos possíveis e necessários. A votação unânime da Assembleia da República quanto ao processo de urgência dos projectos de lei n.º 2/IV e 38/IV respectivamente do PCP e do PS, a

apresentação doutro projecto de lei sobre a matéria do PRD e a própria proposta de lei 4/IV do Governo, constituíram sinais positivos de uma nova vontade política no quadro de uma Assembleia da República renovada. (...)

O Governo a reboque

O Governo veio apressadamente apresentar uma proposta de lei depois de também apressadamente publicar um diploma de duração transitória, que nada resolve, e antes se destina a fomentar o encerramento de empresas, o desemprego dos trabalhadores. Veio o Governo apressadamente e com ligeireza... na ânsia de não deixar que se radique a imagem de uma Assembleia que trabalha, que debate um dos problemas mais graves que afligem a nossa sociedade, que procura soluções para debelar um flagelo, debate onde não cabem as falsas soluções do Decreto-Lei n.º 7-A/86.

Deste diploma haverá que reter que, para além de ter uma aplicação transitória — apenas para os 90 dias seguintes à entrada em vigor do diploma —, acena aos trabalhadores com a rescisão do contrato com justa causa, com a suspensão dos contratos de trabalho, compensando-os tão-só com o pagamento das indemnizações e das

retribuições através das instituições de segurança social.

Qual o destino dos trabalhadores?

Mas só isso! Perante o diploma do Governo cabe perguntar: qual o destino das empresas?

Qual o destino dos seus trabalhadores que com atrasos de meses, quando não de anos, acabem por se ver forçados à rescisão ou à suspensão do contrato? Qual o destino dos trabalhadores que com o contrato voluntariamente suspenso, vejam terminado o período de pagamento da garantia salarial? É bem evidente que o diploma do Governo aponta no sentido do encerramento das empresas, no sentido do desemprego, no sentido da morte de certa iniciativa económica, do apadinhamento de outra, da que defrauda a lei e pretende subverter um sistema constitucional e legal, no sentido do incremento da marginalidade no mundo das relações laborais. Avisados foram os trabalhadores. Apenas 300 dos cerca de 100 mil nesta situação recorreram ao regime proposto pelo Decreto-Lei.

É uma mistificação que dá bem a imagem deste Governo, a forma como todas as noites propagandeia este decreto na Televisão como se fosse um detergente que lava mais branco.

Assembleia da República

Declaração de Carlos Brito «Os que no campo democrático julgam aplacar a direita cedendo à sua política e aos seus objectivos têm neste processo eleitoral uma experiência cheia de ensinamentos.»

Como já foi anunciado o Comité Central do PCP vai reunir no próximo dia 20. Compreende-se, por isso, que reservemos para depois dessa reunião uma análise aprofundada da situação política decorrente das eleições presidenciais e das suas implicações nas posições e acções futuras do meu Partido.

Não podemos, no entanto, deixar de manifestar desde já perante a Assembleia da República o nosso gozo pelo resultado essencial do acto eleitoral do dia 16 de Fevereiro.

Esse resultado representa, como foi salientado ontem pela Comissão Política do PCP, uma grande derrota das forças reacçãoárias, nomeadamente do revanchismo fascista e fascizante e significa a inutilização do plano de liquidação do regime democrático no qual a eleição de Freitas do Amaral constituía um elemento importante.

Com a derrota de Freitas do Amaral e a eleição de Mário Soares fica afastada essa grave ameaça que pairou sobre a democracia portuguesa.

A enorme arrogância, agressividade e carácter provocatório que a campanha de Freitas do Amaral assumiu nos últimos dias constituiu um bom sinal de alerta e de perigo para os mais desprevenidos e provavelmente não ajudou os objectivos eleitorais do candidato. Pouca lógica eleitoral tinha, por exemplo, a operação concertada de gritos e cantares marcada para a mesma hora de sexta-feira em todo o país pelos serviços de candidatura (não era com certeza um ensaio para ir às urnas) mas o enriquecimento de tais manifestações com batidas de panelas como aconteceu em algumas zonas, talvez por espontaneidade de apoiantes,

não podia deixar de trazer à memória outros ensaios que prepararam trágicos desastres para a democracia.

O ódio ao 25 de Abril, à esquerda e ao regime democrático e a intolerância expressa contra todos que não fossem freitistas explodiram por muitos lados da campanha freitista quase sem disfarce. Isto não envolve evidentemente todos os que votaram em Freitas do Amaral. Não metemos todos no mesmo saco. Mas refira-se entre abundantíssimo material, onde nem falta a falsificação de documentos, um matutino lisboeta que sempre se apresentou como guardião da candidatura e que lançava nessa mesma sexta-feira, num artigo recheado dos mais baixos ataques e provocações, esta interrogação espantosa: «como é possível que a quase doze anos de distância do famigerado 25 de Abril, a chamada esquerda, latina e autenticamente sinistra, tenha a coragem e o despudor de se apresentar no terreno eleitoral a disputar o lugar de Presidente da República?»...

São conhecidos os planos que se desenvolveram para comemorar a vitória de Freitas do Amaral que pelo menos os freitistas mais assanhados tinham por absolutamente certa. Aliás havia os que não se coíbiam de discutir em lugares públicos ataques a sedes de partidos democráticos e até retaliações contra cidadãos. Os que me ouvem na Assembleia da República sabem

que isto não são figuras de retórica. Para certas hostes freitistas além do sonho de ver sair do país os comunistas e os socialistas «abraçados», ou de mandar tudo para a «sibéria», parece também que havia o plano de selar a porta de alguns democratas não com a estrela de David, mas com um enorme selo de «proibida a passagem». Apesar da derrota de Freitas ainda apareceram à porta de alguns comunistas. O Senhor Primeiro-Ministro lá sabe porque insistiu tanto nos apelos, nas quase ameaças à calma e à ordem.

Mas em pleno contraste com este clima de perseguição e confrontação que ressaltava da campanha de Freitas do Amaral, as grandes e espontâneas manifestações de alegria pela sua derrota que se realizaram na própria noite das eleições, reunindo democratas dos mais variados partidos e tendências, decorreram com impecável civismo, espírito de tolerância, e sem qualquer incidente. Elas evidenciaram a consciência que o povo português tinha do perigo fascista e a consciência de que derrotando Freitas do Amaral assegurou a defesa das liberdades e da democracia e que está firmemente disposto a continuar a luta.

Estas manifestações dão a expressão da grande vitória da democracia que se traduz no facto da reacção e da dinâmica fascizante não terem passado e que

abre novas perspectivas à consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

A derrota de Freitas do Amaral não é só a derrota do CDS e do PSD, é também a derrota de Cavaco Silva e do seu Governo. Pode dizer-se que em quaisquer circunstâncias a derrota do candidato apoiado pelo PSD atingiria o Governo e o seu Primeiro-Ministro. Mas Cavaco Silva empenhou-se tão intensamente na campanha presidencial, jogou tão forte com aquilo que estava convencido que era o prestígio do Governo, ligou tão profundamente a sorte do Executivo à vitória de Freitas do Amaral, que a derrota deste redundava numa derrota clamorosa e indifereçável de Cavaco Silva.

Isto não se apaga chamando à televisão uns quantos mercenários do comentário político para assegurarem que o Governo nada sofreu com a derrota do candidato que apoiou ou organizando com jornais afectos campanhas de imprensa no mesmo sentido.

O Primeiro-Ministro, que como é público enfrenta crescentes dificuldades internas no seu próprio partido, também não pode safar-se do entalço em que se meteu com a frase lapaliciana de que «lutas eleitorais, são lutas eleitorais e governar Portugal, é governar Portugal». Frase, aliás, onde não se percebe se a intenção é desvalorizar a eleição do novo Presidente da República ou insinuar uma autocrítica e uma desculpa pelo envolvimento na campanha eleitoral do candidato derrotado. Seja como for é impensável que o Primeiro-Ministro, passado o nervosismo que exibiu nas câmaras de televisão, não seja capaz de retirar outras consequências da sua derrota.

Este é um ponto fundamental que se coloca à atenção e à vigilância das forças democráticas no quadro geral do aprofundamento da derrota da reacção como linha segura para a defesa e consolidação do regime democrático.

Uma das lições fundamentais que se podem retirar de todo o processo eleitoral é de que as transigências para com a direita só à direita aproveitam.

As alianças com a reacção não tiveram apenas os resultados funestos que se conhecem, emprestaram-lhe credibilidade para afivelar a máscara da democracia por cima de projectos que visam no essencial a sua destruição.

As políticas de direita realizadas com ela ou em vez dela permitiram-lhe atingir alguns objectivos estratégicos fundamentais na restauração monopolista, enquanto se degradavam as condições de vida do nosso povo com o desemprego, os salários em atraso, a quebra do poder de compra e a generalização das situações de fome e de miséria. Mas a direita soube desresponsabilizar-se a tempo desta política, que é a sua, para aparecer hipocritamente no plano político e eleitoral a capitalizar o descontentamento.

A experiência demonstra uma vez mais que não há consolidação da democracia sem uma séria e responsável política de justiça social.

Os que no campo democrático julgam aplacar a direita cedendo à sua política e aos seus objectivos, e ainda mais aliando-se a ela contra o movimento operário e sectores democráticos, têm neste processo eleitoral uma ex-

periência cheia de ensinamentos sobre as ameaças que proporcionam e os perigos que acrescentam para o conjunto das forças democráticas e para a própria democracia.

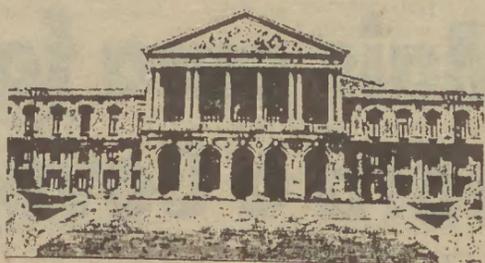
O PCP está consciente da contribuição determinante dada pelo seu trabalho, pela devoção dos seus militantes e pelo voto dos seus eleitores para a derrota de Freitas do Amaral e da reacção.

Uma vez mais o PCP evidenciou o seu elevado sentido de responsabilidade ao serviço do povo, do país e do regime democrático.

Como noutras ocasiões cruciais mais uma vez ficou demonstrado que o PCP é uma força indispensável para fazer frente com êxito à reacção e para qualquer solução democrática dos problemas nacionais.

Neste momento importa salientar também, como fez ontem a Comissão Política do PCP, que todo o processo das presidenciais constituiu uma nova lição de que a divisão das forças democráticas é um dos principais factores do avanço da direita e de que a convergência dos esforços e da luta dos democratas é a melhor garantia da vitória da democracia.

A derrota da reacção verificada em 16 de Fevereiro só foi possível pela convergência dos votos democráticos. Criou-se uma situação nova e favorável à aproximação, ao entendimento e à unidade dos democratas. Pela nossa parte tudo faremos para que esta situação se consolide e desenvolva, certos como estamos de que é essa a base segura para encontrar as soluções para os problemas dos portugueses e de Portugal.



Quem cala consente

Foi uma direita mal comportada a que se revelou, na passada terça-feira, durante o período de antes da Ordem do Dia, na sessão da Assembleia da República, quando se preparava para intervir o líder da bancada comunista, deputado Carlos Brito.

Mas o barulho que acompanhou a subida de Carlos Brito à tribuna logo foi cortado cedo, quando o orador interrogou:

Os senhores deputados freitistas parece que estão um bocado incomodados? Certamente, já não nos esperavam encontrar aqui hoje?

O silêncio pairou num instante. Carlos Brito pôde assim começar a sua intervenção política e que noutra local transcrevemos na íntegra.

Mas a contestação desordeira far-se-ia ainda sentir, por diversas vezes, nomeadamente quando o deputado comunista referiu as dificuldades internas que já se começavam a fazer sentir no interior do PSD, por motivo da derrota de Freitas.

Novamente o barulho, a agitação, a desordem, na bancada do PSD e do CDS.

Sereno, Carlos Brito retorquiu:

Se calhar, alguns dos deputados que gritam também estão envolvidos nessas dificuldades internas do PSD.

Novamente o silêncio pairou de imediato.

Mas o desespero entre os «deputados freitistas» atingiu o auge quando Carlos Brito referiu o carácter fascizante de que se revestiu, por vezes, a candidatura de Freitas do Amaral, quando desenhou o que seriam as comemorações vitoriosas de uma certa direita, quando acusou o que se preparava caso os resultados das eleições tivessem sido diferentes.

E foi mais longe. Mostrou ao hemisfério o autocolante de grandes dimensões que alguns casos chegaram a ser afixado à porta da residência de comunistas e socialistas. O sinal de sentido proibido para ambos.

Foi «engraçado» (as comas justificam-se plenamente) ver a reacção nas bancadas freitistas. António Capucho abanava a cabeça, alguns sociais-democratas passavam a mão pela cara, outros deputados centristas olhavam o vazio e só lhes faltava assobiar comprometidos.

Referindo-se mais uma vez ao que estava preparado e que alguns casos — talvez pela precipitação de uma vitória que se julgava no «papo» — se chegou a esboçar, Carlos Brito afirmou:

Os senhores sabem disto e não o condenam. Isso é que é grave. Os vossos governadores civis sabem disso.

Perante a condenação das acções de «revanche» de uma certa direita, os deputados do PSD e do CDS remeteram-se ao silêncio. Quem cala consente.

Nacional

APU de Mértola

No próximo sábado, e pela primeira vez após a constituição dos órgãos autárquicos resultantes das eleições de Dezembro, realiza-se em Mértola um Encontro Concelhio de eleitos e activistas da APU.

O Encontro decorrerá no Teatro Marques Duque a partir das 10 horas.

Pioneiros da Brandoa

O núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal comemora o seu oitavo aniversário já no próximo dia 23.

Na Festa, porque de festa se trata, todos os jovens receberão o seu cartão de Pioneiro e, aqueles que pela primeira vez se integraram no núcleo receberão os lenços vermelhos que a partir dessa data usarão ao pescoço.

Mas, como não podia deixar de ser, vai haver filmes para to-

dos e um — de certeza succulento — lanche para a rapaziada. O filme será especial, pois contará a história do núcleo, apresentando os Pioneiros de Portugal exactamente como eles são: miúdos com muitas ideias e ainda maior vontade de as pôr em prática.

Uma saudação muito especial, como não poderia deixar de ser, ao núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal.

Trabalhadores

Prolonga-se a greve na Carris

Numerosas lutas põem a nu a fachada «pragmática» do Governo

● Plenário da CGTP-IN no próximo sábado

Com mais de meia frota parada antontem, e grandes atrasos nos dias anteriores, as paralisações na Carris continuam a mobilizar os trabalhadores. A greve parcial prolonga-se até ao dia 23, se entretanto a administração da empresa e o Governo não subirem a percentagem de aumento global dos salários, que ronda os 17,5 por cento. Outras formas de luta noutras empresas de vulto, como a Ivima, na Marinha Grande, na CP, nos Transportes de São Miguel (Açores), Marconi, Casa Hipólito, Cavan, Minas da Borralha, Regojo, Gomase e em sectores como a Função Pública, os metalúrgicos, médicos e professores continuam a pôr em causa uma política que, apesar dos baixos salários, a descida do poder de compra, as ameaças de despedimentos em massa, o encerramento de empresas e os salários em atraso.

Na passada quinta-feira, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública continuava a não considerar definitivos os aumentos aprovados pelo Governo. A respectiva comissão negociadora recorda que à Assembleia da República «cabe um papel importante» no assunto. Como se sabe, o Governo interrompeu as negociações com os sindicatos e impôs um aumento de 16,5 por cento aos trabalhadores da Função Pública.

A comissão negociadora sindical, embora considere da «maior importância a intervenção e o papel da AR», volta a lembrar

que «cabe ao Governo toda a responsabilidade pela presente situação» que levou à rua, no passado dia 5, «mais de 10 mil trabalhadores da Função Pública».

A Federação da FP considera «revelador da importância e dimensão desta jornada de luta» o facto de o presidente da Assembleia da República e o presidente da comissão parlamentar da Administração Interna e Poder Local (no âmbito da mesma Assembleia) terem recebido, durante a referida jornada de luta, a comissão negociadora sindical for-

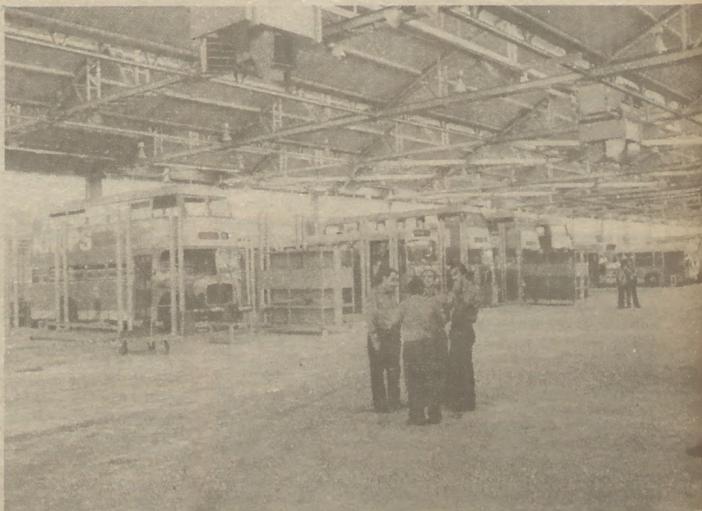
mada pelas 29 organizações sindicais da Frente Comum da FP.

Os sindicatos, continuam a reivindicar que sejam reabertas as negociações prometidas pelo Governo para discutir outras matérias que, além dos salários, constam da Proposta Reivindicativa Comum, oportunamente apresentada pela Frente sindical.

Entretanto, os trabalhadores vidreiros da Ivima recorriam a um corte do tráfego ferroviário, perto da Marinha Grande, como forma de luta e de sensibilização da opinião pública para a necessidade de o Governo aceitar a renegociação do acordo de viabilização da cristalaría.

O Sindicato dos Vidreiros afirma que dessa renegociação depende a laboração normal das empresas abrangidas e o pagamento dos salários.

Esta reivindicação é comum, como se sabe, à maioria dos trabalhadores em luta. A par dos salários em atraso estão os conflitos derivados da incapacidade de diálogo demonstrada por gestores e patrões, no que respeita a acordos de empresa e outras convenções colectivas de trabalho que os trabalhadores organizados se esforçam por fazer aprovar e cumprir.



Marcado Plenário da CGTP

Aberto, como é habitual, aos sindicatos não filiados, começa às 10 horas do próximo sábado, 22, um Plenário da CGTP-IN.

Além do regulamento do V Congresso da Central, marcado para o próximo mês de Maio, constam da ordem de trabalhos as contas do exercício de 1985, «seguido de uma análise e a tomada de posição sobre a actual situação político-sindical».

Da ordem de trabalhos do Plenário constam também as próximas comemorações do centenário do 1.º de Maio e o seminário sobre política de emprego, previsto para meados de Março, segundo anuncia um comunicado da Central.

Acção social escolar

Mais uma fatia para o Governo cortar

Acabar com a acção social nas escolas é preocupação do Governo. Refere a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública que, embora seja «positiva a ideia de reunir num diploma único toda a legislação respeitante ao pessoal não docente das escolas», já o mesmo não sucede com a pretendida extinção da «carreira técnica auxiliar de acção social escolar», sendo os respectivos trabalhadores integrados na carreira administrativa. Trata-se, segundo a FNSFP, de um «importante sector» ao qual tem cabido funções insubstituíveis no «eficaz funcionamento de refeitórios, buletes, papelarias» e redes de transportes, que recentemente passaram para a responsabilidade dos municípios: «sem as necessárias contrapartidas em termos financeiros». É no sentido da extinção dessa carreira e desses serviços que o Governo está a actuar.

A Federação adianta que os objectivos do Governo serão contrariados pelos trabalhadores que exercem as suas funções na acção social escolar, opondo-se à integração na carreira administrativa. «Formas de luta enérgicas» serão desencadeadas — adverte a FNSFP — se o secretário de Estado da Administração Escolar não alterar a sua posição.

A Federação sindical representativa da maioria daqueles trabalhadores sublinha a «grande importância das funções exercidas nos estabelecimentos de ensino preparatório, secundário e médio pela acção social escolar».

Recorda a Federação que essa acção foi dotada de «um quadro técnico» aprovado pelo decreto-lei 344/82, de 1 de Se-

Maneira de combater as graves carências alimentares?

Ao defender a manutenção do quadro profissional da acção social escolar, a FNSFP pergunta, com toda a oportunidade, se os objectivos que presidiram à

Eleições de CTs Êxitos seguros da unidade

● Célula da Lisnave acentua «apoios oficiais» da UGT

O recuo das posições unitárias na Lisnave, ao nível da CGT (comissão geral de trabalhadores) tem sido compensado por êxitos seguros noutras importantes organizações representativas (ORT's), com relevo para as CT's dos Estaleiros de Viana do Castelo, Oliva, Inacor, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, CP e Rodoviária Nacional.

Estas duas últimas empresas já aqui foram referidas em números anteriores. O mesmo suce-

diuidades que enfrentam todos os trabalhadores da Lisnave.

da comissão concelhia de Almada do PCP e 16 elementos do secretariado da célula.

Entretanto, a célula divulgava os resultados da eleição CGT/86, comparando-os com os do ano anterior (ver quadro).

A lista unitária passou de 7 para 5 mandatos, enquanto a lista UGT passou de 4 para 6.

	1985		1986	
		%		%
Trabalhadores	6583		4553	
Votantes	4830	73,3	3559	78,1
Branco e nulos	160	3,3	144	3,2
Lista Unitária	2618	54,2	1510	33,1
Lista UGT	1656	34,2	1804	50,6
Lista UDP	332	6,8	131	3,6

deu com a Lisnave. Queremos recordar, contudo, que um certo triunfalismo, a propósito dos resultados das eleições na Margueira e na Rocha não tem fundamento da parte dos divisionistas e dos que fazem a sua propaganda.

Essa atitude deveria ser substituída pela análise sensata das

Sem pôr de lado incorrecções de que não estará isenta a estrutura que defende as posições da unidade dos trabalhadores nos estaleiros da Lisnave, deve-se ter em conta o facto de, a UGT ter contado, mais do que com a sua força, com a força dos apolos oficiais e da administração, numa situação de crise prolongada.

Seria bom que, em vez da exploração político-partidária dos resultados do acto eleitoral na Lisnave, todos tivessem em conta a necessidade indispensável de reforçar a acção em unidade e a unidade na acção, no interesse prático da função sindical.

Sobre o papel da administração

A célula do PCP na Lisnave/Almada, ao referir-se a «algumas conclusões dos primeiros debates» sobre «as razões dos resultados», sublinha que o «afastamento compulsivo de 2030 trabalhadores, com selecção política organizada previamente», dependeu de um chamado grupo de trabalho «criado pela administração», com o objectivo de «coordenar e dirigir esta manobra política». Além de um «ex-operário», Higinio Costa, que a célula designa como «homem de mão de Álvaro Barreto» (actual ministro da Agricultura e ex-ministro da Indústria), participaram, nesse «grupo de trabalho», Oscar Mota, administrador por parte do Estado e membro do PS, bem como o engenheiro Nápoles, «homem de mão dos Melos».

Pergunta ainda a Federação: Serão as tarefas exercidas pelos trabalhadores, que se encontram ao serviço da acção social escolar, de natureza administrativa? Será que as assistentes sociais, existentes a nível nacional, são suficientes para resolver os casos de graves carências alimentares que surgem diariamente em várias escolas? «É evidente que não», conclui a Federação.

Estaleiros de Viana: a mais expressiva votação de sempre

Com a maior percentagem de votos entrados nas urnas, registada desde sempre (74,2 por cento) uma lista unitária ganhou a eleição para a comissão de trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A lista A, com 1026 votos, obteve 7 mandatos num total de nove. A lista B teve 321 votos e 2 mandatos. Dos 1693 trabalhadores inscritos votaram 1378, sendo a participação de 81,4 por cento. Esta percentagem invulgar junta-se à nítida vantagem da lista unitária, que obteve a sua maior votação dos últimos seis anos, enquanto que a lista B (elementos do PS/UGT) obteve uma votação sensivelmente igual à do ano anterior. Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo empregam actualmente um total próximo dos 1800 trabalhadores.

As posições do movimento sindical unitário saíram também reforçadas das eleições para as CT's da Oliva e da Inacor, empresa corticeira de Lourosa. Na primeira destas empresas, a lista unitária, única concorrente, teve 658 dos 683 votos entrados nas urnas. Os inscritos eram 1105. Houve 18 votos brancos e 6 nulos. Na Inacor, a lista da unidade venceu com 100 dos 101 votos expresso. A empresa tem 163 trabalhadores.

Na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, onde decorreu recentemente um processo de luta que incluiu uma greve, os trabalhadores escolheram também uma lista de unidade para a CT. Proposta pela anterior, a nova comissão de trabalhadores obteve 704 votos (oitto mandatos) enquanto que a opositora (UGT) não passava dos 330 (três mandatos).

Recorda-se que as comissões de trabalhadores são eleitas segundo o método de Hondt, de acordo com a legislação aplicá-

vel. Pelos resultados ultimamente verificados e de que aqui demos conta para as empresas principais, regista-se a forte componente unitária dos actos eleitorais, que testemunha a implantação segura do movimento sindical unitário e da CGTP.



LUTAS ETAREFAS

● A Federação Nacional dos Professores é uma das associações sindicais integradas na Frente Comum da Função Pública que, pela natureza funcional de algumas das suas reivindicações específicas, designadamente relacionadas com as carreiras (fases, letras do leque salarial, etc.) mais tem batalhado pela indispensável intervenção da Assembleia da República nas questões de regulamentação do trabalho no sector. A FENPROF que, além de numerosas diligências sindicais junto do Ministério da Educação e Cultura, participou na manifestação do dia 5 em Lisboa, acusa publicamente o ministro da Educação e o secretário de Estado da Administração Escolar de, após chegarem a algumas conclusões com os representantes sindicais sobre a alteração para melhor em determinadas classificações profissionais, escamotearam um anteprojecto de decreto-lei que altera para pior a mesma matéria. A FENPROF interveio junto da Comissão de Educação da Assembleia da República para que, uma vez publicado aquele diploma do Governo, o mesmo seja ratificado pela AR. A mesma reivindicação foi apresentada pela FENPROF a todos os grupos parlamentares.

● A revisão salarial da Função Pública, que inclui como é sabido os professores, foi pelo menos, até à passada quinta-feira) um alvo sistemático dos habituais silêncios da RTP quanto às posições sindicais, que interessam neste caso a um número muito elevado de assalariados abrangidos pelas negociações com o Governo que, conforme se sabe, pretende considerá-las concluídas com a imposição da proposta apresentada pela secretaria de Estado do Orçamento. Protestando, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) apresentou queixa contra o conselho de gerência da RTP ao Conselho de Comunicação Social. A FNSFP afirma que a televisão não apresentou, embora as tenha recolhido, quaisquer imagens da primeira reunião de 15 de Janeiro findo com o Governo, nem do plenário-concentração do dia 22 do mesmo mês, na Rua Augusta em Lisboa, precisamente no dia em que o Governo deu por concluído, unilateralmente, o processo de negociações, sendo essa posição unilateral a que a RTP transmitiu seis dias depois (28 de Dezembro), divulgando na íntegra o comunicado do Conselho de Ministros e reduzindo a 10 segundos as posições assumidas sobre o assunto pela comissão negociadora sindical. A FNSFP, ao caracterizar o silêncio da RTP como «sistemático e deliberado», reclama uma informação íntegra e lembra a directiva emitida nesse sentido, em 27 de Dezembro do ano findo, pelo Conselho de Comunicação Social.

● O conselho de gerência da CP aumentou os vencimentos dos seus membros em 19,3 por cento. Este aumento incide sobre mais de 300 contos, verba que já auferiam por mês. Para os trabalhadores, o mesmo CG, com o aval do Governo, não quer ir além dos 15 por cento, recusando-se a negociar, entre outras matérias, a redução do horário de trabalho (para 40 horas semanais), subsídio para faltas, subsídio para compensação, prémio de produtividade e subsídio por serviços tóxicos, refere a Federação (FSTFP). Esta organização

representativa dos ferroviários a nível nacional, que no passado dia 6 promoveu uma concentração em frente do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em Lisboa, protesta contra a «profunda e chocante insensibilidade» do Governo e do CG «para com os problemas laborais da empresa». Reincidindo na «tentativa de se furterm à negociação com os legítimos representantes dos trabalhadores», Governo e CG tentam impor «soluções arbitrárias, injustas e ditadas por critérios de natureza politocopartidária». Num resolução aprovada durante a concentração nacional do dia 6, os ferroviários exigiram, além do prosseguimento das negociações contratuais, «o pagamento dos aumentos das pensões dos reformados e pensionistas (de sobrevivência) da CP, devidos desde 1 de Fevereiro de 1985», e mandaram a FSTFP (Federação sindical) «para perspetivar as formas de luta que o comportamento do Governo e do CG vieram a recomendar como mais adequadas, designadamente nos processos negociais do AE (acordo de empresa-contratação) e RC» (regulamento de carreiras da CP).

● Na passada quinta-feira, a direcção do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços (CESL) de Lisboa protestou contra o atraso na publicação da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) dos Escritórios. Abrangendo «mais de doze mil trabalhadores, a PRT foi elaborada por uma «comissão técnica» que terminou os seus trabalhos em 10 de Dezembro de 1985. O CESL considera este atraso um facto escandaloso, particularmente porque, embora situando-se, segundo tudo leva a crer, abaixo das propostas sindicais, a PRT-escritórios nem mesmo assim é publicada pelo Ministério do Trabalho, «o que implica uma constante desvalorização das importâncias nela consignadas», as quais deveriam, pelo menos, ter em conta «os aumentos do custo de vida verificados em doze meses», desde Outubro de 1984, em que começou a vigorar a convenção anterior. O CESL «sente-se na obrigação imediata de denunciar o estado de coisas existente e de responsabilizar o Ministério do Trabalho pelos prejuízos e pelas tensões que de semelhantes atrasos inevitavelmente resultarão».

● A «implementação de leis de trabalho antioperárias» e a tentativa de «estoiar» com os sindicatos são objectivos do Governo Cavaco Silva. A acusação fundamentada é análoga às emitidas pelo movimento sindical unitário, desde que o Governo anterior e em especial o então ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, tentaram rever a legislação laboral, que ainda é de algum modo favorável aos trabalhadores, e foi tornada pública pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul que repudia o novo atentado com o qual «o Governo pretende liberalizar os despedimentos». Se o chamado pacote laboral viesse a entrar em vigor o conceito de justa causa seria inconcebivelmente alargado, passando a depender do arbítrio patronal, desejoso de «flexibilizar» o emprego com a ajuda do Governo. A chamada revisão do regime jurídico da cessação do contrato de trabalho iria atingir em primeiro lugar os representantes sindicais eleitos pelos trabalhadores, nos locais de trabalho, e os activistas sindicais que desempenham nas empresas as funções legais que lhes foram confiadas pelos seus companheiros nas várias ORTs — organizações representativas dos trabalhadores.

Preços aumentam com Cavaco O «bacalhau a pataco» mudou de nome

Já não pensando no bacalhau que de fiel amigo passou também este ano a infiel aliado das bolsas ricas, com um aumento da ordem dos 100 escudos, em média por quilo no armazénista, três ou quatro dias antes das eleições (onde vão os tempos do «bacalhau a pataco»)... o aumento dos preços em Janeiro foi o maior dos últimos dez meses, como revela a Federação sindical do comércio (FEPCES), que acrescenta: «Em apenas quatro meses de exercício, o actual Governo já se tornou cúmplice de um aumento acumulado dos preços de 6,2 por cento, situação que, a manter-se, ao longo do ano, voltaria a fazer disparar a inflação».

condicional parece aqui um mau substituto do futuro imediato. Que nos perdoe a Federação, mas foi mal escolhido o tempo do verbo, pois, como a própria FEPCES argumenta (e muito bem) «é caso para dizer que o grande patronato e o grande capital, que apostaram forte no apoio político ao actual Governo, já estão a embolsar, por intermédio dos aumentos de preços, as benesses correspondentes aos apoios então decididos. A demagogia do Governo, essa é que vai ficando a descoberto».

A descoberto fica também a situação presente «tanto mais grave e escandalosa quanto, quer a situação económica internacional (baixa do dólar e

do preço do petróleo), quer a paragem momentânea da desvalorização do escudo deveriam favorecer a nítida baixa das taxas de inflação».

Recorda-se que, como assinala a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, «se, em Setembro de 1985, os preços tinham subido em relação ao mês anterior 0,1 por cento, em Outubro, esse aumento já foi de 1 por cento, para ser 1,6 por cento em Novembro e 1,7 por cento em Dezembro. Em Janeiro, o índice voltou mais uma vez a aumentar, atingindo quase os 2 por cento».

Pois. O bacalhau a pataco continua a existir. Mudou foi de nome.

Nacional

Resultados distritais

**Eleições
presidenciais/1986**

CANDIDATOS	1.ª VOLTA		2.ª VOLTA	
	Números	%	Números	%

AVEIRO

Mário Soares	102 684	29,26	152 472	41,21
Freitas do Amaral	200 008	57,00	217 532	58,79
Salgado Zenha	30 868	8,80		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	17 345	4,94		

BEJA

Mário Soares	19 347	18,19	82 278	75,98
Freitas do Amaral	22 648	21,30	26 015	24,02
Salgado Zenha	58 233	54,76		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	6 117	5,75		

BRAGA

* 2 freguesias por apurar

Mário Soares	112 263	28,64	190 746	46,42
Freitas do Amaral	206 747	52,74	220 150	53,58
Salgado Zenha	52 751	13,46		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	20 218	5,16		

BRAGANÇA

Mário Soares	22 972	24,92	32 196	32,28
Freitas do Amaral	60 868	66,02	67 531	67,72
Salgado Zenha	6 125	6,64		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	2 234	2,42		

CASTELO BRANCO

Mário Soares	31 812	23,32	65 986	45,66
Freitas do Amaral	72 295	53,00	78 534	54,34
Salgado Zenha	24 671	18,09		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	7 638	5,60		

COIMBRA

Mário Soares	78 894	32,23	137 735	52,79
Freitas do Amaral	112 913	46,12	123 192	47,21
Salgado Zenha	33 429	13,66		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	19 570	7,99		

ÉVORA

Mário Soares	15 734	13,79	79 552	69,49
Freitas do Amaral	31 613	27,71	34 920	30,51
Salgado Zenha	60 061	52,65		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	6 665	5,84		

FARO

Mário Soares	51 410	26,89	113 089	56,81
Freitas do Amaral	77 570	40,57	85 961	43,19
Salgado Zenha	48 564	25,40		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	13 644	7,14		

GUARDA

Mário Soares	29 625	25,93	44 187	36,10
Freitas do Amaral	71 902	62,94	78 217	63,90
Salgado Zenha	9 007	7,88		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	3 704	3,24		

LEIRIA

Mário Soares	55 653	23,04	94 791	37,29
Freitas do Amaral	145 554	60,26	159 401	62,71
Salgado Zenha	26 816	11,10		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	13 525	5,60		

CANDIDATOS	1.ª VOLTA		2.ª VOLTA	
	Números	%	Números	%

LISBOA

Mário Soares	296 395	23,09	736 144	56,74
Freitas do Amaral	512 158	39,91	561 189	43,26
Salgado Zenha	338 470	26,37		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	136 397	10,63		

PORTALEGRE

Mário Soares	22 024	24,66	59 550	65,25
Freitas do Amaral	28 961	32,42	31 712	34,75
Salgado Zenha	33 137	37,10		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	5 196	5,82		

PORTO

* Uma freguesia por apurar

Mário Soares	284 103	31,07	510 335	53,53
Freitas do Amaral	412 961	45,16	443 050	46,47
Salgado Zenha	152 829	16,71		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	64 514	7,06		

SANTARÉM

Mário Soares	61 661	22,59	153 084	54,33
Freitas do Amaral	117 657	43,10	128 675	45,67
Salgado Zenha	68 133	24,96		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	25 552	9,35		

SETÚBAL

Mário Soares	72 116	17,47	289 199	70,88
Freitas do Amaral	104 122	25,23	118 790	29,12
Salgado Zenha	187 907	45,53		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	48 600	11,77		

VIANA DO CASTELO

Mário Soares	32 829	23,64	56 176	38,41
Freitas do Amaral	81 815	58,92	90 094	61,59
Salgado Zenha	14 702	10,59		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	9 506	6,85		

VILA REAL

Mário Soares	35 050	26,45	49 210	34,72
Freitas do Amaral	84 459	63,73	92 505	65,28
Salgado Zenha	9 362	7,06		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	3 655	2,76		

VISEU

Mário Soares	54 344	24,39	76 380	32,07
Freitas do Amaral	147 519	66,20	161 793	67,93
Salgado Zenha	14 378	6,45		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	6 584	2,95		

MADEIRA

Mário Soares	31 028	26,57	47 776	37,31
Freitas do Amaral	72 945	62,47	80 290	62,69
Salgado Zenha	8 216	7,04		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	4 577	3,92		

AÇORES

Mário Soares	32 841	31,39	44 464	40,55
Freitas do Amaral	61 274	58,57	65 177	59,45
Salgado Zenha	7 570	7,24		
Maria de Lourdes Pintasilgo ...	2 928	2,80		

Nacional

As «pérolas» orçamentais afinal são falsas

■ Octávio Teixeira

Na manhã de quarta-feira (de cinzas) da passada semana, o Governo apresentou aos jornalistas, em conferência de imprensa, o Orçamento de Estado para 1986. No entanto, a entrega do Orçamento de Estado à Assembleia da República só foi feita ao fim da tarde de quinta-feira. Isto é, o Governo de Cavaco Silva sobrepôs, uma vez mais, a sua propaganda aos deveres constitucionais de qualquer governo. E nessa conferência de imprensa o ministro das Finanças chegou mesmo ao deslante de afirmar que o Governo fazia questão em apresentar o Orçamento do Estado (O.E.) «dentro do prazo que a si próprio havia imposto», já que não haveria qualquer prazo legal para a apresentação do O.E. à Assembleia da República.

Nada de mais falso: a Lei n.º 40/83, Lei do Enquadramento do Orçamento do Estado, impõe, no n.º 5 do seu Artigo 15.º, que o O.E. deve ser apresentado até 90 dias após a sua tomada de posse! Isto é, nos termos legais o O.E. deveria ter sido apresentado à Assembleia da República até ao dia 4 de Fevereiro. Mas só foi apresentado ao fim do dia 13. E entende-se agora melhor por que razão o Governo não cumpriu os prazos legais, e antecedeu a entrega do O.E. à Assembleia da República de uma conferência de imprensa para a sua apresentação aos órgãos de comunicação social. O Governo de Cavaco Silva visou utilizar a última semana da campanha eleitoral para a 2.ª volta das presidenciais, propagandeando as

Imposto Profissional

O Governo propagandeou a diminuição de 1,5 por cento nas taxas dos diversos escalões do imposto profissional. E é verdade: Só que, como não foram feitas as actualizações desses mesmos escalões, pelo menos de acordo com a taxa de inflação apontada pelo Governo, a simples manutenção do mesmo salário real faz com que os trabalhadores passem a ser tributados pelo escalão imediatamente superior e paguem mais 0,5 por cento de imposto profissional, e não menos 1,5 por cento como o Governo pretende fazer crer. Dois exemplos permitem ver melhor o que na realidade se pas-

contos por mês — em que aí há de facto um benefício de 1,5 por cento).

Aliás, olhando para o quadro II (cobranças de impostos orçamentadas) esta realidade é clara e perfeitamente perceptível. Para a cobrança do imposto profissional o Governo prevê mais 19,7 milhões de contos, mais 30 por cento que em 1985. Mais 30 por cento de imposto profissional enquanto o Governo admite que a massa salarial, em média, só aumente 17 por cento. **Se a receita do imposto profissional aumenta bastante mais que o aumento da massa salarial, é indesmentível que os trabalhadores vão pagar realmente mais imposto!**

Em contrapartida, repare-se que o aumento de cobranças da contribuição industrial previsto pelo Governo é de apenas 15,3 por cento, cerca de metade do aumento previsto para o imposto profissional. E o próprio Governo prevê que os lucros aumentem bastante mais que os salários! Porquê então a cobrança do imposto sobre lucros aumentar bastante menos que o previsível aumento dos lucros? É que, para além de outros benefícios fiscais, o Governo propõe uma diminuição da taxa de contribuição industrial. Mas não para todos! Os lucros até 3000 contos continuam a pagar 30 por cento. Mas para os lucros superiores a 3000 contos a taxa baixa de 40 por cento para 35 por cento! É o benefício do grande capital quer em relação aos trabalhadores, quer em relação aos pequenos e médios empresários. É a política de direita!

Imposto Complementar

No que respeita ao imposto complementar o Governo aumenta as deduções de base em 20 por cento e aumenta os escalões do imposto em 14 por cento. Há que ter em atenção que o imposto complementar que se paga em 1986 respeita aos rendimentos de 1985. Ora, o ano passado, o aumento médio dos rendimentos do trabalho foi de 20 por cento, praticamente o mesmo que a inflação. Assim, em relação às deduções de base a actualização acompanha os aumentos nominais dos salários e da inflação, pelo que os trabalhadores, em média, não beneficiam nem perdem. Mas em relação aos escalões de tributação os trabalhadores perdem e muito: como os salários nominais aumentaram cerca de 20 por cento e os escalões só são aumentados de 14 por cento, isso significa que a generalidade dos trabalhadores passa para o escalão seguinte e paga o imposto complementar a uma taxa superior (cerca de mais 2 por cento), ou seja, tal como no imposto profissional, vão pagar mais im-

QUADRO II			
Cobrança de impostos orçamentados (colectas imputáveis aos respectivos anos)			
	(milhões de contos)		
	1985	1986	Variação percentual
Impostos directos			
Contribuição industrial.....	49,0	56,5	+ 15,3%
Imposto profissional.....	65,6	85,3	+ 30,0%
Imposto de capitais.....	106,1	87,5	- 17,5%
Imposto complementar.....	13,0	15,0	+ 15,4%
Imp. sobre sucessões e doações.....	7,3	6,9	- 5,5%
Sisa.....	12,5	10,4	- 16,8%
Impostos extraordinários.....	16,0	18,8	+ 17,5%
Outros.....	2,3	1,6	- 30,4%
Soma (I. Dir.).....	271,8	282,0	+ 3,8%
Impostos indirectos			
Direitos de Importação.....	13,1	5,7	} - 3,6%
Sobretaxa de Importação.....	9,0	0,5	
«Recursos próprios comunitários tradicionais»	-	15,1 ⁽¹⁾	} - 1,5%
Estampilhas fiscais e imposto de selo.....	99,0	97,5	
Imposto Interno de Consumo.....	3,9	4,2	+ 7,7%
Imposto de Transacções/IVA.....	135,9	258,4	+ 90,1%
Imposto de Consumo sobre o Tabaco.....	36,3	38,0	+ 4,7%
Imp. sobre o Consumo de bebidas alcoólicas e. cerveja.....	2,0	10,0	+400,0%
Imposto sobre a venda de veículos automóveis....	32,0	36,2	+ 13,1%
Outros.....	23,2	36,3	+ 56,5%
Soma (I. Ind.).....	354,4	501,9	+ 41,6%
Total (I. Dir. + I. Ind.).....	626,2	783,9	+ 25,2%

(1) Trata-se de impostos cobrados que deixam de pertencer ao Estado português e passam a pertencer à CEE. Isto é, a CEE cobra impostos no nosso país.

posto complementar quer em termos nominais, quer em termos reais! Isto só não é verdade para os rendimentos colectáveis superiores a 2700 contos (o que corresponde a um rendimento familiar superior a 250 contos por mês), pois para esses rendimentos o Governo de Cavaco Silva não só actualiza os escalões como reduz as taxas do imposto entre 2 e 10 por cento (para os rendimentos colectáveis superiores a 6050 contos anuais)! É a «justiça social» da política de direita: os que menos têm pagam cada vez mais, os que mais têm pagam cada vez menos! Por isso, o quadro II pode ser a este respeito enganador, pois o aumento de receita do imposto complementar é de «apenas» 2 milhões de contos (+ 15,4 por cento): é que os rendimentos mais baixos vão pagar, de facto, bastante mais de 15,4 por cento de aumento do imposto complementar, enquanto que os rendimentos mais elevados vão pagar bastante menos.

Impostos sobre o consumo

Mas os agravamentos fiscais propostos pelo Governo não se circunscrevem apenas aos impostos directos. A proposta de Orçamento do Governo Cavaco Silva contém também um pesado agravamento da carga fiscal dos impostos indirectos, designadamente dos impostos sobre o consumo, dos impostos que incidindo igualmente sobre todos os consumidores pesam mais sobre os consumidores de mais baixos rendimentos. O quadro II é bem claro a este respeito e dispensa quaisquer comentários. Mas vale a pena chamar a atenção para o aumento brutal da receita que o Estado vai obter com o conjunto dos impostos sobre o consumo, mais 74,4 por cento (mais 132,5 milhões de contos!), e em especial dos efeitos decorrentes da introdução do IVA (mais 122,5 milhões de contos que a receita do imposto de Transacções em 1985).

Em suma:

Os dados agora conhecidos fazem cair pela base as mistificações governamentais fortemente propagandeadas na última semana da campanha eleitoral para a 2.ª volta das presidenciais. Como lançam luz sobre as razões que levaram o Governo a sonegar à Assembleia da República, até ao último momento, o conteúdo real do seu Orçamento. A leitura do Orçamento desmente cabalmente a propaganda governamental em torno do desagravamento fiscal em 1986. Os portugueses vão, inofensivamente, pagar bastante mais de imposto que no ano anterior. E quem, de entre todos, vão sentir à factura mais pesada são, sem margem para dúvidas, os trabalhadores e os consumidores de menores recursos, em que ressaltam os idosos, pensionistas e reformados. A parte fiscal do Orçamento do Estado para 1986 é bem o espelho dos interesses de classe que o Governo de Cavaco Silva defende.

QUADRO I

Salários anuais em:		Taxa do imposto profissional em:	
1985	1986	1985	1986
420 contos (30 contos/mês)	479 contos (34,2 contos/mês)	6%	6,5%
700 contos (50 contos/mês)	789 contos (57 contos/mês)	10%	10,5%

«maravilhas» do seu Orçamento, sem deixar possibilidade aos partidos da oposição de mostrar que afinal as «pérolas» orçamentais eram falsas. E é isso que na verdade se passa.

Não é ainda possível fazer uma análise global e pormenorizada de todo o O.E. Quer pelo atraso com que foi apresentado à Assembleia da República, quer porque o Governo não fez acompanhar o O.E. de nenhum dos «anexos informativos» a que por lei é obrigado. Mas é possível desde já demonstrar a falsidade do eixo central da propaganda governamental, ou seja, do «desagravamento fiscal dos rendimentos do trabalho» e do «aliviar a carga fiscal que incide sobre as famílias». Vejamos assim o que na verdade se passa, de acordo com os dados inscritos no O.E. para 1986, no que respeita ao imposto profissional, ao imposto complementar e aos impostos sobre o consumo.

Consideremos dois trabalhadores que em 1985 tinham os salários mensais de 30 contos (420 contos por ano) e de 50 contos (700 contos por ano). Admita-se agora que em 1986 esses salários são aumentados em 14 por cento, exactamente a taxa de inflação anunciada pelo Governo. O salário real desses dois trabalhadores não aumenta um tostão, mas eles vão pagar mais imposto profissional e, pior ainda, vão ser tributados com taxas do imposto superiores às que sobre eles recaíam em 1985, como se vê no quadro I.

E esta situação é idêntica qualquer que seja o aumento nominal dos salários que se registre em 1986: depois de deduzido o imposto profissional os trabalhadores recebem menos 0,5 por cento que o aumento nominal do salário. Ou seja, aumenta a carga fiscal do imposto profissional (excepto para os salários superiores a 1750 contos/ano — 125

Manuel da Fonseca
Tempo de solidão



Terra

Os trabalhadores comem pão e não promessas

Flagelo do desemprego atinge 30 mil nos campos do Sul

A existência de mais de trinta mil desempregados nos campos do Sul, com os inerentes e gravíssimos custos de natureza económica e social, foi objecto de um prolongado e animado debate no qual intervieram directamente mais de duas centenas de trabalhadores naquelas condições, durante o qual foi possível determinar com rigor as causas para tão dramático flagelo e apontar algumas das soluções que rapidamente lhe poriam cobro.

Tratou-se da III Conferência Contra o Desemprego na Agricultura no Alentejo e Ribatejo, uma iniciativa da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul realizada na passada semana e que, ao contrário das edições anteriores, se revestiu de algumas características inéditas a começar pelo próprio local, desta feita em Lisboa, na Casa do Alentejo, alteração esta que teve em vista obter uma maior repercussão junto dos órgãos de comunicação social que de forma quase sistemática têm silenciado ou deformado a realidade existente na região da Reforma Agrária.

Com uma plateia composta maioritariamente por mulheres — as primeiras e as mais atingidas por este fenómeno — a Conferência pôs em evidência ao longo de dezenas de intervenções o papel profundamente negativo da política agrícola dos sucessivos governos desde 1976, acção que tem sistematicamente igno-

subaproveitamento em que se encontram centenas de herdades a Conferência considerou que só a «cegueira política» de destruir esta conquista de Abril e as novas técnicas e formas de produção existentes nas UCP's/Cooperativas pode explicar tanta arrogância e uma conduta tão violenta e ilegal.

Ora foi exactamente contra este estado de coisas que se pronunciaram muitos dos oradores da Conferência, trabalhadores que entendem não ser admissível a existência de terras abandonadas pelos agrários enquanto de novo, em muitas aldeias e vilas, «se vêem grupos de trabalhadores, homens, mulheres e jovens encostados às esquinas, sem terem trabalho nem pão para os seus filhos».

Promessas demagógicas

Desmontando as afirmações do Governo Cavaco Silva quanto ao problema do desemprego a Conferência considerou que não passam de promessas demagógicas que em nada alteraram o quadro existente: 30 mil trabalhadores agrícolas desempregados no Alentejo e Ribatejo, dos quais mais de 60 por cento não têm qualquer fonte de sobrevivência.

«Nós não comemos promessas, comemos pão, carne e leite

— acentuam as conclusões — precisamos de trabalho ou de um fundo para sobreviver».

Mas se o panorama actual é desolador e não atinge apenas os desempregados — «como pode viver uma viúva, com dois filhos, a receber 7200\$00 mensais?», perguntava Maria Antónia, da UCP Salvador Joaquim do Pomar, Escoural — a verdade é que esta situação não constitui uma fatalidade, como o Governo procura fazer crer, existindo potencialidades, recursos e sobretudo uma outra política que, quando aplicada, alterará radicalmente a face do Alentejo.

Repor a legalidade

Enumerando algumas dessas medidas insistentemente reclamadas desde há vários anos a esta parte, lembram as conclusões da Conferência a necessidade de «respeitar, dinamizar e apoiar as transformações económicas conseguidas com o 25 de Abril e consagradas na Constituição»; repor a legalidade demo-

crática na zona da Reforma Agrária «dando cumprimento às decisões do Supremo Tribunal Administrativo» que mandam devolver aos trabalhadores as terras ilegalmente usurpadas; prosseguir o Plano de Rega do Alentejo e a barragem do Alqueva; tomar as medidas adequadas por forma a que as terras, águas, estábulos e outros bens sejam «urgentemente postos a produzir».

Convictos de que a aplicação destas medidas eliminaria por completo o problema do desemprego, os trabalhadores entendem, todavia, que enquanto tal não se verificar urge minorar as tremendas dificuldades por que passam muitos trabalhadores e suas famílias, designadamente através da revogação do decreto-lei 20/85 de modo a alargar o direito ao subsídio a todos os desempregados disponíveis para trabalhar, incluindo os jovens à procura do primeiro emprego; e a participação dos trabalhadores através do seu Sindicato na administração e direcção dos or-

ganismos responsáveis pela aplicação das receitas do Fundo de Desemprego.

Conferência da Mulher

No decorrer da Conferência, a que assistiu José Luís Judas, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, foi anunciada a realização para 22 de Março próximo em Évora, no Rossio de S. Brás, da 1.ª Conferência da Mulher Trabalhadora Agrícola do Sul, iniciativa que está a despertar grande interesse em toda a região e que se propõe analisar, os problemas reais das mulheres e definir as formas de luta que permitam a modificação da situação e a resolução dos problemas mais sentidos.

Na mesa que presidiu aos trabalhos desta III Conferência Contra o Desemprego encontravam-se Maria Luísa Salsinha, Mário Silva, Francisco Caixinha, Manuel Farrambão, Mariana Lanita, Alda Coelho, Ângelo e José Traquinas.



Inconformados com a situação gerada pela política de desastre de sucessivos governos, os trabalhadores agrícolas têm lutado com coragem pelo direito ao trabalho, contra as terras e outros bens abandonados pelos agrários. Na foto, em Abril do ano passado uma coluna de desempregados dirige-se para Évora.

rado as enormes potencialidades das transformações económicas da nossa agricultura surgidas com o 25 de Abril e desprezadas as capacidades e propostas dos trabalhadores.

Política de destruição

Responsabilizando esta política de direita pela destruição de 52000 postos de trabalho criados pela Reforma Agrária e pelo actual estado de abandono e de

Detendo-se sobre alguns dos aspectos que têm caracterizado esta acção destruidora, recordam as conclusões finais do Encontro aprovadas por unanimidade que às propostas sérias dos trabalhadores têm os governos respondido sistematicamente com «calúnias, mentiras e repressão», conduta que só não agravou mais as condições de desemprego e miséria no País devido à luta corajosa e persistente do proletariado rural.

Só no Alentejo são mais de 500 O triste panorama das herdades abandonadas

De acordo com informações divulgadas na Conferência — números que os trabalhadores e suas estruturas representativas têm oportuna e insistentemente denunciado — a quantidade de herdades incultas no Alentejo e Ribatejo eleva-se neste momento a mais de 500, totalizando uma área superior a 320 000 hectares.

Destas herdades, 160 possuem barragens ou charcos — um bem precioso que tal como pomares, estábulos, olivais e outros produtos se encontra totalmente abandonado ou subaproveitado.

É este triste e desolador panorama — que uma simples visita permite constatar — que os trabalhadores Agrícolas combatem. Firme e corajosamente.

Dessa imensa lista, alguns exemplos:

Herdade do Corval, 150 ha, Francisco Martins Caiado, Évora; Arneiro, 150 ha, Francisco José Almeida, Évora; Casa Branca, 200 ha, João Inácio Freixo, Évora; Herdade de Alcaneide, 200 ha, Família Mira, Évora; Azinheira, 150 ha, Família Saragosa, Évora; Castelhana, 175 ha, Maria Carmo da Silva, Évora; Bebedouro, 260 ha, Sociedade Agrícola Bebedouro, Évora; Rio Mendes, 220 ha, Germano Carneiro, Évora; Várzea, 670 ha, Sociedade Agrícola da Várzea, Évora; Maúcha, 300 ha, Armando Gaio, Évora; Vale-Márias, 450 ha, Família Perdígão, Évora; Benafecim, 350 ha, Manuel Capoulas, Évora; Cortiça, 150 ha, José Leandro, Évora; Ramalhosa, 160 ha, Alemão, Évora; Mina, 253 ha, João Luís Graça Herdeiros, Évora; Herdadinha, 500 ha, Família Magalhães, Cabeço de Vide, Fronteira; Ordem, 500 ha, Costa Pinto, Portalegre; Gatão, 385 ha, com olival, António Mendonça Almeida, Monforte; Morenos, Horta, Moinhos, 560 ha, Aldeia Velha, Aviz; Várzea Torta, 400 ha, Aldeia Velha, Aviz; Álamo, 500 ha, José Joaquim Rato Junior, Sousel; Coutada, 600 ha, Maria José Caldeira Castelo Branco, Fronteira;

Barragens abandonadas: Herdade dá Maúcha, 5 charcos, 40 ha, Custódio Alves; Carvalhal, 1 Barragem, 30 ha, João Franco Barroso; Bate Pé Novo, 1 barragem, 35 ha, Juliano Gomes; Vale Bispo, 1 barragem, 40 ha, José Nunes Barata; Tapada da Cal, 1 barragem, 45 ha, Casa Bragança; Defesa Grande, 1 barragem, 40 ha, José Potes; Aldeia, 1 barragem, 65 ha, Sociedade Lda.



Enquanto estiveram na posse dos trabalhadores as terras constituíram uma garantia de emprego e pão, um factor de estabilidade, desenvolvimento agrícola e riqueza para a economia e para o País; consumadas as ilegalidades, de novo nas mãos de agrários absentistas, as terras voltaram a apresentar-se incultas e subaproveitadas, triste sinal de uma política exclusivamente orientada para a reconstituição do latifúndio.

Terra

Em causa o tomate e o pimento

Política agrícola e CEE arruinam agricultura

Confirmando apreensões antigas — oportuna e insistentemente transmitidas aos órgãos de soberania pelas organizações da lavoura — estão já a fazer-se sentir na agricultura os efeitos negativos das condições em que se processou a adesão do nosso País à Comunidade Económica Europeia (CEE), nomeadamente quanto às produções do tomate e do pimento.

De há muito confrontados com as adversidades de uma política hostil (mais interessada em proteger os interesses dos intermediários e dos grandes armazenistas e importadores do que propriamente em defender a produção e a agricultura nacional) os homens do campo conhecem bem a acção nefasta de sucessivos governos no domínio da política agrícola, actuação que só não foi mais longe devido à sua luta persistente e organizada. Mas o que talvez muitos não esperassem (estamos a pensar em quantos alimentaram ou alimentam ilusões acerca da espantosa operação política que constituiu a adesão), é que lhes entrassem tão rapidamente pelo quotidiano novos e acrescidos problemas e dificuldades.

Ainda muito recentemente o Secretariado das UCP's/Cooperativas do Distrito de Évora veio tornar público o seu protesto pelo que está a acontecer com o **tomate e o pimento**, produtos que estão a ser pagos pelos industriais a preços inferiores aos estabelecidos legalmente e em relação aos quais, no futuro, existem fortes indícios de estarem em preparação medidas consideradas altamente lesivas.

Preços de ruína

Com efeito, as fábricas produtoras de concentrado estão a pagar às UCP's/Cooperativas e aos agricultores 7\$40 por quilo de to-

esta lamentável situação está a campanha de 1986, a qual se encontra em pleno período de arranque dos viveiros de plantas. Queixam-se os agricultores e os trabalhadores agrícolas de que não existem quaisquer garantias relativamente às quantidades de

duro cujo preço — de acordo com a vontade das fábricas — será este ano de 17\$00 por quilo à população, isto quando, imagine-se, em 1985, foi em média de 21\$00. Ou seja, apesar dos brutais agravamentos dos preços de todos os factores de produção



Sem garantias quanto às quantidades de tomate que poderão produzir nem quanto ao preço, os produtores encontram-se numa situação de grande instabilidade, sofrendo os efeitos negativos das condições em que se processou a adesão do nosso País à CEE.

mate recebido, quando o despacho normativo n.º 21/85 publicado no DR. n.º 79 — 1 Série de 4/4/85 estabelece um preço de 8\$00, valor este, aliás, manifestamente insuficiente e inferior ao que a lavoura reclamava.

De acordo com o Secretariado, os industriais afirmam que a referida diferença de \$60 por quilo — só na Reforma Agrária este montante ascende a 30 mil contos — apenas será liquidado se o Governo proceder ao pagamento do respectivo subsídio à indústria. «Mesmo o valor de 7\$40 está a ser pago — acrescenta o documento — em prestações, em muitos casos através de letras cujos encargos são por conta dos produtores».

Mas ainda mais grave que

tomate que poderão ser produzidas e vendidas para a indústria; não se conhece o preço de garantia a pagar aos produtores, nem se conhecem os critérios de classificação.

Redução das áreas

Por outro lado, consta nos meios agrícolas que as áreas bem como as produções irão ser substancialmente reduzidas, medida esta que afectará inevitavelmente a economia nacional e o nível de emprego em vastas regiões, com especial incidência entre as mulheres.

Para além do **tabaco**, de que se fala existirem também ameaças quanto à redução da área e quanto ao agravamento das condições de pagamento, existe ainda a situação do **pimento ma-**

quer-se pagar ao agricultor menos cerca de 4\$00 do que no ano passado.

Entendendo que agricultura não pode estar «à mercê dos conflitos entre o Governo e a indústria» e muito menos de uma política ruinosa e alheia aos interesses e necessidades da economia e do País, as UCP's/Cooperativas reclamam, pois, que se proceda ao imediato pagamento de todo o tomate entregue à indústria pelo preço de 8\$00, exigindo ao mesmo tempo que para a presente campanha sejam definidos os preços e as condições de fornecimento, «tendo em conta as necessidades de equilíbrio da produção agrícola nacional e um pagamento à lavoura justo e rentável».

Agricultores exigem escoamento da batata

A inoperância revelada até ao momento pela Junta Nacional das Frutas (JNF) em intervir de forma capaz no escoamento da batata de consumo existente em Trás-os-Montes — incapacidade que tem suscitado um vigoroso protesto da lavoura da região — está a criar acrescidas dificuldades financeiras à grande maioria dos agricultores, confrontados com novos encargos e sem o fundo de maneio indispensável à nova campanha.

A falta de colocação do tubérculo no mercado obrigou já muitos agricultores a venderem uma boa parte da sua produção a preços ruinosos (sete e oito escudos por quilo), gesto que é interpretado como uma tentativa de realizar os fundos necessários que permitam cumprir os compromissos assumidos (pedidos de empréstimo) e de obter as verbas mínimas destina-

das ao reinício dos trabalhos agrícolas.

Como se não bastasse a elevada quantidade de batata que continua em armazém, à espera de comprador, a perder peso e a grelhar (obrigando a novas despesas na sua conservação), o preço de intervenção estabelecido pela JNF (12\$00 por quilo), é, também ele, considerado pelos agricultores como manifestamente insuficiente — ainda recentemente a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) tomou posição sobre o assunto defendendo que se trata de um preço «não real» — já que, entre outras coisas, o produtor é obrigado a adquirir os sacos (25\$00 cada), a ter que dar um quilo, em cada cinquenta, sendo ainda por sua conta o respectivo transporte.

Para este excesso de batata de consumo contribuiu largamente, como o «Avante!» sublinhou em

devido tempo, a liberalização da importação da batata de semente, operação que originou a circulação no País de qualquer coisa como o dobro das necessidades nacionais.

Fortemente criticada pelos agricultores e suas organizações representativas — na ocasião multiplicaram-se as denúncias e os alertas para tal situação — esta decisão do Governo não levou em conta as preocupações dos produtores de batata de semente nacional e de batata de consumo e apenas favoreceu os interesses de meia dúzia de grandes importadores privados.

Vila Pouca de Aguiar

Entretanto, em Vila Pouca de Aguiar, após várias movimentações, os produtores de batata elegeram no decorrer de uma reunião uma comissão destinada a

defender os seus interesses, tendo ainda na ocasião reclamado do Governo as necessárias medidas para o escoamento da sua produção e um preço de garantia compensador.

Com mais de quatro mil toneladas por vender (praticamente a produção do conselho) os agricultores entendem que é inaceitável que numa altura destas «quase toda a colheita de 1985 se encontre nos armazéns já em fase de deterioração» e servindo de alimento aos animais.

Para além de exigir a pronta intervenção da JNF no escoamento da batata existente, o documento aprovado na reunião reclama o preço de 20 escudos por quilo, valor que segundo afirmam apenas cobre os custos de produção, dado os aumentos constantes que se têm vindo a registar em todos os factores de produção, designadamente os adubos.

PCP

Deficiências — localizá-las e combatê-las

As múltiplas tarefas em que os comunistas estiveram empenhados durante o ano de 1985 e já nas primeiras semanas de 86, com destaque naturalmente para a longa batalha eleitoral e suas etapas (6 de Outubro, 15 de Dezembro, 26 de Janeiro e 16 de Fevereiro), revelaram aspectos muito positivos no trabalho de organização e também deficiências e traços negativos na acção do Partido.

Como salienta **O Militante** (edição de Janeiro último), «a confirmação do bom ou mau trabalho que se tem realizado deve ser encarado como um incentivo para se continuar nos esforços positivos que se têm efectuado para se emendar o que está mal, para se tomarem medidas indispensáveis para eliminar as dificuldades e deficiências existentes».



Actuando com realismo, os comunistas não cruzam os braços — como se viu agora nas Presidenciais — e, após discussão dos problemas, orientam o seu trabalho político de forma coordenada, criando as condições para ultrapassar as deficiências. Isto sem precipitações. E sempre com a noção das realidades.

«Há dificuldades objectivas», escreve **O Militante**, «contra as quais não é fácil lutar. Só com uma acção continuada e persistente e a modificação de algumas das suas causas se podem abrir perspectivas para a sua eliminação. Mas há muitas dificuldades que são o produto das nossas deficiências e é particularmente contra essas que é preciso tomar as medidas concretas que as podem ultrapassar.»

Analisar com cuidado

Referindo-se concretamente àquele tipo de deficiências, sublinha a dado passo o boletim de organização do PCP:

«Tais deficiências podem situar-se ao nível da direcção da organização, por mau entendimento do trabalho colectivo, por má distribuição das responsabilidades, por falta de cumprimento das tarefas ou outras razões.

«Podem localizar-se também a nível da organização, por insuficiente implantação, pequeno trabalho de formação de quadros, estruturação não adequada, acompanhamento irregular e pouco eficaz, baixo nível de dedicação e de compreensão política, ambiente de menor confiança e camaradagem.

«Podem ainda encontrar-se a nível de ligação com as massas, como consequência das deficiências existentes, particularmente na extensão da organização, na qualidade dos seus membros e na abertura em relação aos companheiros de trabalho e outros elementos fora do Partido.

«São tais questões que têm de ser analisadas com cuidado e com franqueza, para se descortinar o que pode ser atacado imediatamente e o que tem de ser combatido com medidas a prazo menos curto.»

Camarada falecido

Joaquim Simões

Faleceu recentemente o nosso camarada Joaquim Simões, da organização concelhia do Barreiro. O militante comunista, figura conhecida e prestigiada na localidade, trabalhava na manuten-

ção e funcionamento do Centro de Trabalho da Concelhia do Partido.

À família, amigos e companheiros do comunista desaparecido, o colectivo do Avante! expressa o seu profundo pesar.

Internacional

Nas vésperas do XXVII Congresso do PCUS (2)

A fábrica «50.º aniversário de Outubro»

Quisemos saber como estão a reagir os trabalhadores às novas tarefas colocadas pelo PCUS. Visitámos a fábrica «50.º Aniversário Outubro» situada num dos bairros mais antigos de Moscovo. Esta fábrica, que antes da Revolução de Outubro pertencia aos alemães, foi nacionalizada em 1918 e hoje produz linhas automáticas e máquinas especiais para vários ramos da indústria — carros, autocarros, tractores, agricultura, pecuária, caminhos-de-ferro, etc. Num colectivo de 3000 trabalhadores, 600 são membros do Partido e 400 são membros do Komsomol.

A fábrica constrói os apartamentos para os trabalhadores e atribui-os gratuitamente, naturalmente tendo em conta os melhores e mais dedicados, os mais antigos (os mais jovens são também contemplados) e cada trabalhador tem o seu próprio apartamento.

Um pavilhão desportivo, uma creche, jardim de infância e casa de cultura, apoiam os trabalhadores e suas famílias nos tempos livres. Há ainda um posto de abastecimento dentro da empresa e, no final do dia, levantam-se ali os produtos que foram requisitados nessa manhã, evitando assim perdas de tempo nas compras.

A cantina fornece refeições por 50-70 kopékes o que, na nossa moeda, corresponde a

ta às novas medidas propostas pelo PCUS, aprovadas no plenário de Abril, aumentaram a produção em 14%.

Como o conseguiram?

Responsabilidade

O Partido, os comunistas, estão na vanguarda das realizações, por isso é natural que, quando se traçam planos, se estabelecem metas, se pede maior responsabilidade individual e colectiva, os comunistas sejam os primeiros a dar o exemplo.

A organização do Partido e do Komsomol na fábrica, a par dos sindicatos e comité de mulheres, tiveram e têm papel relevante na discussão e aplicação dessas orientações ao caso concreto da sua empresa.

Nesta discussão todos em ge-

O director da fábrica, homem de 44 anos, que entrou para ali com 20 anos e como operário, trabalhando e estudando, tirou um curso técnico superior e, per-

ção do programa, vem responsabilizar-nos mais e ao mesmo tempo dar-nos melhores condições para atingirmos os nossos objectivos».



Duplicar a produção até ao ano 2000, dinamizar o progresso científico técnico, aumentar a eficácia, melhorar a qualidade aumentando a quantidade — algumas das grandes linhas para o futuro que o Congresso do PCUS vai debater

correndo os vários escalões da empresa, é hoje dirigente eficiente, estimado e respeitado, diziam-nos:

«A tarefa principal de todas as organizações, desde a partidária à social, é assegurar um bom trabalho e o bem-estar de todos os trabalhadores. A nova redac-

ção do programa do PCUS, dizia-nos um operário chefe de brigada:

«É um programa para todo o povo. É um programa consciente e realista virado para o melhoramento da nossa vida».

E um jovem komsomol acrescentava:

«Nós não pensamos de forma diferente dos mais velhos, embora tenhamos interesses específicos, de acordo com a nossa idade. E esta nova redacção do programa satisfaz-nos. Daí também o nosso empenhamento. Precisamos de viver em Paz e preservar a Paz, pois nós, jovens, queremos uma vida de trabalho, paz e amizade com os jovens dos outros países».

Ao terminarmos esta visita à empresa e depois de termos percorrido as instalações e dialogado com os trabalhadores, ficamos a confiança de que este colectivo, e certamente tantos outros por toda a URSS, vêem e encaram o futuro com confiança e determinação pondo no trabalho a elevação do seu bem-estar moral e material.

De Moscovo
especial para o «Avante!»
Romeu do Rosário
Manuela Batalha

Nova redacção do Programa do PCUS

Esta nova redacção do programa, não é como possa pensar-se um novo programa. Esta nova redacção do programa do Partido (o 1.º programa foi aprovado no II Congresso, 1903, o 2.º aprovado no VIII Congresso, em 1919, e o 3.º aprovado no XXII Congresso, em 1961) justifica-se pois que o 3.º programa do Partido, elaborado noutras condições, apontou objectivos já hoje alcançados. O Socialismo tornou-se realidade no País dos Soviéticos.

Por outro lado, tal como indica o Projecto de Programa:

«A experiência acumulada e a assimilação científica das transformações operadas na vida interna do país e no cenário mundial, permitem formular mais precisa e concretamente as perspectivas do desenvolvimento da sociedade soviética, as vias e os métodos conducentes ao objectivo final, o comunismo, bem como as tarefas da política internacional nas novas condições históricas».

O (projecto) programa está dividido em quatro partes:

I — A passagem do capitalismo para o socialismo e o comunismo é o fulcro da época contemporânea.

II — Tarefas do PCUS no tocante ao aperfeiçoamento do socialismo e a gradual transição para o comunismo.

III — As tarefas do PCUS na arena internacional na luta pela Paz e pelo Progresso Social.

IV — O Partido é a força dirigente da sociedade soviética.

Eleva o Homem

Intimamente ligado ao plano económico, o programa visa no fundamental o Homem como ser capaz de elevar a sua condição humana, social, cultural. E a tudo que ao Homem está ligado, ou seja, a realização e materialização dos objectivos e metas propostos no plano económico e social, que requerem do ser humano uma elevada consciência individual e colectiva.

O Partido e suas organizações, os militantes, têm um papel fundamental, esclarecendo, motivando, sendo os motores principais deste importante e precioso colectivo de 277 milhões de pessoas.

Tal como disse M. Gorbachov na mensagem de ano novo ao povo soviético, «hoje conhecemos melhor as nossas potencialidades e apreciamos com maior realismo as nossas realizações e os nossos projectos. Estamos no princípio de um trabalho difícil, de grandes mudanças que exigem de nós dedicação, coragem...».

«Hoje precisamos de intensa actividade social, trabalho criador, intolerância perante as insuficiências, apoio decidido a tudo o que a época engendre de novo e progressista. O socialismo — é esta a sua característica essencial — é feito pelo povo e para o povo. A sua força está na actividade criadora das massas...».

Ampla e activa discussão se está realizando por todo o país, em todos os colectivos, desde as cidades aos campos com a participação dos comunistas e não comunistas.

Com carácter marcadamente político, este programa toca nos aspectos económicos, também ligados à esfera da ideologia e aos aspectos de gestão económica e da produção.

E ressalta de tudo isto a força criadora do marxismo-leninismo. São os aspectos económicos, é a ideologia, são os métodos propostos, são os interesses próprios do socialismo.

Mudam-se métodos de trabalho, reestruturam-se indústrias e, ao mesmo tempo, trabalha-se para a elevação da consciência humana e do posicionamento do ser humano perante o trabalho consciente e perante o colectivo, ao mesmo tempo que se desenvolvem as capacidades e potencialidades de cada pessoa. Cada cidadão aparece como centro das atenções para o seu próprio bem-estar moral, espiritual e material e por via de cada pessoa, todo o colectivo.

Mostra que as contradições entre socialismo e capitalismo não são (nem devem ser) resolvidas pela força. A coexistência pacífica continua a ser tónica marcante. Relewa o papel da Comunidade Socialista, em particular da União Soviética, na luta pela Paz e pelo Progresso Social.

Delegação do PCP ao XXVII Congresso do PCUS

A delegação do Partido Comunista Português ao XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, cujos trabalhos têm início no próximo dia 25 de Fevereiro, é composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Carlos Brito, membro da Comissão Política e Albano Nunes membro do Comité Central.

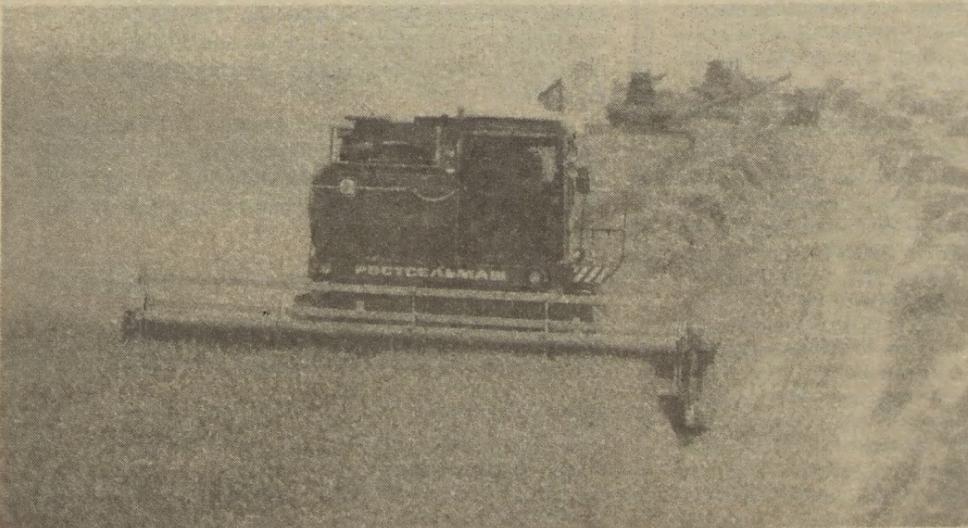
cerca de 100\$00-140\$00. O salário médio é de 252 rublos.

A média das idades 37/38 anos, o que mostra um colectivo bastante jovem.

O plano quinquenal foi cumprido antes do tempo previsto e, como forma de comemorar a realização do XXVII Congresso do Partido, os trabalhadores comprometeram-se a ter até 25 de Fevereiro, data do início do Congresso, cumprido o plano do 1.º trimestre do novo quinquénio. No ano de 1985 e já em respos-

ral participam, pois sabem que são medidas de que serão eles próprios a beneficiar. A modernização da empresa, a par da introdução de novas tecnologias (microcomputadores), melhoramento da preparação técnica dos quadros e dos trabalhadores em geral, passa também pelos tempos livres, desporto e elevação dos conhecimentos.

O objectivo é ir mais além. Responder às novas exigências e, quando possível, ultrapassá-las.



Programar, no socialismo, quer dizer planear o futuro à medida do Homem

Um golpe de Estado feito em Washington

Não restam dúvidas que os tempos vão maus para as ditaduras em todos os continentes e que na Casa Branca se vivem dias de conturbado clima dos aprendizes de feiticeiro. Veja-se o que se passa no Haiti e a caricata odisseia do ex-ditador Jean-Claude Duvalier, mais conhecido por «Baby Doc», ancorado em França à espera que um qualquer país do mundo aceite recebê-lo com carácter permanente, enquanto Washington representa a rábula de lavar as mãos como Pilatos.

A situação, que só não designamos de insólita por não ser de hoje que os Estados Unidos abandonam os seus aliados caídos em desgraça, bem pode ser apresentada como crónica de um golpe de estado anunciado. Por Washington, evidentemente.

Coube ao porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, anunciar em 31 de Janeiro, a queda de Baby Doc, antecipadamente,

dando manifestamente o sinal para avançar ao grupo escolhido para tomar conta do poder. Acontece no entanto que ou porque o ditador não estava ainda convencido do fim do seu reinado — tal como o pai, Duvalier pretendia manter-se vitaliciamente no poder — ou porque a isso foi obrigado pelos ultras do regime (os tenebrosos Tonton Macoutes, a Guarda Presidencial e

a Polícia), Jean-Claude Duvalier anuncia que se mantém no poder à revelia dos planos norte-americanos.

O que era uma impossibilidade real, já que o domínio da família Duvalier só foi possível com a intervenção dos EUA.

Em 1962 foi a administração Kennedy que enviou para o largo de Port-au-Prince, capital haitiana, os seus vasos de guerra para salvar Papa-Doc e um regime que custou a vida a mais de 30 mil haitianos, sem esquecer as centenas de milhões de dólares que garantiam o domínio sobre o país, importante cabeça de ponte para organizar provocações contra Cuba e ainda como porta aberta para a América Central.

Em 1986, como reconhece a

revista «US News and World Report», a administração Reagan tomou as medidas necessárias para afastar Duvalier devido ao seu receio de que o prosseguimento da repressão pudesse criar um terreno favorável para os rebeldes de esquerda que desejam criar uma nova Cuba.

Tão simples como isso. Ence-taram-se diligências para a formação de um conselho governamental militar-civil composto por algumas personalidades ligadas ao ex-ditador e, como se diz em Washington, preparou-se durante um mês a saída de Baby Doc para França onde deveria ficar temporariamente.

Entre o anúncio de Larry Speakes e a fuga de Baby Doc a 7 de Fevereiro, num avião militar norte-americano, grandes convulsões abalaram no entanto o Haiti, comprovando que o factor com que os EUA raramente contam — a reacção popular — pode modificar de facto o andamento dos planos cozinhados nos gabinetes. A revolta contra a ditadura não se extingue com golpes palacianos ou com a instauração de um duvalierismo sem Duvalier.

E tanto assim é que ao primeiro anúncio da queda do ditador o povo saiu à rua exigindo a disso-



Símbolo da ditadura, os «Tonton Macoutes» constituíam uma espécie de guarda pretoriana da dinastia dos Duvalier, composta por nove mil membros, incluindo membros do governo. Tanto os que usavam uniforme (os milicianos) como os que andavam à civil (de óculos escuros e chapéu à cow-boy) praticavam as maiores atrocidades contra a população.

lução dos «Tonton Macoute», a realização de eleições livres, a instauração das liberdades democráticas, a elaboração de uma nova constituição, a resolução dos principais problemas económicos do país que 30 anos de dinastia Duvalier transformaram num dos mais pobres do mundo.

O que significa acrescidas dificuldades para os EUA, nada interessados em ver fugir-lhes das mãos um processo que eles próprios desencadearam com o objectivo de manter o controlo sobre o Haiti. Não é pois de estranhar que a imprensa norte-americana chegue ao despudor, como faz o «Wall Street Journal», de afirmar que os Estados Unidos têm de ocupar o vácuo político no Haiti para evitar o caos político, recomendando à administração Reagan que, se

necessário, vá mais longe, como aconteceu em Granada.

Ou seja, advoga-se publicamente a intervenção militar directa dos EUA no Haiti!

Quanto ao seu ex-aliado, Duvalier, os EUA recusam-se a recebê-lo com o cândido argumento de que poderiam ser forçados a repatriá-lo ao abrigo do tratado de extradição que têm com o Haiti. Tanta preocupação legalista comove, vinda de um país sempre pronto, o mais ilegalmente possível, a invadir Estados independentes...

Não menos cândida é a afirmação de Baby Doc que no seu exílio dourado diz notar que a opinião pública não tem dele uma boa imagem e confessa não compreender porquê!

Uns incompreendidos é o que eles são, coitados...

Haiti — país da América Central, ex-colónia francesa. É banhada pelo mar das Caraíbas e faz fronteira com a República Dominicana.

Capital — Port-au-Prince, com cerca de meio milhão de habitantes.

População — 5 200 000 em 1982, sendo a maioria descendente de africanos. Nos últimos anos a emigração tem sido muito elevada, dirigindo-se especialmente para a Colômbia, Venezuela e Estados Unidos.

Idioma — a língua oficial é o francês, que

no entanto é falado por menos de 20% da população; a maioria fala creole, um dialecto local.

Religião — a religião oficial é a católica, mas no interior predomina o vudu, de influência africana.

Economia — os principais produtos de exportação são o café, a bauxite, a cana-de-açúcar e o cacau. A esmagadora maioria da população (74%) vive da agricultura.

Analfabetismo — em 1982, cerca de 78% da população era analfabeta.

Europa «política» divide CEE

Dia 17, no Luxemburgo, apenas nove (Portugal incluído) dos doze países que actualmente constituem a CEE, assinaram o Acto Único Europeu, primeira alteração global do Tratado de Roma, que há 29 anos, constituiu a base da Comunidade Económica Europeia. Ausentes três países: a Dinamarca, a Grécia e a Itália. Ausentes também, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros e os presidentes do Parlamento e da Comissão Europeia.

A Assinatura do Acto não significa desde já a sua entrada em vigor — pois tal exige a unanimidade. Simboliza, sim, as divergências múltiplas — que não só dos diferentes interesses nacionais — que marcam a CEE e, sobretudo, neste momento, surge declaradamente como forma de pressão política (o que aliás é bem significativo) sobre o povo dinamarquês, que deverá pronunciar-se em referendo quanto ao Acto Único, depois de o «Folketing» (Parlamento) o ter recusado.

Em síntese, o Acto Único Europeu condensa o Tratado de Roma e todas as disposições que o complementaram ao longo dos anos, e em particular as novas reformas acordadas.

Resumidamente, as reformas que alteram, de forma significativa, o Tratado de Roma, compreendem:

- O alargamento das possibilidades de tomar decisões por maioria, no Conselho de Ministros dos doze, em detrimento da regra da unanimidade, e com redução do poder de veto — garantias da defesa dos interesses básicos de cada Estado;

- Reforço dos poderes legislativos do Parlamento Europeu, eleito por sufrágio directo

desde 1979, limitando necessariamente os poderes dos parlamentos nacionais;

- Crescente alinhamento dos países da CEE no que respeita a uma «política externa e de defesa comuns» — um dos aspectos das reformas que pode ter graves consequências;

- A criação, até 1992, de um verdadeiro Mercado Comum, visando a concretização do que sempre foi o objectivo da CEE: a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços.

Que significa a revisão?

Os próprios pontos fundamentais das reformas que referi-

mos nos dão uma ideia da essência da revisão do Tratado de Roma. Trata-se de transformar a Comunidade Económica numa «União Europeia» política, através do alargamento da integração aos planos da política externa, militar e técnico-científica (o que se prende ao projecto apresentado por França — «Eureka»). Ou seja, limitação de facto da soberania nacional dos membros da CEE, nomeadamente no plano militar; imposição de medidas por parte dos «grandes» da Comunidade, facilitada pela limitação do princípio da unanimidade e do direito de veto.

Esta é a essência do projecto, e que está na base das divergências surgidas. O caso da Dinamarca — que por razões diferenciadas arrastou consigo a Grécia e a Itália — é o mais saliente, na oposição ao projecto. Mas não o único.

Por exemplo, a Irlanda, ao apoiar a ideia de transformação do Mercado Comum numa «União Europeia», deixou explícito que o seu governo não participaria na cooperação militar, pois essa participação entra em contradição com a neutralidade assumida pelo País.

Um outro exemplo dos problemas que o projecto de União acarreta: o governo dinamarquês (que apoia a revisão do Tratado de Roma) tratou de garantir o di-

reito do País à cooperação especial com os países nórdicos — pois isso poderia ser posto em causa na fórmula de uma política externa comum da comunidade.

A importância da luta

A posição negativa assumida pelo parlamento dinamarquês, reflecte um amplo movimento popular, não só pela não assinatura de um novo acordo limitativo da soberania nacional e das competências dos parlamentos nacionais, mas mesmo pela retirada do País da CEE.

Independentemente dos resultados do referendo — que não reflectirão linearmente a opinião popular: basta assinalar o «cuidado» do governo em inserir na tradução dinamarquesa do projecto a palavra «associação» em vez de «união» europeia, para confundir uma posição generalizada contra tal união — salta à vista a importância da luta, também neste domínio.

A assinatura do Acto Único Europeu, dia 17, no Luxemburgo, apenas por nove dos membros da CEE — o que representa de momento a sua inoperacionalidade — bem simboliza a importância dessa luta.

França no Tchad

Uma vez mais a França está a intervir directa e militarmente no Tchad, tomando posição ao lado do contestado governo de Hissene Habré, contra o movimento de oposição Governo de Unidade Nacional do Tchad (GUNT). Aviões da Força Aérea francesa bombardearam a pista do aeródromo de Uadi Dum, em área controlada pelo GUNT. Aviões militares franceses, carregados de homens e material de guerra, estão a chegar à capital do país.

Em França, o jornal «L'Humanité», órgão do Partido Comunista Francês, critica a intervenção militar do governo de Mitterrand, tal como o havia feito face a idêntica posição de Paris, em 1983.



Pela Paz na América Central

O encontro realizado em Washington, entre os ministros dos Negócios Estrangeiros do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai) e o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, saldou-se num claro fracasso para a política de Washington.

No comunicado final, considera-se indispensável à paz, segurança e desenvolvimento: o recomeço das negociações para a assinatura da Acta de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central; fim do apoio externo às forças irregulares que operam na região; fim do apoio aos movimentos insurreccionais em todos os países da região; congelamento da compra de armamentos e sua redução programada; suspensão das manobras militares internacionais; redução progressiva dos conselheiros militares estrangeiros e das instalações militares estrangeiras; compromisso de não-agressão por parte dos cinco países centro-americanos através de declarações unilaterais; passos efectivos no sentido da reconciliação nacional e plena vigência dos direitos humanos e liberdades individuais; cooperação regional e internacional para aliviar os graves problemas económicos e sociais que afligem a região.

Internacional

A repressão na política do capital • Os exemplos da RFA e Grã-Bretanha

O governo democrata-cristão da RFA apresentou nestes últimos dias um conjunto de projectos de lei de segurança interna que, conforme salienta a imprensa da RFA, pode vir a atingir gravemente direitos democráticos básicos dos cidadãos. Na Grã-Bretanha, a polícia carregou sobre manifestantes que protestavam contra o despedimento de 5500 trabalhadores do magnate da imprensa Robert Murdoch. Não estamos perante uma mera coincidência de factos. Mas face a testemunhos de uma mesma política do capital, agravada pela presença no poder de sectores políticos de direita. Uma política antipopular, em que vários aspectos da resposta do capital à realidade contemporânea se interligam: o lançar do peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores; a utilização dos frutos da revolução técnico-científica (RTC) em benefício exclusivo, agravando paralelamente as condições de trabalho (e de luta) das massas trabalhadoras; a militarização da economia.

As consequências dessa política traduzem-se em números e exemplos muito claros: da «nova pobreza» às quebras salariais; dos ataques às conquistas dos trabalhadores inerentes à prática da «flexibilização» à repressão pura e simples.

Segundo estatísticas da CEE, em 1984 havia, nos países do Mercado Comum, 30 milhões de cidadãos que viviam abaixo do nível oficial de pobreza. Uma realidade que tem muito a ver com o desemprego. Mas não só. Um relatório publicado pelo Instituto dos Sindicatos Europeus assinalava, em Julho passado: «Nos últimos quatro anos, na Europa Ocidental, o nível médio do incremento do salário nominal diminuiu. Os vencimentos horários, na indústria oeste-europeia, cresceram mais lentamente do que a inflação. Na maioria dos países, as receitas reais dos operários, assim como o seu poder de compra, diminuíram, en-

quanto o desemprego aumentou.»

Assim, no quadro do sistema capitalista, o desenvolvimento tecnológico, que potencialmente permite um formidável aumento da quantidade e da qualidade das riquezas produzidas, traduz-se, para a grande massa dos trabalhadores, em crescentes dificuldades de vida e condições de trabalho agravadas. O que vem ligado a uma intensificação da repressão, sobe diversas formas, contra os trabalhadores, contra os sindicatos.

É nesta perspectiva que surgem mais claramente o porquê do que se está a passar na RFA e na Grã-Bretanha.

Grã-Bretanha Polícia contra piquetes de greve

A «News International», o grupo do magnate australo-norte-

-americano, Robert Murdoch, despediu 5500 operários como resposta à realização de uma greve. Para garantir a distribuição do jornal, Murdoch recorreu a fura-greves e circuitos de distribuição paralelos. Mais dois mil polícias foram mobilizados para assegurar a saída dos jornais. Face à manifestação de protesto dos trabalhadores, a polícia carrega e faz quase cinco dezenas de prisões.

Neste momento, o patronato admite negociações, mas afirma à partida que não discute a readmissão dos trabalhadores despedidos mas simplesmente a eventual atribuição de indemnizações. Simultaneamente, um tribunal de Londres condenou o Sindicato dos Gráficos a pagar uma multa por ter mantido a palavra de ordem de boicote aos suplementos do «Times», impressos fora das empresas do grupo Murdoch.

E assim temos, contra os trabalhadores em luta todo o aparelho repressivo: a polícia, os tribunais e a legislação antioperária que permite ao grupo Murdoch nomeadamente despedir grevistas.

São factos muito significativos e que se inserem na lógica da política económica do governo conservador. Hoje, a taxa de desemprego na Grã-Bretanha só é inferior, na Europa, à da Espanha, Holanda e Bélgica. E as cédências, no plano da indústria, aocapital multinacional, em particular norte-americano, assumiram tais proporções, que mesmo o ex-primeiro-ministro conservador, Edward Heath, se interro-

gou, em entrevista concedida à BBC: «O que se teria passado se nas últimas eleições tivéssemos anunciado que íamos vender partes significativas da indústria britânica aos Estados Unidos?».

RFA As leis de «segurança»

O pretexto é o terrorismo e a delinquência. Mas, bem se sabe, e muitas vezes tem sido denunciado, que a coberto da «segurança» se avança de facto com uma legislação contra os trabalhadores, e contra as liberdades democráticas em geral.

A verdade é que o conjunto de projectos de lei de segurança (sete projectos) elaborados pelo governo democrata-cristão, e defendidos quer pelo partido de Helmut Kohl, quer pelos socialistas de Franz Josef Strauss, estão a ser contestados — e não por acaso — por amplo sectores políticos e parte significativa da imprensa. A oposição é bem ampla. Na batalha estão, naturalmente, os comunistas. Mas o seu campo vai dos social-democratas e «Verdes» até a sectores do Partido Liberal (no poder).

Num comentário aos projectos governamentais, a revista «Der Spiegel» observa que bastaria uma pessoa ter estado num lugar próximo de onde foi cometi-

do um crime ou viajar no mesmo compartimento de comboio, onde tenha sido identificado alguém acusado de terrorismo, para automaticamente ser fichado. Isto para não referir as consequências possíveis dos novos modelos de bilhete de identidade propostos que poderão ser «lidos» electronicamente.

E tudo isto se passa num país que «legalizou» o despedimento por razões políticas — as «interdições profissionais», e que tem utilizado esse e outros meios repressivos, contra os trabalhadores que mais se destacam na luta pelos direitos de classe, e contra os militantes do heterogéneo movimento da paz.

São batalhas que se interligam — mas ainda quando a RFA abre portas à participação na «guerra das estrelas». Em Setembro passado, realizou-se em Hanover um encontro de denúncia do projecto norte-americano de militarização do Espaço. Nesse encontro, o vice-presidente do comité de empresa da Siemens de Munique sublinhou que este «novo relançamento da corrida aos armamentos vai dar origem a um novo desperdício de preciosos recursos financeiros e humanos. E ramos económicos e técnicos até agora pouco militarizados correm o risco de serem levados para a produção de armamentos, tendo como consequência uma vigilância ainda maior sobre os trabalhadores sob o pretexto de preservar os segredos militares».

Não se pode deixar de salientar a actualidade deste alerta.

As Filipinas em pé de guerra

O mínimo que se pode dizer da actual situação que se vive nas Filipinas, quinze dias depois das conturbadíssimas eleições presidenciais, é que a maioria da população se encontra em pé de guerra contra a desautorada tentativa de Ferdinand Marcos em se manter no poder à custa de fraudes eleitorais que nem os mais parciais observadores, como os norte-americanos, puderam deixar de assinalar. A campanha de desobediência civil proposta pela candidatura de Corázon Aquino como forma de protesto e resistência não violenta às manobras da ditadura de Marcos, recolheu de imediato a adesão popular, bem como o apoio de todas as forças da oposição, incluindo a influente igreja católica. O que aponta para um crescente clima de instabilidade político-social nas Filipinas nos tempos mais próximos e acrescidas dificuldades na concretização da estratégia norte-americana naquele país.

Há que dizer, em boa verdade, que a administração Reagan se defronta de momento com sérios problemas em regiões do mundo tradicionalmente sob a sua influência, sendo cada vez mais difícil aos especialistas da Casa Branca apresentar soluções para apagar os fogos resultantes da sua própria política.

Passando em revista os acontecimentos registados nas Filipinas desde que, por pressão dos EUA, Marcos foi forçado a ante-

cipar a realização de eleições presidenciais, obtém-se um quadro por demais elucidativo das referidas dificuldades.

Com cerca de 54 milhões de habitantes, um território repartido por sete mil ilhas, uma dívida externa que ascende a 26 biliões de dólares, um Produto Nacional Bruto dos mais baixos do mundo e um regime de feroz ditadura com mais de duas décadas, as Filipinas interessam aos EUA

pela sua importante localização geoestratégica.

Em troca de um declarado apoio político e de generosos auxílios económicos, os EUA mantêm nas Filipinas duas das suas mais importantes bases militares no estrangeiro: a base aérea de Clark Field, sede da 13.ª Força Aérea e de sofisticadíssimos sistemas de comunicação, e a base de Subic Bay, quartel-general da Sétima Esquadra. Através delas os EUA controlam rotas da maior importância económico-política desde o Pacífico Ocidental ao Índico e mar da China, sem esquecer a rota do petróleo do Golfo Pérsico.

É claro que aos EUA, se por um lado interessa um aliado tão fiel como Marcos tem sido — o mais seguro aliado dos Estados Unidos, segundo afirmou recentemente Reagan —, por outro lado interessa manter uma situação o mais estável possível a nível interno, que afaste a possibilidade de transformações radicais que ponham em causa os seus chamados «interesses vitais».

Pode dizer-se que foi neste capítulo que a ditadura de Marcos não correspondeu aos desejos de Washington, que de há muito reclama reformas políticas que emprestem algum verniz democrático às Filipinas. A degradação da vida política, económica e social registada nas Filipinas, a brutal repressão das forças policiais e a pauperização crescente da população em geral, aliada à ausência das mais elementares liberdades políticas, tiveram no assassinato de Benigno Aquino, em 1983, o detonador que fez alastrar a revolta popular como uma explosão.

As fraudes eleitorais cometidas pelas forças da ditadura, ainda que esperadas, funcionaram como novos resultados na fogueira do descontentamento. E não se pode dizer que as sucessivas e controversas tomadas de posição da administração Reagan sobre o assunto tivessem ajudado a acalmar os ânimos.

Com efeito, Reagan começou por afirmar terem havido fraudes de parte a parte, o que os próprios observadores norte-ameri-

canos às eleições desmentem; sugeriu em seguida que a oposição aceitasse colaborar com o ditador Marcos; anunciou depois aceitar os resultados que as autoridades filipinas afectas a Marcos proclamassem; e acabou enviando o seu conselheiro e especialista em assuntos asiáticos e do Médio Oriente, Philip Habib, até Manila, sabe-se lá com que propostas, soluções ou ameaças.

Ainda que visivelmente desorientados quanto ao caminho a seguir, os EUA continuam a considerar-se no direito de decidir o futuro das Filipinas.

Um futuro que de imediato se apresenta bastante sombrio, mas sobre o qual seria primeiro especular demasiado. Porque se é verdade que os EUA têm meios para desencadear processos de substituição das forças no poder, não é menos verdade que nunca podem ter a certeza de como eles vão acabar, sobretudo quando têm de enfrentar um povo, como o das Filipinas, fortemente mobilizado na luta contra a ditadura e cada vez mais conscientemente anti-imperialista.

«As comemorações do 31 de Janeiro, no Porto, constituíram mais uma potente afirmação da vontade popular de luta pelas liberdades democráticas fundamentais.

«Cerca de 10 000 pessoas, apesar da proibição salazarista, concentraram-se dentro e fora do cemitério do Prado do Repouso, em romagem aos mortos da primeira Revolução Republicana. Esta grande concentração popular, de que faziam parte numerosas delegações de muitos pontos do país, transformou-se numa grande manifestação anti-salazarista.

«Junto do monumento aos heróis do 31 de Janeiro, depois de um minuto de silêncio em homenagem aos mortos, os manifestantes entoaram o hino nacional seguido de vivas à República, à Democracia, à Liberdade, etc. Ouviam-se de todos os lados gritos de «Unidade! Amnistia! Amnistia! Amnistia! Liberdade para os presos políticos!» (...)

(«O Governo Fascista Reprime Brutalmente as Comemorações do 31 de Janeiro» — «Avante!», VI Série, n.º 287, Fevereiro de 1960).

AVANTE!
PARTIDO CENTRAL DO TRABALHO SOCIALISTA PORTUGUÊS

«O barco vinha devagar subindo o rio. Todo branco aproximava-se do cais. As pessoas olhavam-no e... rapidamente chamavam outras. Outras e outras corriam e, em pouco tempo, era uma multidão que assistia à chegada do navio inglês «Palmela» que, ido de Lisboa, ia receber carga a Gaia.

«Vieram também os guardas da PSP que queriam à força dispersar o povo, mas sem resultado. As pessoas apontavam umas às outras a grande inscrição no costado: «Povos de Todo o Mundo, Auxiliai o Povo Português a Libertar-se do Fascismo de Salazar!» Avisada pelo chefe da PSP de Massarelos, a PIDE acorreu a impedir que o barco acostasse e a ordenar que fosse imediatamente pintado.

«O barco inglês saiu do Porto já sem o apelo aos povos do mundo. Mas o povo do Porto, passados dias, mostrava nas ruas a sua disposição de se libertar de Salazar.»

(«Sábado Gordo» — «Avante!», VI Série, n.º 313, Fevereiro de 1962).

Avante!
PARTIDO CENTRAL DO TRABALHO SOCIALISTA PORTUGUÊS

«Em Janeiro reuniu-se novamente o Comité Central do nosso Partido para discutir importantes problemas políticos. Depois de discutir largamente uma intervenção apresentada por um membro do Secretariado, onde se analisa a situação política nacional, o Comité Central aprovou o documento «Perspectivas de desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura fascista» (...).

«Desde já o nosso Partido alerta o Povo Português para a necessidade de profundas transformações que consolidem um futuro regime democrático. Se após a queda do governo de Salazar sobrevivessem o poder dos monopólios e dos latifundiários, o jugo imperialista sobre Portugal, a continuação da exploração desenfreada da classe operária e das outras camadas laboriosas, uma política externa belicista enquadrada na NATO e a opressão sobre os povos das colónias portuguesas — em tal caso não poderia ser assegurada uma evolução democrática da sociedade portuguesa e em breve as liberdades seriam de novo liquidadas.» (...)

(«Avancemos na Via do Levantamento Nacional» — «Avante!», VI Série, n.º 326, Fevereiro de 1963).



Da nossa enviada especial

Anabela Fino

CUBA

Meia dúzia de impressões a propósito de um congresso

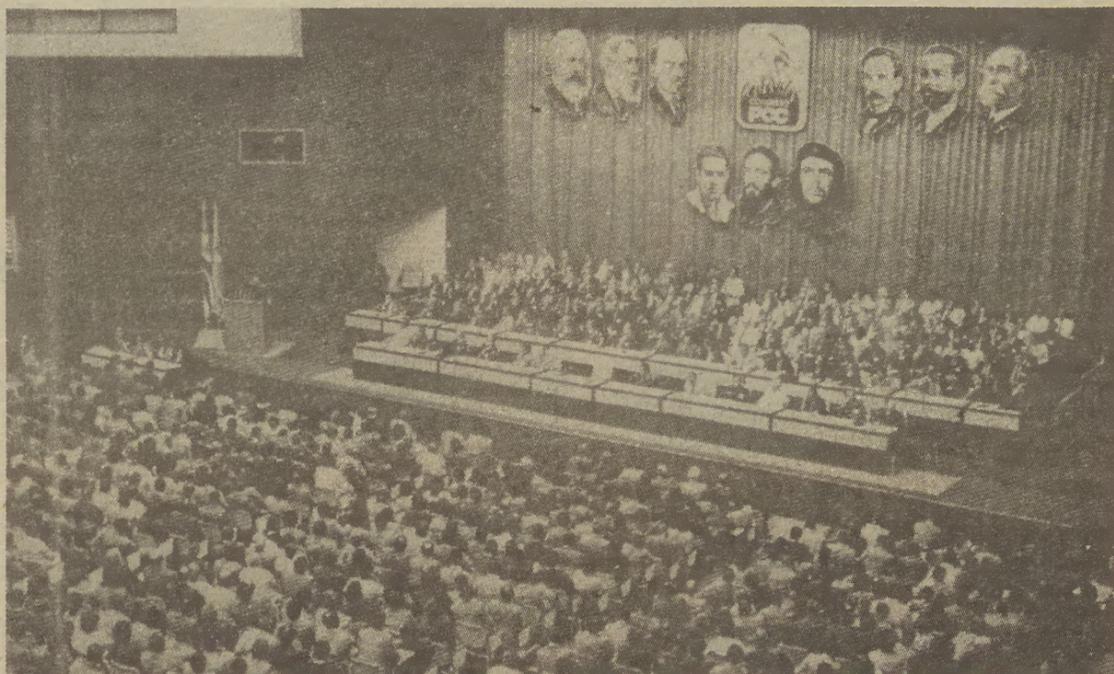
De Cuba fica a saudade do que se adivinha e não se chega a conhecer. Um apetite insatisfeito de rasgar mais as cortinas do desconhecido apenas entrevisto nas deslocações entre o hotel e o Palácio dos Congressos, da vista panorâmica da varanda do quarto que por uns dias nos serviu de casa, dos passeios digestivos após o jantar, único tempo livre, por uma Havana fascinante e cheia de surpresas, por uma ou outra visita rica de ensinamentos mas necessariamente limitada.

Uma semana pode ser uma eternidade ou um instante. Para conhecer um pouco da realidade cubana é um momento dos que não esquecem e sabem sempre a pouco. Com a agravante de que a informação colhida a partir do Relatório do Comité Central do III Congresso do Partido Comunista de Cuba, apresentado por Fidel Castro, estimulou o interesse já grande à partida em conhecer melhor e mais de perto esse povo que no continente americano foi o primeiro a libertar-se de facto da dominação imperialista.

Faltou-nos tempo, sobrou-nos saudade. E uma mão cheia de impressões de fazer crescer água na boca.

A primeira é verde. Verde de todos os tons, vivo, quente, a brotar por todos os lados numa vitalidade estonteante. A seguir é um colorido de corpos e roupas, prédios e carros, dísticos e bandeiras, de mar e de sol, a provar que não é só abaixo do Equador que tudo é diferente... e que a Europa com toda a sua beleza estilizada e esterilizada pouco mais é do que um reflexo do paraíso perdido que todos conhecemos.

Mas atenção. É preciso não cair na tentação das comparações, sob pena de esquecer o essencial e valorizar o supérfluo à luz da sociedade de consumo em que vivemos e cuja influência quer queiramos quer não acaba por se fazer sentir. O que



Fidel Castro apresenta o relatório do Comité Central ao III Congresso do Partido Comunista de Cuba

não seria justo em nenhum dos casos, nem para a nossa velha Europa onde apesar de tudo tantas coisas boas existem, nem para um país como Cuba onde a construção do socialismo não pode ser desligada de uma história de 400 anos de colonialismo seguida de mais de meio século de neo-colonialismo norte-americano.

Cuba é um país muito particular na América Latina sem deixar contudo de ser profundamente latino-americano. A diferença está nos passos gigantes dados nos últimos 27 anos em todos os domínios da vida económica, política e social; a semelhança está no muito que resta por fazer num país que optou decididamente pela via do socialismo.

Como dar conta de tudo isto sem cair no exagero de quem se deslumbra com o que não tem ou pecar por defeito de quem como nós vive na ilusão de ter à mão o que se não pode alcançar?

Gostaria de ter a sensibilidade do poeta, a exuberância do pintor, a precisão da câmara de filmar para transmitir com rigor a riqueza de impressões colhidas numa realidade tão diferente da nossa e onde afinal nunca nos sentimos estranhos.

Uma alegria inesperada

Retomando o fio à meada das impressões, diria que depois do ver-

de e da beleza o que mais salta à vista é a alegria.

A alegria das pessoas nos jardins, nas ruas, nas lojas, nas paragens de autocarro, num contraste flagrante com os rostos cada vez mais fechados do quotidiano português. Ainda que não saiba dar razões disso, o facto é que me convenci de ter encontrado uma filosofia diferente de estar na vida e no mundo, de encarar o tempo e de disfrutar os prazeres de cada instante. A referência mais similar que me ocorre é a do ambiente que se respirava em Lisboa pouco depois do 25 de Abril, quando o ar tinha a fragância das coisas novas e as esperanças brotavam com todo o vigor da Primavera.

A quem ocorre estar bem disposto numa bicha para o autocarro? Ou dar de barato um bom bocado do seu tempo para num fim de tarde tropical esperar a vez de comprar um gelado? Ou um lugar no café preferido, quando à volta outros há com lugares bastantes? Ou tão só amarinhar para cima de um muro à beira-mar e ficar a namorar esquecido do mundo?

Os risos das crianças ouviam-se por toda a parte, pois por todo o lado em Havana há infantários, jardins-escolas, parques e escolas com jardim, onde cantar parece ser um modo perfeito de estar. Comem-se gelados, doces, bolos, rebuçados, a lembrar que se está na terra da cana-do-açúcar e onde ser guloso

não é só próprio das crianças, a menos que todos guardem em si muito do que de bom a meninice tem, pese embora os esforços médicos e a campanha pública contra os excessos que prejudicam a saúde.

Impossível não reparar também na beleza dos rostos, particularmente os mestiços (a mescla, como se auto-designam orgulhosamente), a dar razão às palavras de Fidel sobre os excelentes resultados da miscelânea racial verificada em Cuba, onde se cruzam descendentes dos escravos africanos, europeus, indígenas, entre outros, numa variedade digna de registo. Havia mesmo quem dissesse que depois de ver as mulatas cubanas se tornava forçoso modificar os padrões de beleza... E não estaremos longe da verdade se alargarmos o dito para os dois sexos.

Belas são também as antigas construções coloniais, a justificar plenamente a decisão da UNESCO em declarar a chamada «Havana Velha» como património cultural da humanidade, e o esforço da revolução cubana em as recuperar e preservar. Nem sequer é preciso um esforço grande de imaginação para visionar como em tempos não muito remotos ali viviam os colonizadores, gordos charutos na mão, lado a lado com mulherzinhas frágeis e inúteis de longos e vaporosos vestidos, à sombra das riquezas exploradas a



A chegada a Havana dos delegados ao III Congresso foi alvo de manifestações de solidariedade e alegria nos mais diversos locais da cidade



CUBA



todo um povo. Hoje, grande parte dessas casas são lugares de utilidade pública, monumentos nacionais, onde dá gosto ver a juventude preparar-se para um futuro sem dúvida melhor do que o dos seus progenitores.

Espectaculares são os carros. Há-os de todas as marcas, novos e velhos, mas os que fazem as delícias de turistas e naturais são os antiquíssimos «espadas» americanos, enormes, espampanantes, que em viagens colectivas correm a cidade de lés a lés, ao módico preço de um peso.

A coroar tudo isto — e certamente muito mais que ficou por dizer — há a música e a dança, expressão maior duma riqueza cultural felizmente preservada e que a revolução tudo faz para recuperar, transmitir, divulgar. Dela falaremos no próximo número com o relevo que merece.

Aqui chegados haverá quem pergunte que tem isto a ver com o III Congresso do Partido Comunista de Cuba, iniciativa que motivou a viagem

até Havana e que durante os dias 4 a 7 deste mês mobilizou as atenções do povo cubano e de uma boa parte da imprensa internacional. Não hesito em afirmar que tem tudo a ver. Porque disto e muito mais falou Fidel Castro, chefe de Estado cubano, primeiro secretário do PCC e comandante em chefe de um povo que nele tem o seu símbolo de amor à paz, à liberdade, ao socialismo.

Disto tudo e muito mais falaram os delegados ao III Congresso do PCC, a provar que a revolução cubana está viva no coração do seu povo e que nada do que lhe diz respeito lhe é estranho. Tão viva e forte, como disse Fidel, que se pode dar ao luxo de apontar os próprios erros e falhas porque trabalha para os resolver e ultrapassar. ■

**Continua
no próximo número**

Os números do Congresso

No III Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), que conta com mais de meio milhão de membro e 40 mil organizações, participaram 1790 delegados eleitos e 196 delegações estrangeiras.

Dos delegados, 536 eram operários, 24 camponeses, 234 dos sectores de serviços, actividades científicas, de educação e outros, sendo 223 efectivos das Forças Armadas Revolucionárias (FAR).

Dos presentes, 432 eram membros fundadores do PCC e 563 haviam já participado em missões de carácter internacionalista. De referir ainda que 864 delegados tinham formação universitária e 442 formação média.

Os trabalhos do Congresso foram cobertos por um total de 258 jornalistas estrangeiros, dos quais 96 da imprensa creditada em Cuba e os restantes especialmente convidados para o evento, provenientes de todas as partes do mundo. No total, estiveram representados no III Congresso do PCC 45 órgãos de imprensa escrita, 13 cadeias de televisão, 10 estações de rádio e 11 agências de imprensa.

As teses presentes ao Congresso, todas aprovadas por unanimidade, foram enriquecidas com mais de 13 mil sugestões.

O Comité Central do PCC, composto por 225 membros (dos quais 146 efectivos e 79 suplentes), foi renovado com 160 novos membros, no cumprimento da decisão de fazer participar nos órgãos dirigentes do Partido um número de mulheres, negros, mestiços e jovens mais de acordo com a sua representação quer no Partido quer na sociedade cubana. O Bureau Político, composto por 13 membros efectivos e 10 suplentes, foi renovado em mais de 40% dos seus elementos, integrando pela primeira vez uma mulher como membro efectivo e duas como suplentes.

A saúde dos delegados e convidados, tanto nacionais como estrangeiros, esteve garantida com um eficiente serviço de assistência médica. A equipa, composta por 22 trabalhadores da saúde, incluía médicos e enfermeiros de várias especialidades, desde terapia intensiva, cirurgia, doenças alimentares, estomatologista e outros, para além de três ambulâncias em estado de prevenção, uma das quais preparada para prestar assistência de urgência a problemas cardiovasculares. Todos os serviços prestados eram gratuitos. ■



Blanqui Teixeira, na tribuna reservada aos convidados estrangeiros ao III Congresso do PCC

Intervenção de Blanqui Teixeira

membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP

no III Congresso do PC de Cuba

Queridos Camaradas:

Em nome do Comité Central do Partido Comunista Português, queremos saudar calorosa e fraternalmente o III Congresso do Partido Comunista de Cuba, e, por seu intermédio, os comunistas, os trabalhadores e o povo cubano, que tem levado à prática uma obra magnífica de desenvolvimento e progresso, que constitui importante estímulo e fonte de inspiração para todos os povos.

A revolução cubana desempenhou e desempenha um papel de excepcional importância que ganha especial evidência em virtude da sua particular situação geográfica, em virtude da força do seu exemplo para todas as nações da América Latina, em virtude da posição internacionalista que consequentemente defende.

Os vossos êxitos nos campos económico, social e cultural, constituem uma demonstração viva das vantagens e da superioridade do socialismo para a satisfação dos anseios das massas populares, para a consolidação da democracia, da independência e da paz.

Os trabalhos do vosso III Congresso são mais uma prova de que o caminho percorrido desde a histórica data de 1 de Janeiro de 1959 vai continuar. Vai continuar com o reforço da construção do socialismo, vai continuar com uma mais intensa mobilização de todo o povo para uma maior eficiência na produção e na defesa, vai continuar com a realização de novos passos no desenvolvimento económico-social de Cuba.

Queridos Camaradas:

A situação internacional tem-se agravado perigosamente. A política belicista do imperialismo, antes de mais do imperialismo norte-americano, que tudo tem feito para minar e destruir a vossa revolução, constitui uma ameaça muito preocupante para a paz mundial.

Entretanto, a luta dos povos pela liberdade, pela melhoria da sua vida e pela paz intensifica-se. E como resultado dessa luta, grandes modificações têm tido lugar em muitos países e

passos importantes se têm dado para a preservação da Paz.

A política de paz e de desenvolvimento levada a cabo pela União Soviética e todo o campo socialista tem tido a esse respeito um papel decisivo.

Já depois da histórica Cimeira de Genebra, a recente iniciativa da União Soviética no sentido da liquidação das armas nucleares até ao ano 2000 vem ao encontro de aspirações que unem toda a humanidade.

Por outro lado, a luta pela paz e pelo progresso social está estreitamente ligada à libertação dos povos da fome, da miséria, da exploração que o imperialismo impõe sobre muitos países em vias de desenvolvimento. A luta pelo estabelecimento de relações económicas internacionais mais justas, que ajudem a uma evolução positiva desses países e não que impeçam essa evolução e conduzam a um endividamento crescente e asfixiante é uma luta que deve unir as forças democráticas e pacíficas de todo o mundo. Para o esclarecimento dessas questões e para a acção correspondente tendes vós, comunistas cubanos, tido um papel de destacado relevo que importa salientar e saudar.

Queridos Camaradas:

Em Portugal, ao longo do ano findo, a luta dos trabalhadores e dos democratas obteve êxitos importantes para a defesa das conquistas da Revolução do 25 de Abril.

As eleições legislativas de 6 de Outubro impuseram uma modificação positiva no quadro da Assembleia da República e o actual governo é um governo com uma maioria relativa, precária e insegura. Nas eleições para as autarquias de Dezembro findo, a Aliança Povo Unido, em que o PCP se insere como força principal, confirmou a sua grande implantação e prestígio.

No entanto, os primeiros resultados das eleições presidenciais de 26 de Janeiro findo criaram uma situação muito perigosa para a democracia portuguesa. Dos quatro candidatos

que se apresentaram ao acto eleitoral passaram para a segunda volta os dois candidatos de direita, Mário Soares, Secretário-Geral do PS e Freitas do Amaral, antigo Presidente do CDS, partido da extrema-direita.

Para definir a atitude do PCP na 2.ª volta das eleições presidenciais o Comité Central decidiu convocar o XI Congresso (Extraordinário) que se realizou no domingo passado. De acordo com as informações já colhidas em Cuba, o Congresso resolveu empenhar todo o Partido e toda a sua influência na derrota de Freitas do Amaral, embora não se possa alimentar qualquer ilusão sobre as concepções e a prática política de Mário Soares.

A experiência da revolução portuguesa mostra que a luta dos trabalhadores e das massas populares, a acção dos democratas e o funcionamento das instituições desempenham um papel determinante na superação dos perigos e na defesa do regime democrático.

Queridos Camaradas:

As realizações da revolução cubana e a sua defesa são do interesse de toda a humanidade progressista. Desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do vosso III Congresso e à vossa actividade para concretizar as suas resoluções.

Queremos afirmar-vos que os comunistas portugueses continuarão a actuar para o fortalecimento das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o III Congresso do Partido Comunista de Cuba!

Viva a solidariedade e amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba!

Viva a amizade entre os povos de Portugal e de Cuba!

Viva o internacionalismo proletário!



Mikhail Gorbatchov

cultura, a protecção do ambiente, a estrutura urbana das cidades e aldeias, os tempos livres e muita outra coisa. Não esconderei que em muitas destas áreas as coisas não vão tão bem como desejaríamos. Em parte porque a nossa difícil história nos impediu, durante longo tempo, de lhes dar a atenção merecida. Mas também por nossa culpa, por causa da rotina, da incapacidade, ou simplesmente da irresponsabilidade de alguns funcionários, de administrações e organismos. Se ler os nossos jornais, conhece perfeitamente as vivas críticas de que são alvo os responsáveis destes erros, mesmo quando altamente colocados. Empenhámo-nos com firmeza na correcção desta situação. Tudo isso vai requerer bastante tempo e grandes esforços, mas estou convencido de que iremos obter profundas modificações em todos estes domínios. É claro que gostaríamos de consegui-lo o mais depressa possível.

O abastecimento do mercado em quantidade de artigos de boa qualidade e de maior variedade, encontra-se entre tarefas mais urgentes: artigos novos ou tradicionais, caros ou baratos, para jovens ou menos jovens; para todos os gostos e necessidades, nos limites do razoável. Consideramos este problema de uma extraordinária importância.

— Há ainda «bichas»?

— Sim, sobretudo no que respeita a produtos de alta qualidade, cuja procura ainda não foi satisfeita.

Gostaria de sublinhar que nem todos os meios de resolver esse problema se encontram ao nosso alcance. Se no Ocidente a procura de um artigo é superior à oferta, aumenta-se-lhe o preço. Nós nunca o fazemos, ou quase nunca, sobretudo no que toca aos artigos de maior procura. Daí resultam rupturas de stock, o que dá origem às «bichas».

Digo-o para esclarecer o problema, mas não para justificar os erros. Os erros — insistimos — não devem ser justificados mas corrigidos. É precisamente nesse sentido que iniciamos uma profunda reestruturação da economia e de todos os seus mecanismos.

— Os cidadãos soviéticos têm meios de «resistir» aos «patrões» da sua empresa? E não apenas de «resistir» mas também de modificar as suas decisões?

— Certamente quer significar por «patrões», os directores de administração. Lembro que não existem no nosso país proprietários privados nem relações fundadas na propriedade privada. Desde os primeiros anos do poder soviético, foi criado todo um mecanismo destinado a proteger os direitos dos trabalhadores, uma legislação de trabalho estrita, amplos direitos para os sindicatos, um controlo exercido pelos organismos do Partido e pelos soviets. Os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores foram alargados nestes últimos anos. Praticamente todas as decisões importantes são elaboradas e tomadas com a participação dos trabalhadores após debate aprofundado. É por exemplo o caso dos projectos e planos de desenvolvimento económico e social das empresas.

Uma palavra ainda sobre os sindicatos. Estes assinam os contratos colectivos com a administração e controlam a observância da legislação do trabalho. E, se considerarem que algo está mal, mesmo no caso de despedimentos, questões de salários, atribuição de alojamentos, etc., têm a possibilidade de, pegando na sua expressão, «resistir» de modo muito eficaz, até à própria reclamação da demissão deste ou daquele administrador. E isto acontece de vez em quando.

Vejamos outro lado da questão. Não são apenas a administração e os sindicatos, mas também o colectivo dos trabalhadores, que devem colocar certas exigências em relação aos trabalhadores, à disciplina, ao trabalho consciencioso, ao comportamento na empresa. É isso que geralmente acontece com o total apoio dos operários. É o próprio colectivo que tem interesse em que cada um dos seus membros trabalhe bem. Disso dependem as remunerações dos trabalhadores, as suas condições de trabalho, os bens sociais.

— Não será o desemprego o preço inevitável a pagar pela modernização do aparelho produtivo?

— Nas condições de uma economia planificada, destinada a satisfazer o máximo das necessidades sociais, uma tal relação não existe. Se em consequência de aperfeiçoamentos radicais da tecnologia, especialidades inteiras se tornam dispensáveis, podemos e devemos prevê-lo, tomar medidas de reciclagem e, se necessário, criar novos tipos de produção. E é assim que procedemos. Por outro lado, a reconversão das empresas é acompanhada geralmente pela sua expansão e consequente criação de novos postos de trabalho. Mas tal questão é actualmente, para nós, puramente académica, antes do mais porque não temos excedente de mão-de-obra mas falta dela. Por fim, francamente, há ainda outra razão. Não estamos a realizar senão lentamente a modernização, mesmo nos sectores onde ela se tornou imperiosa. De qualquer modo, o Partido encara o aspecto social da modernização e estima que é extremamente importante tê-la em conta para a elaboração dos planos de desenvolvimento económico do país.

— O Partido Comunista é, na URSS, a «correia de transmissão» do Estado? Que significa hoje «fazer política» no seu país?

— O Partido Comunista é a força dirigente e orientadora da nossa sociedade. Essa função do Partido figura na Constituição. Não se trata de um «partido símbolo», mas sim de uma organização política viva, actuante, que conta cerca de vinte milhões de membro entre os operários, os camponeses, os intelectuais mais activos; de uma organização democrática que elege os seus órgãos dirigentes, os seus responsáveis, e lhes pede contas da sua actuação. Procuramos hoje o reforçar os princípios democráticos da vida e do trabalho do Partido, intensificar a acção de todas as organizações do Partido. Em nossa opinião, esse é um dos factores mais eficazes para o alargamento da demo-

cracia, para a participação de milhões de pessoas na resolução dos problemas económicos, sociais e políticos. Creio que as formas de actuação do Partido nas condições actuais terão lugar destacado no próximo Congresso.

É ao Partido que cabe a elaboração da estratégia e da tática da construção de uma sociedade nova, a condução da política de quadros, a educação ideológica do povo. Os comités do partido, a todos os níveis, incluindo o Comité Central, funcionam como órgãos de direcção política. O Partido está vitalmente interessado no funcionamento activo de todo o nosso sistema político. Apoiar os soviets, os sindicatos, o Komsomol e as outras organizações de massas, de modo que cada uma delas possa realizar plenamente as suas funções.

Pergunta-me o que se entende por «fazer política». Devo dizer-lhe que não empregamos tal expressão. O que dizemos é: elaborar uma política, formular uma política, aplicar uma política, o que, na minha opinião, traduz melhor o sentido da questão.

Pois bem, a elaboração da política — e repito que é ao Partido a quem cabe, em primeiro lugar, essa responsabilidade — começa pelo estudo da situação objectiva, destas ou daquelas necessidades da sociedade, do estado de espírito das massas (a propósito, o nosso Partido examina atentamente a opinião pública e tem-na em consideração). É a partir daí, e depois de um debate adequado, que se tomam as decisões políticas. Não é um processo simples, como é evidente, desenvolve-se de modo diverso, em função da natureza dos problemas a resolver. A adopção de uma decisão é muitas vezes precedida de amplo debate popular e portanto da confrontação e da luta de ideias. É o caso dos projectos dos planos quinquenais. Foi o caso também da Constituição, da legislação do trabalho e da habitação, da reforma do ensino e, recentemente, da lei contra o alcoolismo.

Ao longo deste processo político, o essencial é a aplicação das decisões tomadas, sem o que a política não se concebe. Se teve a oportunidade de seguir o debate que se desenrolou no nosso país depois da sessão plenária de Abril de 1985 do Comité Central do PCUS, notou decerto que demos uma importância particular à coerência entre as palavras e os actos.

Lutamos firmemente para impedir o divórcio entre as palavras e os actos. Lutamos com as armas da crítica, lutamos também com as da mais ampla informação e com as da disciplina.

— Diz-se que a juventude soviética é «despolitizada» e indiferente ao avanço social. Que pensa?

— É o que dizem os nossos detractores ocidentais. Deixe-me francamente dizer-lhe que eles tomam os desejos por realidades. Não temos razão alguma para nos queixarmos dos nossos jovens. No seu conjunto, eles dão provas de elevado civismo, de um profundo interesse pelos problemas da sociedade e da política interna e externa. A nossa juventude dá boas provas, seja na fábrica, no kolkhose, nas escolas superiores ou nas Forças

Armadas. Dispõe-se voluntariamente e até — não tenhamos medo das palavras — com entusiasmo, a trabalhar mesmo onde as condições são difíceis, nas grandes obras da Sibéria, no Norte do país, no extremo-Oriente. Actualmente, quinhentos mil jovens trabalham voluntariamente nessas obras. Assim, não poderei admitir a ideia de que a juventude soviética seja indiferente e passiva. Temos nela uma confiança política total.

Isto não significa evidentemente, que não existam problemas. Pelo contrário. Por exemplo, o alcoolismo que se propagou entre uma certa juventude inqueitou-nos seriamente. A mentalidade de parasitismo e de consumismo, o mau gosto, a estreiteza de interesses intelectuais, o conhecimento insuficiente do património cultural são vários fenómenos que deploramos. Constatamos e não os iludimos. Abre-se aí um vasto campo de actuação para o Komsomol. Sabe-se há muito que a força do exemplo educa melhor que o sermão eloquente. Penso que tudo o que se faz actualmente em todo o país e no Partido será de grande utilidade para a educação dos jovens.

— Fala-se de perseguição dos judeus na URSS, presos políticos, de censura. Referem-se alguns nomes, como por exemplo o de Sakharov. Que tem a dizer a este respeito?

— Falemos primeiro dos judeus da URSS. Esta questão integra-se numa desenfadada campanha anti-soviética, uma verdadeira guerra psicológica

que estão abertas ao culto. E, na minha opinião, a «atenção» insistente da propaganda sionista e anticomunista em relação ao destino dos judeus na URSS não é senão uma hipocrisia, dissimulando objectivos políticos mais gerais que nada têm a ver com os cidadãos soviéticos de nacionalidade judaica.

Considero que numa sociedade civilizada, não deve haver nem antissemitismo nem sionismo, nem qualquer manifestação de chauvinismo ou de racismo. A erradicação universal destes males é de uma premente actualidade. Na África do Sul, os racistas recorrem à repressão sangrenta contra a maioria negra da população. Na Europa Ocidental, assiste-se à multiplicação dos crimes racistas, às perseguições aos africanos, aos indianos, aos turcos e aos emigrantes vindos de outros países da Ásia. Nos Estados Unidos, o racismo, nestes últimos anos, passou igualmente à contra-ofensiva. E há quantos anos, por razões sobejamente conhecidas, está o povo árabe palestino expulso da sua terra?

Falemos agora dos presos políticos. Não existem no nosso país. Nem perseguimos cidadãos pelas suas convicções. Não se julgam pessoas por delito de opinião.

Outra coisa completamente diferente é a de que todos os Estados se devem defender contra os que agem contra ele, que procuram pô-lo em causa ou destruí-lo, ou fazem espionagem por conta de serviços estrangeiros. Este tipo de actividades é clas-



O debate do XXVII Congresso levado às fábricas

contra a União Soviética. No nosso país, a propaganda anti-semita e outras formas de discriminação racial é proibida por lei e considerada como um crime. Seria inconcebível na União Soviética ver o que muitas vezes acontece nos Estados Unidos, em França e noutros países ocidentais: a profanação de túmulos judaicos, a actividade de organizações neo-nazis, professando o ódio aos judeus na imprensa e na rádio. Os judeus são livres e iguais entre nós, como iguais e livres são as pessoas de todas as outras nacionalidades. Participam activamente na vida do Estado e da sociedade. São publicados em yiddish livros, revistas e jornais, e as sinago-

sificados pela nossa legislação como crime contra o Estado. Actualmente, segundo os elementos de que disponho, um pouco mais de duas centenas de pessoas cumprem penas por crimes deste tipo.

A propósito de Sakharov. Já respondi a esta pergunta, pelo que serei breve. Como se sabe, Sakharov cometeu actos ilegais. A imprensa assinalou-o mais do que uma vez. Foram tomadas a seu respeito medidas de acordo com a nossa legislação. Presentemente, a sua situação é a seguinte: Sakharov vive em Gorki em condições normais. Prossegue com a sua actividade científica, continua sendo membro titular da Academia de Ciên-



Mikhail Gorbatchov



Encontro de Genebra: Eduard Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e Georg Schultz, secretário de Estado norte-americano assinam o acordo sobre intercâmbios nos campos cultural, científico e de educação

agressão nuclear impune. Outros, correm pura e simplesmente atrás dos lucros ou pretendem arrastar a URSS para a corrida dos armamentos espaciais visando minar a sua economia. Outros ainda aspiram a aprofundar a superioridade tecnológica dos Estados Unidos face à Europa Ocidental visando torná-la mais dependente... E assim por aí fora.

Dá-se deduz que a «guerra das estrelas» é uma questão muito ampla. Confrontam-se aí não só duas opiniões sobre esse programa concreto, mas também duas maneiras de o abordar, duas concepções da segurança.

A concepção americana é a de garantir a segurança essencialmente por meios técnico-militares, neste caso por uma nova «superarma», um «gadget» técnico que permita sair do beco nuclear. Ao fazerem isto, os Estados Unidos pretendem aproveitar-se, eles sozinhos, dessa situação apesar dos propósitos muito vagos, ridículos pela sua inverosimilhança, sobre a disponibilidade desse país partilhar, «em tempo oportuno», essas «tecnologias-milagre» com os outros países (incluindo a URSS). E isso para chegar a uma segurança absoluta para eles (Estados Unidos) e pôr os outros em situação de «perigo absoluto».

A concepção soviética tem o objectivo de garantir uma segurança igual para todos, através da redução das armas, e do desarmamento até à liquidação completa de todos os tipos de armas de extermínio maciço. Porque, na nossa época, a segurança dos países do Tratado de Varsóvia não se obtém sem a dos países da OTAN. E sem a segurança mútua destes Estados não poderia haver segurança universal.

Em resposta à sua pergunta, gostaria de sublinhar especialmente um problema, que é o da libertação da Europa das armas nucleares, em primeiro lugar dos mísseis de médio alcance, que afectam seriamente a segurança europeia. Neste caso também, temos o direito de contar com o realismo da política britânica e, sem dúvida, da francesa.

Os inimigos do desarmamento nuclear avançam com o argumento de que a eliminação das armas nucleares deixaria o Ocidente «sem defesa» perante a «superioridade» soviética em matéria de armamento convencional.

Não vou discutir aqui se essa «superioridade» existe ou não. O essencial é que as nossas propostas incidem também na redução desse armamento, assim como no reforço das medidas de confiança. Se propusermos acabar com a arma nuclear, não foi para deslocar a corrida ao armamento para outras esferas, susceptíveis de se tornarem pelo menos tão perigosas como aquela.

Sabemos que a concretização do que entendemos por segurança exige esforços enormes, uma luta tenaz, a ruptura com as tradições milenárias, como já disse. Mas o mundo já não pode viver como viveu no passado, quando a ameaça de guerra nuclear é, como hoje, bem real.

Um mundo sem armas e sem guerras será realmente possível? Vou responder com outra pergunta: será concebível salvaguardar a civilização humana prosseguindo sem descanso

com a corrida galopante ao armamento, agravando a tensão e fazendo o equilíbrio, por assim dizer, sobre a lâmina cada vez mais aguçada da guerra?

Verificam-se, desde a Cimeira de Genebra, alguns sinais de reposição do desanuviamento nas relações internacionais? Aqui, creio que é preciso ser prudente nas análises. Sim, há alguns sinais que começam a aparecer nesse sentido. E não se trata apenas e tão só de determinadas mudanças no domínio das relações soviético-americanas. Esses sinais são demasiado limitados, demasiado periféricos, não tocam nas questões de fundo. Mas em contrapartida sente-se já uma certa mudança no ambiente político. E isso despertou nos povos de numerosos países a esperança e a convicção de um possível regresso ao desanuviamento, do termo da insensata corrida ao armamento, do desenvolvimento de uma cooperação internacional normalizada. É já alguma coisa de real e de politicamente importante.

Essa alteração do ambiente político ajuda também a União Soviética a manifestar mais resolução e audácia na procura de novas propostas e de novas iniciativas. Às vezes pergunto-me: pode a União Soviética acreditar que a actual administração dos Estados Unidos e os governos de alguns dos seus aliados darão o seu acordo às novas propostas soviéticas? Propostas como, por exemplo, a proibição total das experiências nucleares, a liquidação por etapas das armas nucleares na Europa e em todo o mundo, a prevenção da corrida ao armamento no espaço, etc.?

Essa pergunta é legítima. Mas não se pode construir uma política, sobretudo no nosso século nuclear, a partir do princípio: — confias ou não no teu parceiro? É preciso edificar a política em bases reais, tendo em conta a relação das forças na arena internacional, as necessidades da época, os interesses do seu povo, dos outros povos, da paz universal. Daí que a União Soviética se veja muito simplesmente na obrigação, como Estado socialista, de propor uma alternativa à guerra nuclear, que seja radical e ao mesmo tempo realista, que tenha em conta interesses de todos os povos, um programa para resolver todos os problemas com os quais se confronta a humanidade. Essas propostas são uma espécie de «hora da verdade».

Forçam os nossos parceiros de negociações a pôr a descoberto o seu verdadeiro rosto, a mostrar os objectivos que realmente pretendem alcançar com a sua política. Quando propusemos a nossa moratória sobre as explosões nucleares, disseram-nos: vejam lá estes finórios; fizeram este ano um maior número de experiências (o que aliás era falso, já nessa altura) e agora propõem aos Estados Unidos que parem. Mas já há mais de seis meses que não efectuámos qualquer experiência. A partir de agora, os Estados Unidos já não poderão invocar esse pretexto. Falou-se então de controlo, de verificação. Declarámo-nos preparados para qualquer medida de controlo. Também esse pretexto se viu anulado. Que resta? Apenas a determinação dos Estados Unidos de continuarem a corrida ao armamento?

O «Decreto de Paz» assinado por Lénine (aliás, o primeiro decreto do poder soviético, que acabava de nascer) manifestava a firme intenção de o primeiro Estado socialista da História conduzir uma política e agir «abertamente perante todo o povo», de dirigir as suas propostas, «ao mesmo tempo, aos governos e aos povos», de «ajudar os povos a intervir na ques-

tões da guerra e da paz». «Lutamos — dizia Lénine ao apresentar o projecto desse decreto ao Congresso dos Sovietes — contra a mentira dos governos que em palavras só falam de paz e de justiça, mas que, de facto, conduzem guerras de conquista e de rapina.» Mas Lénine dizia, também, acerca das relações do país dos soviéticos com as potências capitalistas: «Não podemos e não devemos dar aos governos a possibilidade de se enriquecerem por detrás da nossa intransigência e de esconderem dos povos as razões pelas quais eles os enviam para o matadouro (...) Um ultimato tornará mais fácil a posição dos nossos adversários. Mas mostraremos ao povo todas as condições. Colocaremos os governos perante as nossas condições; que eles dêem, então, uma resposta aos seus próprios povos.»

Esta é a posição comunista, fiel aos princípios. E não é por acaso que recordo estas palavras de Lénine, estes princípios leninistas. É que existe uma grande semelhança entre a situação dessa altura e a de hoje. Em 1917, na fase mais aguda da Primeira Guerra Mundial, a principal questão que se punha era a seguinte: como estancar o mais rapidamente possível a efusão de sangue imposta aos povos pelos governos imperialistas? Lénine e o Partido decidiram que o meio mais eficaz era dirigirem-se não apenas aos governos, mas também aos povos. Presentemente, os povos do globo são arrastados numa corrida ao armamento, numa competição nuclear que ameaça desembocar numa manança ainda mais terrível. É natural, assim, que agindo com perseverança e com cuidado na solução destes problemas, concertadamente com os governos ocidentais, nos dirijamos constantemente também aos povos, lhes destinemos a nossa política.

— O fim da guerra no Afeganistão e o conseqüente regresso das tropas soviéticas podem ser

razoavelmente encarados num próximo futuro?

Muito o desejamos e nisso estamos empenhados, por todos os meios ao nosso alcance. Sabemos que o governo afegão defende esta mesma posição. Está decidido a ir longe na via da solução dos problemas complexos da evolução interna do país; diferentes forças políticas, tanto da capital como das províncias, incluindo representantes das tribos, do clero, dos intelectuais e dos meios económicos foram convidadas pelo governo afegão a participar no restabelecimento do país.

Nem tudo depende, todavia, do governo do Afeganistão. Há neste conflito, nascido justamente devido a uma ingerência externa, algumas forças estrangeiras que têm interesse em ver o conflito prolongar-se e alargar-se: trata-se do Paquistão e dos Estados Unidos. A Europa ocidental pode ter também influência no curso dos acontecimentos. Penso que, se se avaliar nessa zona europeia, com lucidez, a situação no Afeganistão e em volta dele, pensando bem evidentemente os seus próprios interesses e os da paz universal, encontrar-se-ão os meios de facilitar a solução do problema ■



Durante o encontro de Genebra: encontro entre M. Gorbachov e uma delegação por D. Jackson do movimento americano pela Paz presidida



a TV

As palavras certas na hora da alegria

São dez horas e 43 minutos da noite de domingo, dia 16. Álvaro Cunhal, entrevistado a propósito do resultado das eleições, põe a tónica em três pormenores: trata-se de uma vitória dos democratas; o Partido Comunista teve, para essa vitória, «influência determinante»; faz votos para que venha a dar bons frutos para o povo português, a convergência agora verificada na derrota de Freitas do Amaral.

Ouvimos, pois, as conclusões de uma primeira análise da situação, feita pelo Partido, que, com um fervor revolucionário (capaz de causar o respeito e admiração dos sectores políticos adversos) colectivamente, patrioticamente, lançou para a mesa o trunfo decisivo.

No entanto, o que mais tocou a sensibilidade da opinião pública democrática, foi aquela frase de Álvaro Cunhal segundo a qual aquilo que neste momento se respirava «era uma sensação de alívio».

Assim, de uma forma tão simples, tão popular, tão terra-a-terra, o secretário-geral do PCP resumia o sentimento do nosso povo. Isso mesmo: Uma **sensação de alívio**, um peso que se tira de cima dos ombros, o acordar de um pesadelo.

Quem ao longo das semanas assistiu, pela TV, ao frenesi freitista sente-se agora repousado, os músculos relaxam-se, o equilíbrio compõe-se.

Resistir à engrenagem — e vencê-la

Sim. Quem assistiu aos programas informativos da televisão ao longo das últimas semanas, e mesmo dos últimos meses, viu, com os seus próprios olhos, como a direita jogou forte no seu candidato.

A televisão foi utilizada ao máximo durante o período oficial da campanha. Igualmente o foi naquilo a que é uso chamar-se de «pré-campanha». Mas durante largo tempo antes da «pré-campanha», a televisão em geral e o telejornal em particular assumiram frontalmente a propaganda freitista.

Freitas do Amaral ia a Madrid? A câmara do telejornal seguia-o. Viajava para os Estados Unidos, para a Alemanha? Não se sabe porquê (?) mas era notícia. Discursava nos simpósios meia dúzia de banalidades? A reportagem lá estava, atenta, veneradora e obrigada. Onde quer que Freitas fosse, lá ia o telejornal, cãozinho de luxo pela trela.

Havia sempre maneira de iludir as disposições legais. Para os inimigos da democracia, todos os processos são bons para atingir os seus fins.

A propaganda governamental vinha como segunda linha (ou como linha principal?) em ajuda permanente do candidato. Nunca, como neste período, o Governo foi tão operoso, tão palavroso, tão demagógico.

Cavaco Silva jurava e tornava a jurar que o Governo estava a governar bem; ele, Cavaco, e sua gente, trabalhavam para que todos tivessem pão, trabalho e habitação (!!!); logo, era preciso que este Governo permanecesse; logo, era necessário votar em Freitas do Amaral, seu futuro protector ajuramentado...

A diabólica manipulação furava as malhas legais. Freitas não podia fazer propaganda? Pois o Governo faria por ele...

Vejamos o telejornal de sábado, véspera das eleições. Estamos em dia de reflexão, de calma política. Nada de propagandas...

Pois. Mas eis que nos aparece Santos Martins, ministro da indústria, ah, agora com a CEE vai ser formidável, vêm aí uns ricos subsídios, isto agora vai ser tudo prá frente!

Não se ficam por aqui. O bloco informativo prossegue com a presença de Mira Amaral, ministro do Trabalho, em Santarém a propósito não sei de quê, com o telejornal a acompanhá-lo, o Mira Amaral (este apelido, estão a ver deve ter sido por acaso...) fala dos salários em atraso, das «medidas» tomadas pelo Governo, diz que «os trabalhadores começam a aderir e que o Governo está a atacar o desemprego»...

Assim foi a propaganda de Freitas do Amaral, perdão!, de Mira Amaral, no dia em que a propaganda era proibida...

De mais, de muito mais vos poderia contar eu da minha experiência de telespectador por obrigação. Não será preciso, creio, ir mais longe para justificar esta alegria pela derrota de Freitas do Amaral. De facto, é preciso que o espírito do 25 de Abril esteja muito forte para resistir a tal engrenagem — e vencê-la.

Ah, esta sensação de alívio...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O milagre da multiplicação dos votos

«Ouvi agora isto, ó povo louco e sem coração»

Jeremias

O que seria deste Inverno sem a imaginação relampejante de alguns dirigentes e «analistas» da direita?

Veja lá o leitor que alguns deles descobriram agora que, embora as maiorias presidenciais se dissolvam no minuto seguinte às eleições, às minorias presidenciais, como a do Freitas, não acontece tal coisa. Estas, perduram como um halo luminoso por sobre as brilhantinas dos Cavacos, os caracóis dos Santanas, as cãs dos Euricos e as orelhinhas dos Júdice. Outros ainda, rebuscando no baú do platonismo, chegaram mesmo à conclusão de que não houve eleições presidenciais. Freitas não existiu, não passou tudo de uma ilusão. Os votos são todos do Cavaco que assim passa de 29% em Outubro para 48% em Fevereiro. Hop!

o máximo possível e só não ganhou porque desde 1974 a esquerda em Portugal é numericamente superior à direita.»

idem)

Afinal Lisboa foi alertada!

«No fim-de-semana, quando as redacções estavam cheias de sondagens, dando a vitória a Soares, por pequena margem (...) no fim-de-semana, dizíamos, especialistas britânicos alertavam Lisboa de que a governamentalização da candidatura de Freitas do Amaral estava a tornar-se contraproducente.»

(Nuno Rocha, «Tempo», 18. Fevereiro)

Freitas não existiu!

«Em face dos resultados, penso que é preciso cerrar fileiras à volta do professor Cavaco Silva, cerrar fileiras à volta do Governo, apoiá-lo fortemente porque não nos podemos esquecer que no projecto deste Executivo votaram cerca de 48 a 49 por cento dos portugueses.»

(J. M. Júdice, «Tempo», 18. Fevereiro)

«Este Governo não ganhou eleições mas ganhou 49 por cento do eleitorado maciço.»

(Kruz Abecasis, «Tempo», 18. Fevereiro)

Bem lá no fundo, «Ministro do Interior»

«(...) devem ser evitados todos os excessos nas manifestações, a ordem é um bem precioso de que não podemos prescindir em democracia, o Governo tudo fará para que os portugueses tenham ordem, segurança, esperança, confiança. (...) Repito (...) nada de excessos nas manifestações (...).»

(Cavaco Silva, RTP, 16. Fevereiro)

«Serviço é serviço, cognac é cognac» ou «na esteira de Marchueta»

«Lutas eleitorais são lutas eleitorais, governar Portugal é governar Portugal.»

(Cavaco Silva, RTP, 16. Fevereiro)

As do Rocha são de pedra!

«O semipresidencialismo, totalmente inadequado numa sociedade latina e, por temperamento, apaixonada (...) verifica-se apenas nos países frios do Norte, como a Finlândia e a Áustria, devido a circunstâncias fortuitas.»

(Nuno Rocha, «Tempo», 18. Fevereiro)

«Porque perdeu Freitas do Amaral? Antes de mais, é preciso reconhecer que Freitas do Amaral não perdeu. (...) Ele fez

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

XI Congresso (extraordinário) do PCP

FOI DERROTADO O CANDIDATO DA CONTRA-REVOLUÇÃO FASCIZANTE

• SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (I)
Uma importante experiência de esclarecimento sobre as eleições presidenciais (1.ª volta)

NO ANO INTERNACIONAL DA PAZ

A hora da verdade

Recordemos um «Ponto Cardeal» da edição de 16 de Janeiro. Corria então a campanha eleitoral das Presidenciais para a primeira volta: «... O político-industrial-governante Eurico de Melo grita em Braga, dirigindo-se a Freitas do Amaral: «A sua candidatura é a nossa candidatura, a sua vitória será também a nossa vitória.» Registe-se, por agora, a declaração eufórica do dirigente do PSD. Quando chegar a hora da verdade, e se Freitas for derrotado, virá o ministro de Cavaco dizer também que a derrota de Freitas foi a **nossa** derrota? **Nossa**, quer dizer do Governo Cavaco e do PSD?». Ora bem, a hora da verdade chegou. Eurico, que juntamente com os outros ministros do Governo minoritário de Cavaco Silva se empenhou a fundo na campanha freitista, não veio afinal dar a mão à palmatória. Na lista das declarações do Primeiro-Ministro, achou melhor repetir o apelo governamental contra eventuais «excessos» de alegria e entusiasmo dos democratas... Mais do que revelarem o mau perder da direita, os dirigentes do PSD mostraram na noite das eleições como usam as alavancas do Poder!

Raposa velha

Após a primeira volta das Presidenciais, ele não se conteve. A vitória freitista estava no papo. Era uma questão de dias... Perante as câmaras da

TV, até falou no exemplo esquisito de uma eleição presidencial na América Latina, em que nem houve segunda volta uma vez que um dos candidatos tinha ultrapassado na primeira os 40 por cento. No domingo à noite, ligeiramente menos eufórico, ele voltou à TV mas já não falou do tal exemplo da América Latina... Proença, raposa velha, pede a reforma.

Quem explica?

1. O titular do órgão de soberania Presidência da República manifesta a sua solidariedade para com um dos candidatos e... cai o Carmo e a Trindade. Críticas ferozes, ataques cerrados, repúdios a torto e a **direito**.
2. O titular do órgão de soberania Governo participa em comícios dum candidato presidencial. Manifesta-se publicamente a seu favor. Empenha-se directa e objectivamente na sua candidatura. Faz chantagem sobre o País, acenando com os eventuais problemas para a governação e a estabilidade no caso de ser eleito o candidato que o Governo não apoia. Quem explica esta contradição?

Flores e assobios

A quem pensava estar Soares a dirigir-se quando, à janela da sua candidatura, no Saldanha, achou por bem, como primeiras palavras a sair da boca, enviar saudações ao candidato vencido? Pensaria estar a falar

Pontos Cardeais

aos freitistas que a essa hora enrolavam bandeiras, escondiam mocas e outros apetrechos «democráticos»? Só deu pela «gaffe» — e não pensamos tratar-se de «gaffe» mas sim de certa tendência natural para a direita — quando lhes respondeu uma vaia monumental. Assim começava a carreira deste Presidente agora eleito. Mas, para que essa atitude não fosse esquecida e se esfumasse com o entusiasmo democrático vivido pelos seus eleitores nas horas seguintes, Mário Soares e a sua infável Maria fizeram questão de enviar, «em sinal de simpatia», um ramo de túlipas cor-de-rosa e lilazes ao casal Freitas-Mizé. O povo dos cravos decerto assobiaria reprovadamente.

Humorista

Transcrevemos do infável **Tempo**: «Um dos principais responsáveis pelo sector de espectáculos da campanha eleitoral de Freitas do Amaral, Nicolau Breyner, foi um dos raros apoiantes que manteve o mesmo sorriso desde que chegou até que saiu do hotel Altis, contagiando os mais pesarosos com a sua boa

disposição. Mais uma prova de que continua a ser um excelente actor humorista.» Nós não nos atreveríamos a dizer tanto...

Filiações

Vera Lagoa em «O Diabo»: «Quanto a Freitas do Amaral, quanto aos que me censuram por o ter ido beijar ao Altis, pense bem naqueles que naquele momento o não acompanharam. Sabemos quem são. A «septuagenária» tem idade para o beijar como se fosse um filho, como ele podia ser.» Esta última nunca nos tinha ocorrido, mas, por acaso, não é nada mal lembrada.

Tipologia redonda

Observa Natália Correia no «Diário de Notícias»: «Soares é bem dotado para ser um bom Presidente da República, função que se ajusta mais à sua tipologia redonda, expansiva, afectivamente englobante (...).» Desconhecia-se que o redondo fosse um trunfo nesta área, mas isto é aprender até... engordar.

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

I

Governo diz na TV e diz sem se desmanchar (as coisas que a gente vê!) que o imposto vai baixar / vai baixar, neste momento, obra aí de uns dois por cento...

Mas depois, a contra-gosto, e somados os totais viu-se — ó azar!, ó desgosto! — que mesmo «baixando» o imposto a gente paga ainda mais...

Assim temos o sentido da aldrabice que se escora neste governo escondido com o Cavaco... de fora...

II

A propaganda eleitoral foi sarabanda fenomenal.

De banda a banda o Amaral todo tresandando a Capital.

E agora? Agora deitados fora alma e garganta

de má receita, chora a Direita e Abril canta!

III

Ficou provado bem demonstrado todo o sentido que em todo o lado se tem erguido imenso brado jamais perdido sempre acordado:

O povo unido nunca é vencido!

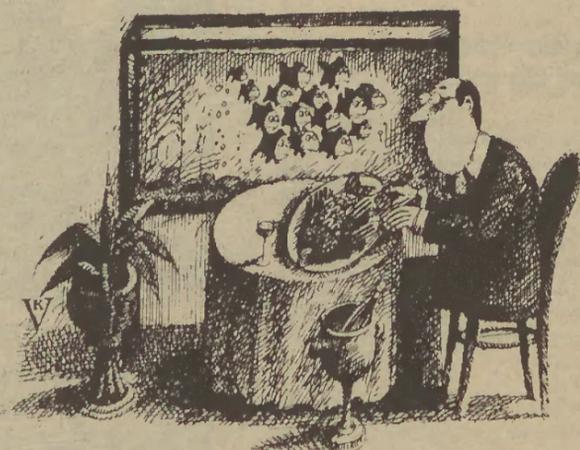
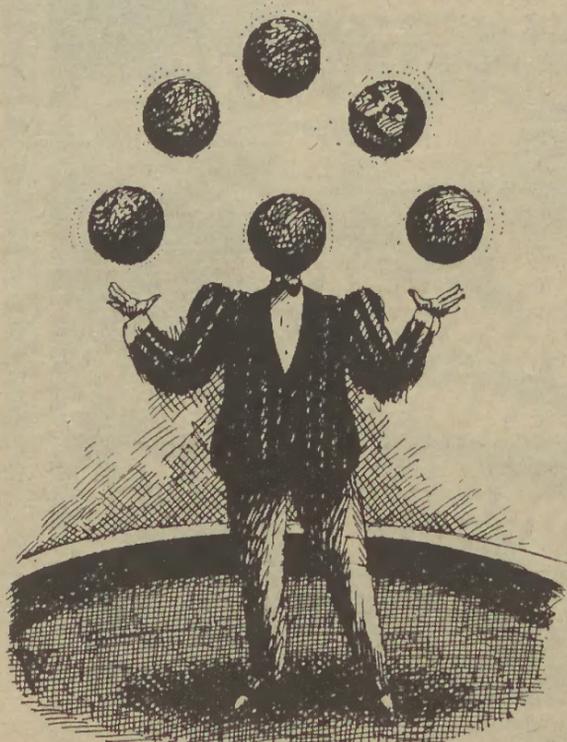
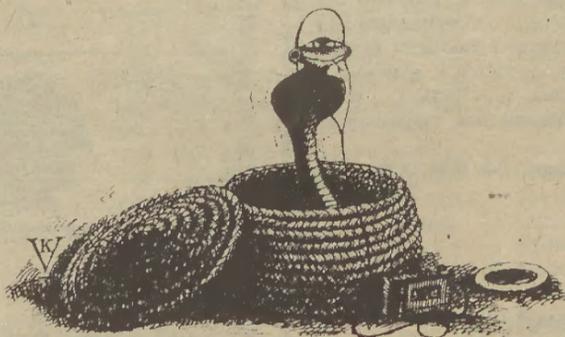
IV

Ele veio apoiar o Amaral. No candidato que era o seu o Cavaco empatou Capital o Cavaco jogou e perdeu.

O Amaral estava já retirado foi buscá-lo o Cavaco: Anda, ó meu, anda cá, anda cá para o meu lado... — e o Cavaco jogou e perdeu.

Adornaram-lhe o ar de pirata com um festivo, branquíssimo véu e ao pintá-lo de social-democrata o Cavaco jogou e perdeu.

Perdido o lastro, destino imundo Cavaco e Freitas, findo o escarcéu, braço dado lá vão para o fundo no jogo que a Direita perdeu...



Klaus Vonderwerth

Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 634

20 de Fevereiro de 1986

4.º Caderno

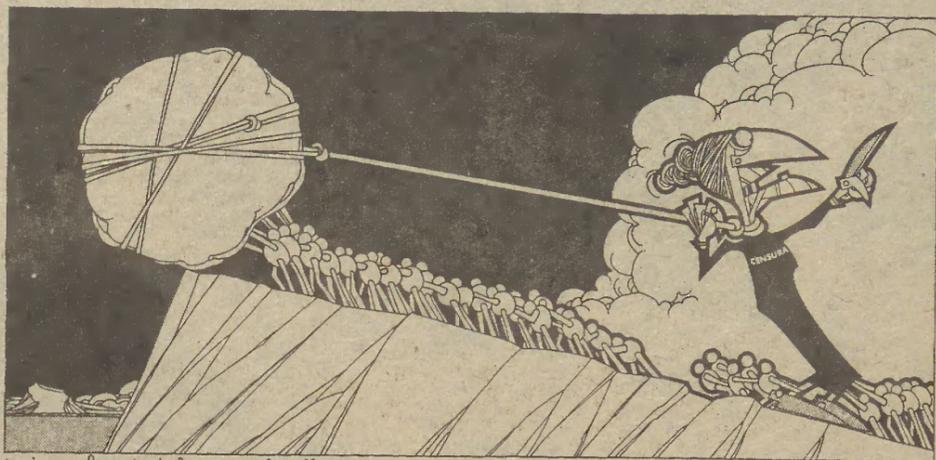
Não pode ser vendido
separadamente

ANTOLOGIA

1 de Maio de 1974



uma coisa nunca vista



mais um bocadinho de força e acabem-lhe de vez com a conversa.



6 de Outubro de 1974 - Uma manada de Domingo esquisito

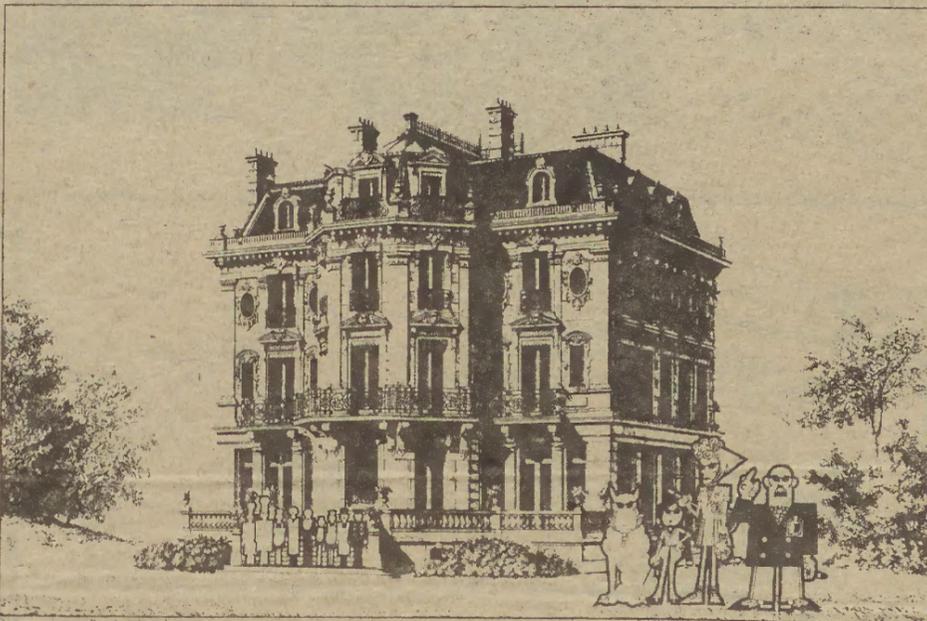
RECOMENDAÇÃO AO PS



ATENÇÃO AOS PENOURAS



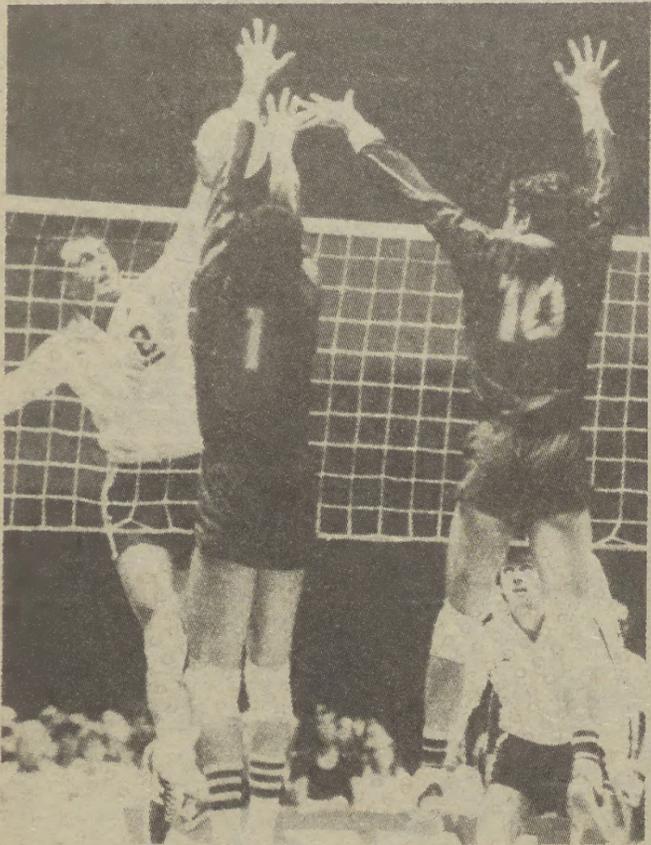
DISTRAÇÕES PERIGOSAS



Democracia sim. Populção, não!

João Abel Manta in «Cartoons 1969-1975» — Edições «O Jornal» — Publicações Projornal, Lda — Lisboa, sem data. Desenhos publicados no «Diário de Notícias» em (da esquerda para a direita e de baixo para cima) em Maio de 1974, Julho de 1974, Outubro de 1974, Maio/Novembro de 1975, Maio/Novembro de 1975, Maio/Novembro de 1975.

TV **O Programa**



Remate — Quinta-feira, 20 — RTP-1

- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Animação — «Um Gato Chamado Sylvester» e «O Ursinho Teddy»
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Curso de Inglês («Follow Me»)
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Guerra e Paz, real. Sergei Bondartchuk (2.º episódio)
- 22.20 — Série — «Sarihos com Elas»
- 23.05 — 24 Horas
- 23.30 — Remate.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.37 — Desenhos Animados
- 20.00 — Enquanto é Tempo — Reserva Natural do Estuário do Sado
- 20.30 — Espaço Jazz
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Notícias.



De Santis — Domingo, 23 — RTP-2

Quinta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens», 100.º Epis.
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos — «Peixes na Água», «O Ursinho Teddy»
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 162.º Epis
- 21.15 — Programa da Direcção de Informação
- 22.15 — Série — «Sherlock Holmes»
- 23.10 — 24 Horas
- 23.35 — Remate — Os acontecimentos desportivos do dia.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor — A Roménia
- 20.30 — Série — «Homens de Boa Vontade», últ.º episódio de uma série realizada por François Villiers
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Da... Música — Concerto de Gala do Forum Cultural de Budapeste
- 23.30 — Notícias.

Sexta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»



Guerra e Paz — Sexta-feira, 21 — RTP-1

Sábado

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mais Novos — «Conhece a Tua Terra», «Pirimpimpim», «A Avozinha»
- 13.00 — Sumário
- 13.05 — Tempo dos Mais Novos — «Jornalinho», produção de António Santos
- 14.00 — Sport Billy
- 15.30 — Música Pop — «Paper's Pop Show» com Mike Oldfield, Depeche Mode, Reo Speedwagon, etc
- 15.15 — A Televisão dos Outros
- 16.00 — Série — «Fame», real. Rod Daniels
- 17.00 — Século XX — «A China em Marcha». É o penúltimo episódio desta série, dedicado à arte chinesa contemporânea
- 18.00 — Vultos da Cultura Portuguesa — Raul Proença



Tina Turner — Sábado, 22 — RTP-1

- 19.50 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.30 — Crónicas de Bem Dizer
- 21.00 — Série — «George Washington», 3.º Epis.
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Últimas Notícias.

RTP2

- 19.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.00 — Cine-Clube — «Não Há Paz Entre as Oliveiras», real. Giuseppe De Santis (Itália/1950), com Raf Vallone e Lucia Bosé.

Segunda

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos — «A Árvore dos Patafúrdios», «O Ursinho Teddy»
- 18.45 — País, País
- 19.15 — As Origens e os Costumes — Freixo de Espada à Cinta
- 19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»



21.15 — Concurso 1-2-3
23.15 — 24 Horas
23.40 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — RTP/Madeira
- 20.30 — 2.º Volta
- 21.00 — Zoom
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Teatro — «Amadis», de Abel Neves, versão cénica e encenação de João Mota para a Comuna, realização TV de Cecília Neto
- 23.15 — Notícias

Terça

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos — «A Arca de Noé»
- 18.45 — País, País
- 19.45 — Jazz para Todos — Maria Viana e Mário Laginha,



«Discos da Quinzena», Ella Fitzgerald

- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Programa da Direcção de Informação
- 23.15 — Série — «Chefes»
- 23.15 — 24 Horas
- 23.35 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados — «O Mascarião»
- 20.00 — Videopolis
- 20.30 — Falar de Macau
- 21.00 — Sessão das Novas — «Passagem ou a Meio Caminho», real. Jorge Silva Melo
- 23.00 — Notícias

Quarta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos — «A Árvore dos Patafúrdios», «O Ursinho Teddy»
- 18.45 — País, País
- 19.15 — As Origens e os Costumes — Freixo de Espada à Cinta
- 19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.40 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.30 — Noite de Cinema — «Aeroplano», real. Jim Abrahams, David e Jerry Zucker (EUA/1980)
- 23.00 — 24 Horas
- 23.25 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias



19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Mulher a Mulher
20.30 — A Experiência Migrante
21.25 — Notícias

PODER LOCAL
Revista de Administração Democrática
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL

Assinaturas

	por 12 números:	por 6 números:
Continente	1300\$00	650\$00
R. Autónomas	1300\$00	650\$00
Espanha	1600\$00	810\$00
Europa	2250\$00	1110\$00
P. Exp. Portuguesa	2600\$00	1220\$00
Extra-Europa	3120\$00	1470\$00

Domingo

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.35 — Missa Dominical
- 11.30 — 70 Vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos — «Fábulas da Floresta Verde», «O Sítio do Picapau Amarelo», «Sebastião Come Tudo»
- 13.00 — Sumário
- 13.05 — TV Rural
- 13.40 — Tempo dos Mais Novos
- 15.15 — Sessão da Tarde — «Capitão Sindbad», real. Byron Haskin (1964)
- 17.10 — O Novo Mundo Selvagem
- 17.40 — Festas do Povo de Campo Maior
- 18.30 — Espaço Disney
- 19.00 — Top Disco

Cinema A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
B	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	—
C	A Floresta Esmeralda	★★★	★★	★★	—	★★
D	A Honra dos Padrinhos	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	—
E	Máscara	★★★	—	—	—	★★★
F	Mishima	★★	★★★	★★★	★★★	—
G	Regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
H	Silverado	★★★	★★★	★★★	—	★★★
I	Sonhos de Ouro	★★★	★★	★	—	—

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.^{as}, 4.^{as}, 5.^{as} e 6.^{as} de 10 às 17; 6.^{as} e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

Primeira Exposição Nacional de Arquitectura (1975-85 — e madeira do arq. Virgílio Coutinho. Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.^a a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

Buenos Aires — seus escritores, artistas, arquitectos. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16 (até 23/2).

Carlos Barroco, grafia («Homenagem a António Inverno») Gal. de S. Bento, R. do Machado, 1. De 2.^a a sáb./11.30 às 13.00 e 15.00 às 20.00 (até 1/3).

David de Almeida, pintura. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16. De 2.^a a 6.^a/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 24/2).

David de Almeida, pintura. Gal. 111, Campo Grande 113-A. De 2.^a a 6.^a/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.30; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).

Ernesto de Sousa, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.^o. De 3.^a a 6.^a/15.00 às 20.00, sáb. e dom./15.00 às 19.00.

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.^a a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

O Fantástico na Arte Contemporânea, escultura, pintura, desenho. Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3.^a a sáb./15.00 às 19.00; dom./10.00 às 17.00.

Fernando Pessoa, o Último Ano, documental. Biblioteca Nacional de 2.^a a 6.^a, 10 às 20; sáb./9 às 13.00, até fim Fev.^o

G.A.V.E. (Joachim e Urbano-França), escultura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.^o. De 2.^a a sáb./16.00 às 20.00 (até 26/2).

Grafismo e Ilustração nos Anos 20-30, Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.

Inácio Matsinhe, aquarelas. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 20/2).

João Machado, obras gráficas. Museu Nacional Soares dos Reis, Rua D. Manuel II, De 3.^a a dom./10.00 às 17.00.

Humberto Marçal, obra gráfica. Cooperativa Árvore, até 2/3, PORTO.

Isabel Vieira e Ivone de Carvalho, cerâmica e pintura. Gal. Vantag, R. Júlio Dinis, 764. De 3.^a a dom./15.30 às 19.00, PORTO.

Pedro Simon (Espanha), pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.^a a sáb./16.00 às 20.00, até 28/2, PORTO.

Sousa Vieira, pintura. Gal. Eg. R. do Crasto, 210. De 3.^a a sáb./16.00 às 19.30, PORTO.

Carlos Gordilho, «Desenhos Preparatórios para o Projecto Um Sítio Ambiental». Oficina da Cultura, R. Conde Ferreira, ALMADA.

«Colectiva de Cultura e Arte» dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada. 3.^a a dom./14.00 às 23.00, Oficina da Cultura, ALMADA.

João do Carmo, pintura e desenhos. Das 16.30 às 21.00. Gal. Astolfi, Birre Centro, CASCAIS.

João Rosa Santos, pintura. De 2.^a a sáb./15.00 às 19.00, até 5/3, CASCAIS.

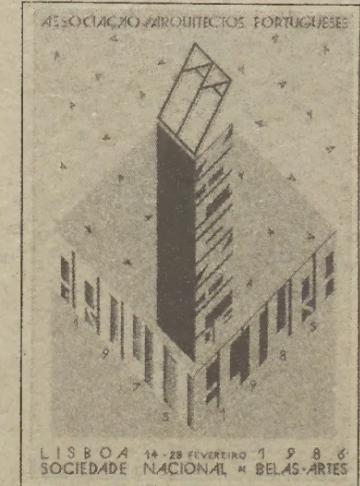
Paulo Osseão, aquarelas. Das 15.00 às 23.00. Gal. Albatroz, CASCAIS.

Alice Vinhas, aquarelas. Gal. Gilde, S. Torcato, até 27/2. De 3.^a a dom./15.00 às 19.00 GUMARÃES.

Américo Ribeiro — «Um Fotógrafo na Cidade». Convento de Jesus — Museu de SETÚBAL.

Ribeiro Farinha — «Luísa Todí», desenhos. Câmara Municipal SETÚBAL.

Terras do Demo, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.



dez anos de arquitectura em Portugal). Soc. Nac. de Belas-Artes, R. Barata Salgueiro, das 14.00 às 20.00.

Arte Contemporânea Espanhola, das colecções do Museu Espanhol de Arte Contemporânea — pintura, escultura, gravura, desenho. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.^a a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (inaugura amanhã).

Bertrand Gousse, fotografia («Portugal, Rosto de um Povo»). Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91.

I Bienal de Arte dos Açores e Atlântico. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

Brinquedos em lata («Fados e Aventuras»). Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.^a a sáb./14.00 às 20.00 (até 28/2).

Carlos Ramos, «O Arquitecto, O Pedagogo, O Companheiro dos Artistas». Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.^a a sáb./15 às 19, dom./10 às 17.

Carlos Zingaro, «Páginas de um Diário». Stuart, R. Filipe Folque, 49-B das 17.00 às 24.00 (até 26/2).

Collectiva, Gil Teixeira Lopes, Matilde Marçal, Rogério do Amaral, Rogério Ribeiro, entre outros. Gal. Príncipe Real, R. Príncipe Real, 32. De 2.^a a sáb./14.00 às 20.00 (até 5/3).

Colectiva de seri-

A — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45) — Lisboa.
 B — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00), Mundial (15.00, 21.00), Roma (15.00, 21.00) — Lisboa.
 C — Real. John Boorman — Alfa/Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. John Huston — Londres, (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Peter Bogdanovich — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; S. João (18.45, 21.45) — Porto.
 F — Real. Paul Schrader — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Robert Zemeckis — Alfa/3 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Amoreiras/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), S. Jorge/2 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
 H — Real. Lawrence Kasdan — 7.^a Arte (14.45; 17, 19.10, 21.45) — Lisboa.
 I — Real. Nanni Moretti — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuenes, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4.^a a sáb./21.45. Tutankamon e a sua Rainha, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3.^a a Sáb/21.30, sáb. e dom./16.00. Tchekhov Tchekhova, texto e enc. François Nocher.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.^a a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. Hedda Gabler, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zazinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.^a a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II — Sala Garrett. De 3.^a a dom./21.30. D. João, de Molière, enc. Jean-Marie Villégier.

Soc. Guilherme Cossou, Av. D. Carlos I, 61, 1.^o — 6.^a e sáb./21.30. O Rei da Vela de Oswald de Andrade, enc. Hermínio Fernandes — Grupo de Teatro Amador da G. Cossou.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.^a a sáb., 21.45; dom., 16.00. Tu e Eu, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.^a a sáb. 21.30; Dom/16 h. O Pal, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra e Anne Consigny — Teatro Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.^a a sáb., às 21.30, Dom., às 17. Bodas de Sangue, de Federico Garcia Lorca, enc. Blanco Gil.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.^a a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouco Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.^a a dom./21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. Os Amorosos da Foz, de Camilo Castelo Branco,

enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

Teatro dos Modestos, R. Gonçalo Cristóvão — De 3.^a a sáb/21.30, dom/17.00 e 21.30; Don Juan de Zorilha, enc. Moncho Rodrigues — Grupo «Os Comediantes».

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.^a a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. Teatro de Cordel, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.^a a Sáb/21.45, Dom/17.00. No Natal a Gente Vem-te Buscar, texto e enc. Naum Alves de Souza.

• SETÚBAL

TAS — Teatro de Bolso. 6.^{as} e sáb./21.30, dom./16.30. Jogo de Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano. Sáb e dom. 11.00. As Viagens do Ferro-Ve-

lho, texto e enc. Álvaro Faria — Grupo Pequeno Teatro.

Comuna-Sala 2, Praça de Espanha. Sáb e dom/16.00. Nós de um Segredo, sobre textos tradicionais portugueses. Grupo O Bando.

• PORTO

Auditério da Árvore, R. Azevedo de Al-

Cinema

Eisenstein no Vitória

Que Viva o México, o filme que Eisenstein deixou inacabado mas que ainda assim é uma referência importante na sua cinematografia, vai ser exibido no próximo sábado, dia 22, às 21 horas, no salão do Centro de Trabalho Vitória, na versão montada na URSS por G. Alexandrov e N. Orlov, galardoado em 79 no Festival Internacional de Cinema de Moscovo e também no Festival Internacional de Veneza.

A iniciativa é da

Comissão de Dinamização Cultural da SIP-DORL e a entrada é livre.

ABC Cine Clube

Esta semana, uma antestreia: **Noites de Lua Cheia**, de Eric Rohmer (França/1983). Como habitualmente no Estúdio 444 (Av. Defensores de Chaves, junto ao Campo Pequeno), às 18.45 de sexta-feira dia 21.

Ciclo «O Musical»

A maior parte das sessões programadas para esta semana vão decorrer na Gulbenkian — e aqui, exclusivamente, o musical americano: filmes

dos anos 50 e 60 e um, de King Vidor, de 1929. Quer na Gulbenkian, quer na Cinemateca, bilhetes a 100\$00.

Na Cinemateca:

5.^a, dia 20, 21.30 — **A Pequena Crónica de Anna Magdalena Bach** (1967) e **Moses und Aaron**, ambos de Jean Marie Straub.

6.^a, dia 21, 18.30 — **Boris Godunov** (1954), de Vera Stroyeva.

3.^a, dia 25, 18.30 — **My Sister Ellen** («Há Falta de Homens»), de Richard Quine (1955).

Na Gulbenkian:

6.^a, dia 21, 21.30 — **Hallelujah** («Aleluia»), de King Vidor (1929) e **Cabin in the Sky** («O Cantinho do Céu»), de Vincente Minnelli (1943).

Sáb., dia 22, 15.30 — **West Side Story**, de Jerome Robbins/Robert Wise (1961); 21.30 — **My Fair Lady**, de George Cukor (1964). Dom., dia 23, 15.30 — **Oklahoma**, de Fred Zinneman (1955); 21.30 — **The King and I**, de

...e ainda

Música, debates, etc.



Que Viva México
de Sergei Eisenstein
Sábado, dia 22, 21 horas (entrada livre)
CT Vitória

Música

Temporada Gulbenkian

5.^a, dia 20, 21.30, e 6.^a, dia 21, 18.30 — **Orquestra Gulbenkian**, maestro Jerzy Semkov, violinista **Jean-Pierre Wallez**: obras de **Beethoven** entre as quais «Sinfonia n.º 5 — No Grande Auditório Gulbenkian».

2.^a, dia 24, 18.30 — **Concerto de cravo por Glen Wilson**: obras de Durphy, D'Anglebert, Rameau e de L. Couperin, F. Couperin e A. L. Couperin — No Palácio da Ajuda.

3.^a, dia 25, 18.30 — **Concerto pelo Kronos Quartet**: «O Quarteto de Cordas na Actualidade». Obras de Sculthorpe, Sallinen, Lutoslawski, Terry Riley — No Grande Auditório Gulbenkian.

3.^a, dia 25, 18.30 — **Recital de música tradicional japonesa** no Atrio do Museu Gulbenkian. Também no Atrio do Museu, recital com peças para viola e piano (Isabel Pimentel e José João Santos) de Vivaldi-Boulay, Luís Costa e J. Brahms — dia 23, domingo, às 12.00, com entrada livre.

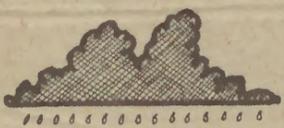
Sérgio no Porto

Porto de Abrigo — um espectáculo com canções inéditas que Sérgio Godinho ainda nem gravou — vai nascer no Palco do Coliseu do Porto no dia 27. A Cooperativa Árvore apoia.

Teatro da RDA

Um colóquio com a participação de Carlos Porto e de João Lourenço, amanhã, às 18.30, na sede da Associação Portuguesa-RDA, Pq. José Fontana, 17, 4.^o, em Lisboa. A Ilustrar o tema, curtas-metragens sobre a actividade de companhias e grupos teatrais da RDA, incluindo o «Berliner Ensemble». Entrada livre.

Tempo Fim de Semana



Segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o céu vai apresentar-se geralmente muito nublado com vento fraco, por vezes forte, períodos de chuva e subida da temperatura.

Variedades & utilidades

Augusto César Sandino o general dos Homens Livres

A 21 de Fevereiro de 1934 era assassinado o general dos Homens Livres da Nicarágua, Augusto César Sandino. 52 anos depois da sua morte, o seu grande objectivo — «conseguir a paz na Nicarágua, não a do escravo, mas uma paz que dignifique» — está finalmente a ser construído pela Frente Sandinista e por todo o povo deste pequeno país da América Central.



«Enquanto houver um filho que a ame, Nicarágua será livre»

Filho de camponeses, Augusto César Sandino cedo procura novos horizontes e emigra para a Costa Rica, os Estados Unidos, a Guatemala e o México.

É neste último país que, na convivência diária com os operários de uma empresa petrolífera, adquire a sua consciência política.

O facto de na altura o povo da Nicarágua ter por alcunha o «vende-pátrias» — dado o enfeudamento dos seus governos ao imperialismo — leva este homem a tomar uma decisão de que faria o cerne da sua vida: voltar ao seu país e, aí, lutar contra a ocupação estrangeira e as políticas de enfeudamento nacional.

Depois da guerra-civil entre os conservadores e os liberais, a política orientada pelos últimos fazia adivinhar um menor enfeudamento ao imperialismo. No entanto, chegando à Nicarágua, Sandino conclui que só a luta armada poderá ser o arranque para o final da exploração do seu povo.

É então que cria o seu «pequeno exército louco» e trava a sua primeira batalha. Estamos em Novembro de 1926. Os 29 operários, camponeses, mulheres e rapazes são derrotados.

Sentindo a necessidade de melhor armamento e de mais treino, Sandino põe o seu exército à disposição do governo legítimo de Sacasa.

Mas á 6 de Janeiro de 1927 dá-se um acontecimento que tornará Sandino num herói da luta pela soberania nacional da Nicarágua.

Descontentes com o rumo que a política nicaraguense esta-

va a tomar, os imperialistas mandam um exército para oprimir o povo, garantir um bom posicionamento estratégico e fundar uma base naval neste pequeno país.

Uma força naval dos Estados Unidos, composta por 16 barcos, 14 115 combatentes e 865 marinheiros invade a Nicarágua e o governo do país lança um apelo a Sandino.

No entanto, o ministro da guerra vende-se aos imperialistas e os seus homens depõem as armas. É por entre o desalento e as deserções que Sandino leva o seu exército para o interior do país certo de que os seus homens não se renderão enquanto houver um americano no solo pátrio. Começa uma luta que só terminará com a retirada dos soldados yankees, seis anos depois.

Em 1931, as suas tropas controlam oito departamentos da Nicarágua. É nessa altura que os Estados Unidos promovem eleições.

O objectivo era pôr no governo homens capitulacionistas, mas a jogada sai-lhes furada e quem ganha as eleições é Sacasa, que novamente empreende uma política contra a ocupação estrangeira.

Em Novembro de 1932 começam as novas conversações de paz entre o governo e Sandino. O General dos Homens Li-



20 de Julho de 1979: as forças da Frente Sandinista de Libertação Nacional são aclamadas na Plaza Central de Manágua. Estava aberto o caminho para uma paz que não a dos cemitérios.

vres afirma então que só deixará a luta armada se a Constituição e as leis fundamentais do país forem respeitadas, se o governo pugnar pela plenitude da soberania política e económica da Nicarágua e quando nem um soldado americano se mantiver no país.

As condições são aceites e, a 2 de Fevereiro de 1933, o tratado é firmado. Sandino depõe as armas e termina assim uma epopeia que durou seis anos.

Na assinatura do tratado participa também o chefe da Guarda Nacional, Anastácio Somoza, aquele que viria a ser o futuro

ditador da Nicarágua.

Um ano depois, Somoza reúne-se com o embaixador dos Estados Unidos. Neste encontro é decidida a eliminação de Sandino.

A 21 de Fevereiro de 1934, quando saía de casa do presidente Sacasa, Augusto César Sandino cai numa cilada e, mais tarde, é assassinado. Estava consumada a traição e aberto o caminho para uma ditadura que só terminaria com a arrancada vitoriosa da Frente Sandinista de Libertação Nacional, há nove anos.

O povo da Nicarágua enten-

deu Sandino e prosseguiu a sua luta. O General dos Homens Livres disse um dia que «só a continuação desta resistência armada trará a paz à nossa pátria». O futuro demonstrou a justiça destas palavras. Foi de armas na mão que o povo da Nicarágua construiu a liberdade e é de armas na mão que a defende.

Sandino afirmou ainda que «enquanto houver filhos que a amem... Nicarágua será livre». Por isso, este povo lança aos quatro ventos que Sandino vive. Sempre.



Sandino e o seu Estado Malor. Da esquerda para a direita: Francisco Estrada, Santos Lopez, Sandino, Juan Pablo Umanzor e Socrates Sandino

Xadrez

XL - 20 de Fevereiro de 1986

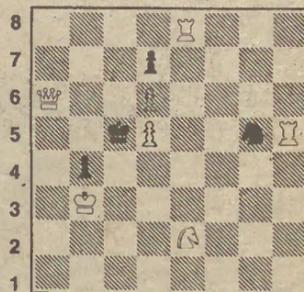
PROPOSIÇÃO N.º 40

Por S. Hun

2.º Prémio «Good Companion», 1924

Pr. (4): Ps. b4, d7 - Cg5 - Rg5

Br. (7): Ps. d5 - d6, C62 - Ts e8; h5 - Da6 - Rb3



Mate em 2 lances

Jogo n.º 40

Torneio dos Candidatos, Montpellier/85

Br. V. Kortchnoi - Pr. A. Sokolov

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, b6; 4. g3, Ba6; 5. Cbd2, Bb7; 6. Bg2, B67; 7. 0-0, 0-0; 8. Dc2, d5; 9. c: d5, e: d5; 10. C65, c5. 11. Cd3, Ca6; 12. Bh3, C64; 13. B63, Bd6; 14. a3, D67; 15. Td1, c4. 16. Ch4, g6; 17. C6f3, Bc8; 18. B: c8, Ta: c8; 19. Cg2, Cb8; 20. Bf4, b5; 21. h4, Cd7; 22. C63, D66; 23. Cg2, Tf68; 24. e3, Bf8; 25. Ch2, Dh3; 26. Cf1, D66; 27. f3, C6f6; 28. g4, a5; 29. Cg3, Cb6; 30. T61; Dc6; 31. h5, b4; 32. a: b4, a: b4; 33. Ch4, b3; 34. Db1, Cfd7; 35. h: g6, h: g6; 36. C62, Df6; 37. g5, D66; 38. Rg2, Bb4; 39. Th1, Bd2; 40. Dg1, Rg7; 41. Dh2, Th8; 42. e4, c3; 43. b: c3, b2; 44. Tab1, d: e4; 45. B: d2, e: f3 +; 46. R: f3, Cc4; 47. Cf4, Dc6; 48. d5, Da4; 49. T: b2, C: b2; 50. B63, C65 +; 51. Rg3, Db3; 52. C62, D: d5; 53. Bd4, Th5; 54. Rf4; T: h4+ e. as brancas abandonam, pois se: 55. D: h4, Df3+; 56. R: e5, Cc4 Mate!

Solução n.º 40 (20.II.86)

Chave: 1. T6f1 Bloqueio/ameaça (2. Da5) com sacrifício!

1. ..., d: e6; 2. Dc6 ++

1. ..., R:d1; 2. Dc4 ++

1. ..., C ad lib.; 2. Da5 (ameaça) ++

1. ..., C: e6; 2. d: e6 ++

A. de M. M.

Damas

XL - 20 de Fevereiro de 1986

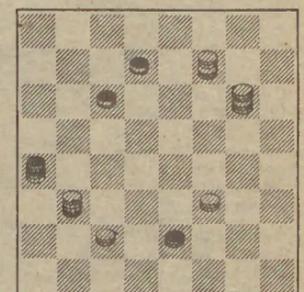
PROPOSIÇÃO N.º 40

Por Luís António David

«Matuto» n.º 12/30-VI-1951

Pr. 6-(16)-23-27

Br. 8-10-(12)-(21)-(26)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 40

Br. Medalha da Silva - Pr. Artur Gomes

Almada, 25 de Fevereiro de 1970

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 2-5, 21-18; 4. 10-14, 17-10; 5. 14-21, 26-17; 6. 6-13, 17-10; 7. 5-14, 23-19; 8. 14-23, 28-19; 9. 12-15, 19-12; 10. 8-15, 32-28; 11. 11-14, 28-23; 12. 14-18, 22-13; 13. 9-18, 30-26; 14. 1-5, 27-22; 15. 18-27, 31-22; 16. 5-10, 23-19; 17. 4-8, 19-12; 18. 8-15, 22-19; 19. 15-22, 26-19; 20. 7-11, 19-15; 21. 11-20, 24-15 Empate.

GOLPE N.º 40

Por José da Silva Alemão

(Ocorrido em uma partida, aos 2-V-1957, contra Jorge dos Santos, Pr.)

1. 12-15, 23-19; 2. 8-12, 27-23; 3. 11-14, 21-18; 4. 14-21, 25-18; 5. 10-13, 19-14; 6. 6-11, 23-19; 7. 13-17, 30-27; 8. 3-6, 28-23; 9. 6-10, 32-28; 10. 10-13, 23-20? Perdentel J. Br. G. (Br. 1-2-4-5-7-9-11-12-13-15-17 Pr. 14-18-19-20-22-24-26-27-28-29-30 J. Br. G.)

SOLUÇÕES N.º 40 (20-II-86)

N.º 40 (L.A.D.): 12-15, 16-3; 15-2, 3-13; 21-17, 13-18; 26-19, 23-14; 17-10, 14-5; 2-31 +

Golpe 40 (J. da S.A.): 11. 17-21, 26-10. 12. 9-13, 18-9; 13. 11-18, 22-13; 14. 5-30 G. Br.

A. de M. M.